

=====ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM VINTE E SETE DE NOVEMBRO DO ANO DOIS MIL E VINTE:=====

=====*Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano dois mil e vinte, pelas 17 horas e 30 minutos, no Centro Paroquial da Freguesia de Cesar, ao abrigo do artigo 3º e artigo 5º da Lei 1-A/ 2020 de 19 de março, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sob a Presidência de Helena Maria Dinis dos Santos, secretariada por Manuel José Tavares Soares - Primeiro Secretário e por Maria Isabel dos Santos Barbosa - Segunda Secretária, com a seguinte Ordem de Trabalho:*=====

- 1.Primeiro Período de Intervenção do Público; (intervenção, mediante inscrição prévia ou preenchimento do formulário disponível no site do Município - Assembleia Municipal, a enviar por via eletrónica para [am.azemeis@cm-oaz.pt](mailto:am.azemeis@cm-oaz.pt) dirigido à Mesa da Assembleia.) ==*
- 2.Informações Gerais; =====*
- 3.Período de Antes da Ordem do Dia; =====*
- 4.Ordem do Dia;=====*
- 5.Segundo Período de intervenção do Público (intervenção, mediante inscrição prévia ou preenchimento do formulário disponível no site do Município - Assembleia Municipal, a enviar por via eletrónica para [am.azemeis@cm-oaz.pt](mailto:am.azemeis@cm-oaz.pt) dirigido à Mesa da Assembleia.) ==*

=====**Pontos da Ordem do Dia:** =====

=====**Ponto um:** - *Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município - Apreciação;* =====

=====**Ponto dois:** - *Documentos previsionais - (I/118529/2020) - Orçamento, Grandes Opções do Plano e Quadro Plurianual de Programação Orçamental para o ano 2021 - Aprovação; 02.1 - Aprovação/ Autorização das normas e propostas que constam do relatório orçamental, nomeadamente as propostas do ponto VII - 1.a), 1.b) e 2;* =====

=====**Ponto três:** - *Mapa Pessoal ano de 2021 - (I/118301/2020) - Aprovação;* =====

=====**Ponto quatro:** - *Fixação da Taxa de Derrama para o ano 2021 - (I/110757/2020);* =====

=====**Ponto cinco:** - *Fixação das Taxas sobre os Prédios Urbanos no âmbito do Imposto Municipal de Imóveis - IMI - a aplicar em 2021 - (I/1091372020);* =====

=====**Ponto seis:** - *Definição da percentagem no IRS sobre os rendimentos de 2021 - (I/109143/2020);* =====

=====**Ponto sete:** - *Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para 2021 (I/109147/2020);* =====

=====**Ponto oito:** - *Proposta de Isenção de Taxas de Ocupação do Espaço Público para Esplanadas de Estabelecimentos Comerciais (I/107091/2020) - Aprovação;* =====

=====**Ponto nove:** - *Cedência do direito de superfície à CERCIAZ - Centro de Recuperação de Crianças Deficientes e Inadaptadas de Oliveira de Azeméis - CRL, de prédio urbano sito em Lações de Cima- Autorização;* =====

=====**Ponto dez:** - *Processo Judicial nº 11-A/1997 (Autores João de Jesus Melo e mulher Maria do Carmo Oliveira Cruz Melo) - Termo de Transação (I/112795/2020) - Autorização;* =====

=====**Ponto onze:** - *Descentralização - Quadro da transferência de competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais - Diplomas Setoriais: - Domínios Educação, Saúde e Ação Social para 2021 - Para efeitos do art.º 76º, do DL nº 21/2019, 3ª alteração dada DL nº 56/2020, art.º 28º, do DL nº 23/2019. Alterado pelo DL nº 56/2020, e artº 24º do DL nº 55/2020 - (I/117929/2020);* =====

=====**Ponto doze:** - *Alteração das Normas/diretrizes e Procedimentos para Atribuição de Apoios ao Desporto (I/118369/2020) - Aprovação;* =====

=====**Ponto treze:** - *Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior (I/118677/2020) - Aprovação;* =====

=====**Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:**=====

=====**Do Partido Socialista (PS):** *Bruno Armando Aragão Henriques, Luís Filipe Moreira da Silva de Bastos Oliveira, Marisa Lopes de Sousa, José Manuel Marques Ribeiro, Raquel Marília Tavares Faria, Rui Jorge Duarte Rios Santos Rocha, Pedro Luís Paiva Dias, Márcia Oliveira Gomes, João Pedro Santos Costa, Carla Sofia da Silva Brandão, Nuno Miguel Soares de Jesus, José Ramos da Silva, Cláudia Patrícia Almeida Silva, Bernardo Amaro Moreira Simões, António Manuel Leite Marques da Silva, Ana Susana Pinto Fonseca e Manuel Alberto Marques Dias Pereira.* =====

===== **Do Partido Social Democrata (PSD)**: Joana Sofia Sousa Melo, Albino Valente Martins, Helga Alexandra Freire Correia, António Luís da Fonseca e Grifo, Domingos Baltar Ferreira de Oliveira, Fernando Manuel Gomes Pais Ferreira, António Ilídio Martins Godinho, Bruno Moreira Rodrigues, Liliana Marisa Pinto da Silva, José da Silva Queirós, José Rodrigues dos Santos, Nuno Miguel Amaral da Rocha e Anabela Ramalho Gama e Sousa. =====

===== **Do Partido Popular (CDS/PP)**: Jorge Paulo de Melo Pereira, Maria Helena da Silva Moreira e Susana Clara Mortágua Gomes. =====

===== **Independente**: Augusto Moreira da Silva. =====

===== A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal verificou a identidade e legitimidade dos seguintes membros: Marisa Lopes de Sousa que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de partido Bruno Miguel da Silva Costa; Ana Susana Pinto da Fonseca que marcou presença nesta Assembleia para substituir o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cucujães - Simão da Costa Godinho; Cláudia Patrícia Almeida Silva que marcou presença nesta Assembleia para substituir o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fajões - Óscar José Santos Teixeira; Joana Sofia Sousa Melo que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de partido Carlos Manuel Costa Gomes; Nuno Miguel Amaral da Rocha que marcou presença nesta Assembleia para substituir a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes - Florbela Neves da Silva e Anabela Ramalho Gama e Sousa que marcou presença nesta Assembleia para substituir o Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo - Manuel Rebelo da Costa, em virtude de os mesmos terem solicitado a sua substituição. =====

===== **Ausência de Membros**: Tendo sido justificadas as faltas dos seguintes membros: Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves, José Filipe da Silva Carvalho. =====

===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** deu início à Sessão declarando: =

===== Esta sessão era para ser em Oliveira de Azeméis mas, que, desta vez, para satisfazer o pedido que foi tantas vezes feito por todos os senhores deputados e também pelo público de variadíssimos locais, foi o espaço que encontramos com condições necessárias para poderem então estar presentes todos os elementos da assembleia, bem como o público que manifestar vontade de estar presente. Antes de iniciar propriamente a Ordem de Trabalhos, quero manifestar o meu agradecimento à Fabrica da Igreja que gentilmente nos cedeu este espaço. Espaço tão agradável. E também, claro, manifestar um cumprimento especial e o meu agradecimento especial ao Senhor Presidente da Junta de Cesar, Senhor Augusto Moreira, pelo apoio pronto que

*manifestou desde o início quando lhe solicitamos esta ajuda. Como sabem, na próxima semana haverá uma Assembleia Extraordinária que se irá realizar exatamente nos mesmos moldes e no mesmo espaço. =====*

**== 1º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO) ==**

*===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Daniel Filipe Silva. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Daniel Filipe Silva**, residente na Freguesia de Fajões. =====*

*===== Boa tarde, Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia e restantes membros; boa tarde ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, executivo, senhores vereadores, deputados municipais, cidadãos e cidadãs. O que eu queria tratar aqui é o seguinte: Oliveira de Azeméis tem um vasto território e, por vezes, de longe a longe, aparecem empresas que procuram se fixar, empresas grandes, já aconteceu nesta região, e não existe terrenos na zona industrial suficientemente grandes para a sua implementação. Por exemplo: houve uma, que me recorda agora, que foi para o concelho de Santa Maria da Feira. Venho aqui falar com o executivo e perante os senhores deputados que seria bom, ainda por cima nesta altura de contração económica nacional e internacional, preparar tudo o que estiver ao alcance deste concelho para dar resposta às multinacionais que queiram se instalar no país e que tenham todas as condições necessárias para a sua implementação. Uma delas passa a ser a procura de um espaço. Não se pode só pensar em pequenas empresas. Mas também em empresas que tenham no tamanho uma dificuldade tremenda na sua implementação. Outro assunto é sobre o preço da água. A água é muito cara. Quando um ser humano nasce, tem ao seu dispor água em todos os territórios que nasce. Infelizmente, essa água é poluída. E não é como antigamente que tínhamos, nos fontanários, água gratuita ao nosso dispor. E então criaram estas empresas que sejam empresas municipais ou empresas privadas da água. Portanto, eu venho aqui solicitar que baixem o preço da água, porque a água deve ser gratuita para todo o ser humano. Independentemente se uma pessoa tem uma filosofia de: deve estar tudo no público, deve estar tudo no privado, ou se deve ser semipúblico, ou semiprivado. Portanto, é um pedido que se faz: não se deve recusar a água a ninguém. Outro pedido tem a ver com a taxa da recolha do lixo. Há uns anos atrás, ninguém pagava essa taxa, porque o dinheiro chegava para tudo. Independentemente dos comportamentos de muitos políticos: começaram a pedir taxas, inventando impostos. E, portanto, neste tempo de dificuldade, seria bom isentarem essa taxa do lixo às pessoas mais carenciadas, por exemplo: às pessoas que tivessem o complemento solidário do idoso, pessoas desempregadas; Terem atenção à taxa de esforço, por exemplo, há pessoas que estão com invalidez ou são*

*reformadas: umas, não pagam renda de casa, outras, pagam a renda de casa. Essa taxa de esforço por vezes não é avaliada. E, então, eu venho aqui só para que o executivo tenha uma atenção nestas matérias. Muito obrigado. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== Muito boa tarde a todos, cumprimentar em primeiro lugar a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, meus colegas de executivo, senhores deputados municipais, público presente, cumprimento especial e particular aos senhores presidentes de junta, e naturalmente ao presidente de junta anfitrião, Augusto Moreira, agradecer a forma como nos acolheu no seu território; cumprimentar também a comunicação social, os funcionários da Câmara e todas as pessoas que nos acompanham a partir da Azeméis TV em suas casas. Em primeiro lugar, pedir desculpa pelo meu atraso. Estive efetivamente retido e não consegui chegar mais cedo. Peço desculpa pelo facto. Em relação á intervenção do senhor Daniel Filipe, duas ou três considerações muito breves. É muito importante que nós tenhamos um espaço industrial devidamente infraestruturado. Uma das condições que esse espaço industrial deve ter é boas acessibilidades, boa rede viária, internet última geração, deve, naturalmente, ter um loteamento/ zonamento/ planeamento que permita a associação de lotes que respondam a essas necessidades de investimentos que exigem grandes áreas de terreno. E, portanto, nós temos, felizmente, um território vasto, um território extenso. Mas é um território que está neste momento a ser pressionado. Porque a revisão do PDM que estamos a levar a cabo obriga a que nós permitamos investimentos, sejam eles de natureza particular sejam eles de natureza industrial, apenas em territórios que estejam devidamente dotados das infraestruturas básicas. Portanto, isto é um desafio. Nós temos um problema sério com a rede de água e de saneamento no nosso concelho que, não chega, como sabe, a todo o território. E esse é o primeiro grande desafio. Nós temos efetivamente algumas zonas industriais que ainda não estão completamente tomadas, ainda têm algumas bolsas de terrenos, alguma disponibilidade. E teremos necessariamente que, em primeiro lugar, antes de avançarmos para novos espaços industriais, requalificar os existentes. Nós somos efetivamente um concelho que tem uma indústria muito pujante, uma indústria muito rica, mas temos um péssimo cartão de visita para os clientes dessas empresas, mas também para o próprio concelho, que são efetivamente zonas industriais que precisam de investimento público substancial para que sejam devidamente requalificadas. E, portanto, é esse o caminho que nós estamos a fazer. Vamos procurar requalificar as zonas industriais existentes. E, naturalmente, depois, expandir o espaço industrial disponível. Se isto significa que podemos correr o risco de perdermos um ou outro investimento? Claro que sim. Se não tivermos condições para o acolher, corremos esse risco. O que é um facto é que, sempre que nos surgem esse tipo de pedidos ... Hoje surgiu-nos um pedido, precisamente, da AICEP (Agência para o Investimento e Comércio Externo*

de Portugal), que nós estamos a acompanhar, para algo que precisava de 30.000m<sup>2</sup> de terreno com a possibilidade de ter uma área de implantação de 15.000m<sup>2</sup>. Portanto, estamos a falar de um grande lote industrial. E naturalmente que, mesmo que tenhamos essa disponibilidade, o terreno e a localização terá que ter um conjunto de respostas que o investidor reconheça como fundamentais para que possa avançar. Mas concordo que temos de avançar nesse domínio da criação de espaço industrial prevendo, naturalmente, nesse espaço industrial os pequenos, os médios e os grandes investimentos. Em relação ao preço da água. “O preço da água é muito caro.” Todos os serviços públicos, de uma maneira geral, são caros e tendem a ser cada vez mais caros. Ou seja, cada vez mais, estes serviços públicos exigem recursos cada vez mais substanciais: o rigor que é exigido para o tratamento de resíduos sólidos urbanos, o rigor que é exigido para a qualidade da água, obriga cada vez mais a maiores investimentos. E aquilo que acontece, naturalmente, quando nós temos um sistema público e um sistema privado, é que naturalmente o sistema privado tenha em si a componente lucro que o sistema público não tem. Ou seja, quando nós concessionamos alguma coisa temos que, pelo menos, assegurar ao privado a rentabilidade que ele deseja para o capital que investe para poder prestar esse serviço público. E, portanto, é um facto que a água é muito cara. É um facto que o saneamento é muito caro. E é um facto que o sistema de tratamento de resíduos sólidos urbanos exigem recursos públicos, recursos financeiros avultados. Não é fácil nós podermos percorrer esse caminho da gratuitidade na água, sendo a água um bem público essencial. E como diz: - Coisa bem diferente é ela estar acessível e disponível com padrões de qualidade a toda a população. Outra coisa é nós assegurarmos e garantirmos que podemos disponibilizar água, saneamento, custo de tratamento de saneamento ou RSU (resíduos sólidos urbanos) de forma gratuita. Não me parece que isso seja possível, em nenhum município do país. Não me parece que isso seja possível, até no próprio país. Mas aquilo que pode acontecer. E é isso que é desejável. É que nós sejamos eficientes na gestão desses sistemas. E que introduzamos cada vez mais uma gestão rigorosa e eficiente para que que esses custos sejam cada vez mais socialmente suportáveis ou comportáveis para os munícipes. Esse é o caminho que nós temos que fazer, é o caminho que nós temos que seguir. Sendo certo que, os municípios que tenham uma boa situação económica e que tenham um conjunto de problemas, enfim, da mais variada ordem resolvidos, naturalmente que podem subsidiar os tarifários e podem por essa via proporcionar aos seus munícipes água e saneamento mais barato. Em relação à isenção do lixo (taxa) às pessoas mais carenciadas: As pessoas já dispõem de tarifas sociais e para famílias numerosas que lhes permite aceder a estes serviços a preços mais baratos. Outra coisa bem diferente é o contexto atual que vivemos de pandemia e que traz para um conjunto de pessoas debilidades económicas. E nós estamos atentos a isso. Os serviços sociais da Câmara estão atentos a isso e constroem um conjunto de respostas, sobretudo no plano de emergência social que permite acudir a essas pessoas nos mais variados domínios, não é só no lixo, mas no arrendamento, nos medicamentos, na ação social escolar, num conjunto de domínios que são importantes para a população. Deixe-me só dar nota que a tgr / custo de tratamento por tonelada,

vai passar de 11€ por tonelada para 22€ por tonelada, vai duplicar o custo de tratamento nesta taxa que é aplicada aos resíduos sólidos urbanos recolhidos e levados para aterro. E, portanto, fica aqui a perceber que, efetivamente, o caminho, é um caminho que nós temos que trilhar com muito cuidado. E, naturalmente, temos que o fazer introduzindo - como eu disse - rigor na gestão destas coisas para que elas sejam o mais barato possível para a população. =====

===== **INFORMAÇÕES GERAIS** =====

===== Pela Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** foi dito: =====

===== Chegaram à Mesa três votos de pesar, assinados por todos os líderes dos grupos municipais, que vou passar a ler: **Voto de Pesar**: “Os Grupos Municipais representados nesta Assembleia Municipal propõem a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento de Manuel Teixeira dos Santos, industrial oliveirense do ramo da relojoaria e do calçado. Manuel Teixeira dos Santos nasceu em Fajões, em 1934. Ligado desde cedo, por influência familiar, à arte da relojoaria, abrindo em Fajões uma loja especializada, tornou-se a partir da década de 80 industrial do sector do calçado. Desde sempre ligado à sua terra natal e ao seu desenvolvimento, integrou a primeira direção do grupo de folclore “As Ceifeiras de Fajões”. Foi presidente da Direção do Grupo Desportivo de Fajões e da Direção da Banda Musical de Fajões. O seu envolvimento com a freguesia de Fajões foi uma constante da sua vida. Num momento sempre difícil, endereçamos aos seus familiares as mais sentidas condolências. Oliveira de Azeméis, 27 de novembro de 2020. Os Grupos Municipais da Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis.”

**Voto de Pesar**: “Os Grupos Municipais representados nesta Assembleia Municipal propõem a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do Padre Manuel Pires Bastos, aos 85 anos. Nascido em Loureiro, a 7 de maio de 1935, o Padre Bastos, como se tornou conhecido, foi ordenado padre em 3 de Agosto de 1958, depois de frequentar o Seminário do Porto. Após a sua ordenação desempenhou as funções de vigário cooperador de Santo Tirso, entre 1958 e 1960, tendo sido pároco de Macinhata de Seixa entre 1961 e 1975. A 7 de dezembro de 1975 é nomeado pároco de Ovar, onde completaria 45 anos de serviço e dedicação em dezembro próximo. Viveu o período conturbado do final da ditadura e o período que se lhe seguiu. É nesse tempo que inicia um percurso de cuja expressão humana, social, religiosa e cultural, se tornou traço perene. A sua capacidade de diálogo e a influência natural que o seu espírito sempre exerceu, marcaram muitas gerações e as comunidades por onde passou. Endereçamos aos seus familiares as mais sentidas condolências. As comunidades por onde passou, às gerações que marcou e aos seus paroquianos, a certeza de que, ainda que se possam sentir órfãos, são herdeiros de um legado humanista que perdura com o tempo. Oliveira de Azeméis, 27 de novembro de 2020. Os Grupos Municipais da assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis.” **Voto de Pesar**: “Os Grupos Municipais representados nesta Assembleia Municipal propõem a aprovação de um voto de pesar pelo

*falecimento de Fernando Almeida, fundador da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fajões. Em outubro de 1978, Fernando de Almeida integrou um grupo de trabalho com o objetivo criar uma seção de bombeiros na vila de Fajões. A 13 de julho de 1982 é formalizada a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fajões, a que Fernando Almeida nunca mais deixou de pertencer. Desde a sua fundação integrou o comando da Associação, exercendo funções de Adjunto de Comando durante dez anos, entre 1982 e 1992. Entre 1993 e 2016 integrou diversas direções da associação. Uma entrega sem reservas a uma causa que lhe valeu, merecidamente o Crachá de Ouro. Num momento sempre difícil, endereçamos à sua família sentidas condolências, bem como à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fajões, herdeira do seu legado de entrega à comunidade. Oliveira de Azeméis, 27 de novembro de 2020. Os Grupos Municipais da assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis.”*=====

===== A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou à admissão e votação os votos de pesar apresentados, tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade. ===

===== Fez-se um minuto de silêncio. =====

===== **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (Art.º 19º DO REGIMENTO)** =====

===== A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu início ao período de “Antes da Ordem do Dia”. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Manuel José Soares, Helga Correia, Bruno Aragão, Jorge Pereira, Albino Martins, Rui Jorge Rios Rocha, José Santos, Isabel Barbosa e Fernando Pais. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Manuel José Soares**, do PS. =====

===== *Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Secretária, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas, público, comunicação social. “Em Espinho, meteu-se nas gaiolas do Vale do Vouga - brinquedo ferroviário, simpático, modesto, de trinado infantil na vizinhança das estações. E rodou de novo. A tudo lhe parecia vida sonhada no seu quarto de exilado, lá longe, na outra margem do Atlântico. Viu recortar-se, à direita, o perfil do castelo da Feira; adiante, S. João da Madeira; depois, com o coração aos saltos e olhos sempre famintos do que se encontrava para mais além, continuou a olhar, cada vez mais febril, mais ansioso por chegar. Finalmente - a vila! Estava como ele a deixara... Não, não;*



*tinha uma avenida nova, larga, saindo mesmo ali da estação.” (Ferreira de Castro - obra Emigrantes) - A descrição de uma viagem de comboio ao longo da linha do Vouga. Nos próximos anos estão previstos mais de 48 mil milhões de euros em investimentos, dos quais 25% serão canalizados para a ferrovia. O Plano Nacional de Investimentos contempla, nomeadamente a modernização de muitas linhas já existentes. A linha do Vouga, que tem vindo a ser esquecida nos últimos anos, surge como alvo de modernização num investimento de 100 milhões de euros. Num outro contexto, já estão orçamentados, pelas Infraestruturas de Portugal, 2,6 milhões de euros para melhorar as condições da via entre Oliveira de Azeméis e Espinho. Aparentemente, o governo pretende requalificar a linha de Aveiro a Espinho integralmente. As condições de degradação em que se encontra a linha e as estações, outrora símbolo de uma identidade arquitetónica peculiar e específica, são sinonimo de um abandono que urge inverter. O investimento público na ferrovia, muito aquém do efetuado por essa Europa fora, contém em si próprio uma marca de opção política que não deve dar margem a dúvidas. Oliveira de Azeméis, concelho integrado na Área Metropolitana do Porto, não esquecerá, presumo, esta ligação ferroviária que é estratégica para o desenvolvimento económico e cultural. Esta minha intervenção ganha especial relevância quando recentemente ficamos a conhecer os resultados de um inquérito a 16 linhas da rede nacional efetuado pela Autoridade da Mobilidade e Transportes - entidade reguladora nacional para o setor ferroviário. A linha do Vouga, assim como a de Cascais obtiveram a pontuação mínima de valor 1, numa escala de 4. A linha do Vouga que correu riscos de encerramento há 8 anos. Louve-se a este propósito o trabalho da Associação de Terras de Santa Maria, inclusivamente e nomeadamente quando foi presidida por Oliveira de Azeméis e que, enfim, tinham como seu desígnio a requalificação desta linha. Muito obrigado. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Deputada **Helga Correia**, do PSD. =====*

*===== Muito boa tarde, a todos. Cumprimentar a Senhora Presidente, Senhora e Senhor Secretários da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, serviços aqui presentes, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, comunicação social. Antes de iniciar a minha intervenção, deixar aqui um registo de algum agrado por ver o Partido Socialista agora preocupado com a linha do Vouga nesta Assembleia Municipal. Durante algum tempo falamos (Partido Social Democrata) um bocadinho sozinhos. E deixar aqui uma nota: É importante realmente que todos estejamos preocupados com a linha do Vouga. E, deixar só, aqui, um alerta ao Senhor Presidente da Câmara - que já o fiz várias vezes - e que o fiz também na Assembleia da República, que tem a ver com a questão do financiamento para a requalificação da linha do Vouga. Falou agora nos 2,6 milhões, que tem a ver com a Portaria que saiu. No entanto, Senhor Presidente, o que está no Plano Nacional de Investimentos e que já estava na anterior legislatura, tem a ver com 75 milhões para requalificar a linha de Oliveira de Azeméis a Espinho; Agora*

*falam em 100 milhões de Aveiro a Espinho. Esta verba é insuficiente. E há estudos que o comprovam. Deixar aqui este alerta, que é importante realmente que seja requalificada. Mas verificar se realmente as verbas, que estão neste momento no Plano Nacional de Investimentos, se realmente chegam para essa requalificação. Mas, é bom aqui haver esta unanimidade. Que o Senhor Presidente já demonstrou. Mas a bancada do Partido Socialista poucas vezes tem falado relativamente à questão da linha do Vouga. E é importante também esse registo aqui. E, a minha intervenção, o que me trazia aqui hoje, tem a ver com esta 2ª vaga da pandemia. Estamos na 2ª vaga da pandemia da COVID-19, no 6º estado de emergência, mas desta vez, Senhor Presidente, bem pior do que aquilo que estava na 1ª vaga, e bem pior do que nos estados de emergência anteriores. Na primeira vaga todos os portugueses e os oliveirenses em particular souberam de forma exemplar acatar as indicações do governo e da DGS, ficaram em casa confinados, dando o exemplo e com capacidade de resiliência, conseguimos passar, com números bastantes baixos, pelos “pingos da chuva”. Mas, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o comportamento exemplar dos oliveirenses e dos portugueses não chega quando o decisor político - seja ele central ou local - não foi capaz de prever e acautelar a possibilidade de uma 2ª vaga. Contudo, de facto esta 2ª vaga realmente chegou e chegou com mais força do que a anterior, se duvidas houvesse bastaria olhar para os dados que temos a nível nacionais e para os dados que temos ao nível do Município de Oliveira de Azeméis. (Pelo que vi antes de vir para cá, dia 25/11 tínhamos mais de 2600 infetados por COVID-19). Senhor Presidente, Oliveira de Azeméis desde que entrou na lista dos concelhos com “risco extremamente elevado”, isto é, concelho com mais de 960 casos por 100 mil habitantes nos últimos 15 dias, nunca mais saiu dessa lista. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores deputados, o grupo municipal do PSD e os seus vereadores são por vezes acusados de - quando falam em alguma matéria serem acusados de fazerem ruído. Diz sempre o Senhor Presidente que está à espera do melhor momento para resolver as questões, acusando as bancadas da oposição desta assembleia de não darem contributos válidos e fazerem ruído com o não contribuírem para a resolução do problema. Acontece que, ao longo dos vários meses e em particular neste período de pandemia, o PSD tem apresentado contributos válidos em diversas áreas que vão de encontro às necessidades das nossas instituições, das nossas associações e dos anseios dos oliveirenses. Não basta a resiliência da população de Oliveira de Azeméis, dos nossos empresários que na 1ª vaga, bem como nesta nova vaga, têm demonstrado a sua capacidade de resiliência e de se inovarem e adaptarem às circunstâncias desta pandemia. É necessário muito mais Senhor Presidente. As pessoas esperam muito mais dos decisores políticos. Esperam por medidas concretas que foram tomadas na 1ª vaga da pandemia e que não se vislumbram nesta 2ª vaga. E refiro-me a apoios concretos, nomeadamente: Às nossas IPSS que assumem um papel importante no nosso concelho e que têm recebido alguns equipamentos, é certo, alguns equipamentos de proteção individuais fornecidos pelo Município de Oliveira de Azeméis. Mas isto é muito pouco para o acréscimo de custos que estas instituições têm nas necessidades diárias no apoio aos nossos idosos; Às associações e às coletividades do nosso*

*concelho que perderam algumas fontes do seu rendimento que tinham quando estavam em iniciativas como: Mercado à Moda Antiga, como a Noite Branca E que neste momento não têm essas iniciativas. E a verba que o município lhes atribuiu de 200,00€. Senhor Presidente, fica muito aquém, é manifestamente insuficiente para as necessidades que essas instituições/ associações têm. Relativamente aos comerciantes, do nosso comércio local, da nossa cidade que se tentam reinventar; Senhor Presidente, a gratuidade dos parques à superfície vai ser para voltarem a serem gratuitos como foram na 1ª vaga? Para terminar, dizer que inverter os números atuais depende de todos nós. Contudo, urge proteger as pessoas, as famílias e as empresas. E o Município falha e todos nós falhamos quando não somos capazes de passar uma mensagem clara, com medidas concretas que acautelem as pessoas, os cidadãos e os seus munícipes, a começar pela nossa casa e refiro-me à Camara Municipal. Muito obrigada. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====*

*===== Muito obrigado, Senhora Presidente sintam-se todos, naturalmente cumprimentados, na sua pessoa. Senhor Augusto é sempre um gosto estar nesta freguesia. Permitam-me só um ponto prévio, porque há coisas que, de facto, enfim, obrigam-nos a ter calma, concentração, procurar deixar passar a espuma dos dias e achar que o mundo corre lá fora e não qui dentro. Senhora deputada Helga Correia é um topete de todo o tamanho dizer que o Partido Socialista veio agora preocupar-se com a linha do Vouga. Há uma coisa que todos nós reconhecemos, a qualquer partido em Oliveira de Azeméis, a qualquer, PS, PSD, CDS, e até aqueles que nunca estiveram representados nesta Assembleia Municipal, que é uma fortíssima preocupação com a linha do Vouga. Todos fizeram iniciativas, ao longo dos anos. Todos trouxeram, várias vezes, esse tema a estas Assembleias. Das duas, uma: Ou a Senhora está a tentar transformar esse assunto, mais uma vez, numa disputa partidária em Oliveira de Azeméis, que não faz sentido nenhum; Ou a Senhora não esteve nestas Assembleias e não acompanhou o trabalho que aqui se tem feito. Foi um tema que nunca fez divergir, nunca fez divergir as bancadas e os partidos em Oliveira de Azeméis. E portanto, eu não sei se, quando diz que o Partido Socialista nunca fez nenhuma intervenção sobre a linha do Vouga. Aliás, fez até uma fortíssima ação de campanha nas últimas legislativas, como sabe. Quando a Senhora deputada diz que nós nunca trouxemos a esta Assembleia; Não sei se se refere ao último mandato onde a Senhora não fez nenhuma intervenção, nem sobre este tema nem sobre outro qualquer. É um facto. E, portanto, não venham novamente tentar em temas, em que Oliveira de Azeméis tem consenso, em que os partidos sempre estiveram unidos, tentar e procurar transformar isso num assunto local porque mais do que um assunto local é um assunto regional, é um assunto nacional e é um assunto que sempre nos uniu. Senhora Presidente: Não sei qual é o tempo do passado. Não sei se é ontem, se no ano passado. Se no início deste mandato ou no anterior. Sei que para alguns o passado incomoda profundamente. Mesmo muito. Não é o caso do Partido Socialista*

*em Oliveira de Azeméis. Permitam-me, pois, falar do passado, do nosso passado. Penso que pelo menos desse ninguém se incomodará. E deste passado nós também não temos problema nenhum em falar. O Partido Socialista foi frontalmente contra o Programa Aproximar Educação, em 2014. Assumimos. O Partido Socialista foi frontalmente contra, em 2016, à utilização de fundos atribuídos ao concelho, através do Pacto de Coesão e Desenvolvimento do Território, para requalificar as Escolas que deveriam ter sido entregues, no âmbito do tal Programa, integralmente requalificadas. Também assumimos. O Partido Socialista foi frontalmente contra os projetos que estavam previstos e foram preparados pela autarquia de então para a requalificação das Escolas de Cucujães e Fajões que, devendo ter sido entregues integralmente requalificadas, não permitiam requalificar integralmente nenhuma delas. Também assumimos. O Partido Socialista foi frontalmente contra, em 2017, a iniciar qualquer obra que não garantisse a devida requalificação das escolas de Cucujães e Fajões, resolvendo de uma vez por todas e por muitos anos os seus problemas, como por exemplo o problema do amianto. O Partido Socialista foi frontalmente contra, em 2018, a tentativa de lançar suspeitas sobre as negociações e a responsabilização que se procurava fazer com o Ministério da Educação de um Governo do Partido Socialista, com expressões como: “- não lhe fica mal Senhor Presidente arrepiar caminho - vamos perder os fundos comunitários e o Senhor Presidente será o responsável; - pode acontecer que sejamos obrigados a devolver dinheiro.” Fiz citações. O Partido Socialista foi frontalmente contra, em 2019, à tentativa de colocar duas comunidades escolares, Cucujães e Fajões, uma contra a outra, com expressões como - cito novamente: “ - descurar a questão de Fajões não digam que não é pôr em causa também um conjunto de Oliveirenses que fazem parte do concelho” - “Fajões também são Oliveirenses” - “tratar situações iguais como desiguais”. Fim de citações. Mas continuemos a falar do nosso passado, apenas do nosso passado: Em 2017 comprometemo-nos a trabalhar na requalificação das Escolas de Cucujães e Fajões e a garantir a sua devida requalificação. Em 2018, a Câmara Municipal resolveu avançar com a requalificação da Escola de Cucujães, deixando claro que não desistia da escola de Fajões. Reforçou a obra com recursos financeiros que não tinha previstos e garantiu a sua devida requalificação. As obras estão já numa fase avançada. Sem retorno. Entretanto, a Câmara Municipal conseguiu mais 1,2 milhões de euros para o Município investir na requalificação destas escolas, permitindo de facto, requalificar devidamente a Escola de Fajões e, entre outras coisas, retirar o amianto e garantir que a requalificação de edifícios que não ficariam exatamente como estavam, e portanto salas degradados e a chover nessas salas. Mas nessa negociação, o Município foi o único do país a conseguir também mais 1 milhão de euros para requalificar outras das suas escolas sobre as quais há anos pendem responsabilidades exclusivamente suas. Escolas onde chove, escolas profundamente degradadas, escolas com contentores há anos, escolas com amianto, escolas sem segurança. A discussão na Assembleia Municipal foi oportuna, sobre este assunto. A requalificação de várias destas escolas já aconteceu, outras estão em curso, outras em projeto, num investimento sem precedentes no nosso parque escolar. Passamos de 3 milhões para 5,2 milhões, sem desistir, sem alarmismos e deixando claro*

*que esta era uma prioridade. As obras de requalificação da Escola de Fajões começaram na semana passada. E, não, não se vão ficar por meios projetos, vão mesmo resolver definitivamente os problemas daquela escola. Senhores Membros desta Assembleia, permitam-me pois com tranquilidade responder, no presente, como entendo ser nosso dever democrático, às explicações que democraticamente nos pediu o PSD na Assembleia Municipal de 13 de Fevereiro de 2019, página 645 da ata, em réplica à questão que tantas vezes frontalmente coloquei a propósito da dívida, e cito-vos: “Se algum dia me explicarem porque é que fizeram investimento na Escola de Cucujães, um investimento superior à dotação pública que lhe era devido e não fizeram nada na Escola de Fajões, tratando situações iguais como desiguais, eu calar-me-ei”. Fim de citação. Minhas Senhoras e meus Senhores, entendo no vosso enorme silêncio o reconhecimento de que não são necessárias mais explicações. Mas elas são justas e devidas, não pela vossa questão, mas uma vez mais pelas pessoas, pela comunidade escolar que foi sujeita a uma desconfiança desnecessária, agravada por anos de promessas não cumpridas e, sobretudo, agravada por anos de degradação das escolas. O investimento que foi feito garante, de facto, a requalificação da Escola de Cucujães, a requalificação da Escola de Fajões, a requalificação de várias das nossas Escolas e a verdadeira aposta que dissemos, seria necessariamente na educação. Imagino também, com esta seriedade, que afirmar colocar nesta discussão todo o empenho no seu esclarecimento depois, de facto, do ruído que se procurou durante muito tempo criar. O que temos ouvido é silêncio. Senhor Presidente, como no dia da tomada de posse, afirmo os nossos propósitos: não deixar de falar nos problemas, nos problemas que temos que continuar a resolver, como, por exemplo, a Escola de Lações. Só para citar um. E cito este porque é de facto um dos mais marcantes e foi trazido à última Assembleia e ainda bem. Este é mesmo um investimento nas pessoas e, por isso, pedia-lhe que nos pudesse fazer o ponto da situação desta e de outras obras em curso, dos seus projetos, e da calendarização, e da boa gestão que de facto sobre esta matéria procuramos fazer. Muito obrigado. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Jorge Pereira**, do CDS/PP. =====*

*===== Senhora Presidente cumprimento-a, pessoalmente; Senhores Secretários desta Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Presidente de Junta, e em particular o Senhor Presidente de Junta aqui da Vila de Cesar um cumprimento especial, Membros desta Assembleia, cesarenses aqui presentes, oliveirenses, e todos aqueles que assistem lá de casa através da Azeméis TV e da Azeméis. Net também, comunicação social, sintam-se todos cumprimentados. Senhor Presidente da Câmara, um oliveirense fez chegar ao conhecimento do CDS/PP as fotos que passo agora aqui a apresentar. [projeção de slides.] As fotos em questão apresentam uma construção que se encontra em curso no centro da cidade, em que a mesma o privou de usufruir de uma abertura centenária com vista para a Rua 25 de Abril. (Esta é a foto da abertura centenária.) Curiosamente, rua esta com simbolismo de liberdade, mas que agora o priva*

*da mesma e do direito de usufruir da plenitude da natureza solar. Segundo o mesmo, consultou as plantas de licenciamento da obra e nada consta na construção de uma ampliação no edifício recuperado. No local também não se encontra exposta a devida placa do licenciamento municipal. Assim, só através das fotos podemos identificar a obra. Solicitamos ao Senhor Presidente para esclarecer esta Assembleia se, efetivamente, esta ampliação está devidamente licenciada - e refiro-me aquela parte mais elevada, lá ao fundo, que é a que está a tapar a abertura da janela - esta ampliação está devidamente licenciada ou se se trata mesmo de uma ampliação ilegal? Se não lhe for oportuno responder agora, Senhor Presidente, o que compreendemos, agradeço que o Grupo Municipal do CDS seja informado posteriormente escrito ou por correio eletrónico. Muito obrigado.*=====

===== *Para dar resposta às intervenções anteriores, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**.*=====

===== *Senhora Presidente vou tentar ser o mais cirúrgico possível. Em relação à intervenção do Senhor deputado Manuel José, sobre a linha do Vale do Vouga: Não foi um trabalho da minha presidência na Associação de Municípios de Terras de Santa Maria, não é assim que os autarcas de Terras de Santa Maria registam o seu exercício, foi um trabalho de equipa, foi uma velha aspiração partilhada por todos. E, portanto, este trabalho resulta do trabalho daquele conjunto de presidentes de câmara - e quando estou a falar do conjunto de presidentes de câmara estou a falar também dos presidentes de câmara que não são servidos pela linha, que tiveram total empenhamento e que têm trabalhado de forma articulada para a sua concretização. Dar só nota de que, esta é uma resposta de mobilidade absolutamente fundamental para o nosso território; foi recentemente publicado no Jornal de Notícias um estudo sobre a mobilidade na Área Metropolitana do Porto. E percebemos, não houve nada de muito surpreendente naquele estudo, mas percebemos que o município de Oliveira de Azeméis é o município da Área Metropolitana do Porto onde as pessoas, onde os cidadãos, onde os munícipes mais recorrem ao transporte individual. Isto não é por acaso. As pessoas não andam de automóvel porque lhes apetece. Andam de automóvel porque não têm respostas quer internas na mobilidade entre freguesias, mas também não têm respostas ao nível do atravessamento do seu território. E, portanto, a linha do Vale do Vouga é efetivamente uma resposta de mobilidade fundamental para estes municípios a sul da Área Metropolitana do Porto. E, portanto, é o grande desígnio destes presidentes de câmara que tiveram a preocupação de trabalhar e por isso desenvolveram muito cedo um projeto para requalificação da vida, naturalmente no troço Oliveira de Azeméis / Espinho. Um trabalho que foi encomendado ao Instituto da Construção da Faculdade de Engenharia do Porto que apontou vários cenários. E os presidentes de câmara escolheram alguns dos cenários que foram apresentados às infraestruturas de Portugal, cenários que tem a ver com transporte de passageiros ou transporte de passageiros e de mercadorias, bitola métrica, bitola*

ibérica. E, portanto, digamos que, neste momento, esse trabalho está completamente feito para o troço entre Oliveira de Azeméis e Espinho. Conforme aqui foi dito, temos inscrito, no Plano Nacional de Investimentos 20/30, uma verba de 75 milhões de euros. E essa verba era uma verba que estava prevista exclusivamente para este troço. Entretanto, o Senhor Ministro das Infraestruturas de Portugal muito recentemente anunciou que nenhum troço ficará de fora. E, portanto, o objetivo é a requalificação total do troço em bitola métrica, portanto a bitola atual, entre Aveiro e Espinho. É evidente que nós não conseguimos quantificar o valor dessa intervenção. Nunca trabalhamos este percurso Aveiro / Oliveira de Azeméis. Mas o que para nós é importante é que esta via / linha ferroviária seja intervencionada. E, portanto, o trabalho que estamos a fazer - ainda ontem tivemos a oportunidade de voltar a falar neste assunto da linha do Vale do Vouga - é naturalmente fazer tudo para que o investimento se concretize. E, portanto, esse é o nosso grande anseio, esse é o grande propósito. Para nós, enfim, não é muito relevante quem é o protagonista, quem foi que despoletou num dado momento a questão ou quem foi que provocou o click da decisão. Eu não tenho nenhum problema com isso. Quem quiser que atire os foguetes e que apanhe as canas. Eu não estou particularmente preocupado com o protagonismo das coisas. A mim o que me interessa é que as soluções, os investimentos que são absolutamente estruturantes para o território, para Oliveira de Azeméis e para a região sejam concretizados. Portanto, este é o grande investimento que nós ambicionamos. Queremos é que ele passe do papel ou do projeto para o terreno. Esse investimento que falaram de 2,6 milhões de euros, não tem rigorosamente nada a ver com isto. É um investimento que se enquadra no planeamento habitual que é feito pelas Infraestruturas de Portugal e é um investimento para requalificação da via existente, automatização de passagens de nível, requalificação de carris, etc.... E, portanto, deixar aqui esta mensagem muito clara: esse é o grande investimento deste conjunto de municípios. É, digamos, o nosso metro de superfície, se quiserem. E, portanto, o trabalho que nós estamos a fazer naturalmente, é agora que, vamos muito rapidamente discutir o nosso PDCT, o nosso Plano Desenvolvimento de Coesão Territorial, vamos ter uma concentração absoluta, este conjunto de municípios vão ter uma concentração absoluta na reivindicação desta importante resposta de mobilidade. Em relação à intervenção da Senhora deputada Helga Correia e em relação ao Covid: Nós efetivamente, eu não me canso de repetir isto: Nós nunca encaramos a questão da pandemia como uma competição. Para nós nunca foi importante decidir primeiro. Para nós o que foi sempre importante foi decidir bem. Começamos com esse registo e mantemos esse registo até hoje. Efetivamente nós percebemos que existem diferenças entre os partidos, enquanto agentes políticos com responsabilidades, e essas diferenças foram ainda mais evidentes nesta pandemia, na forma como cada um de nós aborda esta pandemia. Aquilo que nós fizemos, desde o primeiro momento, foi um trabalho de completa cooperação com as instituições. Nós não criticamos. Nós não duvidamos. Nós não dizemos mal das instituições. Nós estamos sempre ao lado das instituições. E aquilo que nós fizemos foi, nesse quadro de cooperação permanente, procurar e naturalmente respeitando as competências de cada um porque é assim que deve ser, encontrar as

respostas que são as respostas que nós achamos que são fundamentais para aquilo que está em causa. E aquilo que está em causa é a preocupação permanente de proteger e socorrer a nossa população. E, portanto, eu lembro-me bem que houve no princípio da pandemia quem quisesse fazer testes de qualquer maneira. Inclusive alguns países. Veja-se, por exemplo, o que passou Espanha, com um conjunto de testes que teve que devolver, quase 1 milhão de testes que teve que devolver, não se preocupando sequer com a qualidade dos testes ou com a certificação desses testes. O mesmo se passou com as máscaras. Tivemos um conjunto de municípios que entregaram um conjunto de máscaras que não estavam certificadas e que não traziam nenhuma segurança para as pessoas. Pelo contrário, houve um conjunto de municípios, e o município de Oliveira de Azeméis também se inclui nesse conjunto de municípios, que tiveram preocupações enormes com a desinfecção de ruas. Toda a gente se lembra de que: ai do município que não desinfetasse ruas. Hoje, isso não é reivindicado, nem se percebe grande eficácia nesse tipo de medidas. Tivemos também a preocupação de procurar, sobretudo trabalhar nesse quadro de cooperação e num quadro de sensibilização das pessoas. Nós nunca procuramos encontrar culpados para os números que temos no nosso território. Nunca nos vangloriamos dos números que tínhamos num dado contexto. E sempre dissemos, de forma muito clara, que hoje os municípios que estão bem passam a estar mal e os municípios que estão mal podem ficar melhor do que aqueles que, num dado contexto, estavam bem. E sempre dissemos que este problema era um problema que não tinha culpados. Ou melhor, se quiser, que os culpados somos todos nós. A forma como nós nos comportamos; A forma como nós somos mais ou menos responsáveis perante este problema de saúde pública; A forma como nós temos responsabilidade, responsabilidade individual e coletiva, para procurar conter esse problema. Eu mostro-vos aqui um pequeno gráfico - [projeção de slides] - para vocês perceberem a situação no nosso concelho. Temos hoje, como sabem, 2.620 casos, no concelho de Oliveira de Azeméis. E aquilo que vocês vão ver ali é o que aconteceu neste mês em Oliveira de Azeméis. Nós temos ali: 23 casos no primeiro dia, 28 no segundo e 44 no terceiro dia de novembro; Nós em Oliveira de Azeméis aplicamos medidas mais restritiva do que aquelas que tinham sido decididas pela tutela. Curiosamente, no dia seguinte ao da aplicação das medidas, dia 4 de novembro, tivemos em Oliveira de Azeméis (dois dias acumulados): 166 casos. E depois tivemos no dia 7, também com dois dias acumulados: 146 casos. E aquilo que nós temos ali: aquela linha vermelha é uma linha de tendência do que está a acontecer no nosso concelho. E percebemos que, efetivamente, a partir do momento em que nós aplicamos medidas restritivas, em que confinamos, com maior ou menor intensidade, uma, duas semanas depois começamos a ter alguns resultados. Isto é muito importante. E todos nós percebemos que das duas, uma: ou temos um comportamento individual e coletivo responsável ou, então, a alternativa é confinar, é o confinamento generalizado. Mas nós percebemos bem quais são os custos económicos e sociais deste tipo de prática. E, portanto, dar-vos nota de que, em Oliveira de Azeméis temos neste momento este cenário, fazemos parte de um conjunto de concelhos de risco extremamente elevado. Não estamos no top 20, conforme foi dito erradamente. Mas não é isso que é importante. Não é a



*forma como nós nos posicionamos ou a forma como nós nos classificamos num dado ranking. É a capacidade que nós temos instalada no terreno para dar as respostas que são necessárias à nossa população. E por isso é que este trabalho de não duvidar, de não criticar, de não dizer mal das instituições é absolutamente fundamental. Porque, obviamente que, este comportamento de cooperação ajuda a fortalecer a rede que nós temos no território. E num caso como este de uma crise de saúde pública grave à escala mundial, isso é absolutamente determinante. E, portanto, tem sido essa a postura. O que é que nos preocupa, neste momento? Preocupa-nos muito, muito mesmo, a situação nos lares. Porque nós temos aqui nesta fase da pandemia, temos, sobretudo, alguma incidência em pessoas mais jovens. Mas voltamos a ter agora, nesta fase, neste momento, os nossos lares a serem flagelados um pouco por todo o país. E outra preocupação: Essa é, por ventura, é a maior preocupação que nós devemos ter: é a pressão que existe sobre o nosso sistema hospitalar. Nós, neste momento, temos 21 pessoas de Oliveira de Azeméis internadas. E temos 11 pessoas nos cuidados intensivos (11 oliveirenses nos cuidados intensivos). E esta é a nossa maior preocupação. Porque estar nos cuidados intensivos não é uma coisa de somenos. Temos muitas pessoas que estão em estado crítico, muitas pessoas que estão a lutar pela sua vida. E, portanto, essa é a nossa preocupação, neste momento. E, portanto, o trabalho que nós vamos fazer é no sentido de continuar a cooperar com o nosso ACES e com o nosso Centro Hospitalar do Entre o Douro e Vouga que têm feito um trabalho absolutamente extraordinário. É continuar a cooperar com a autoridade de saúde local e com a autoridade nacional de saúde, como é evidente. Eu dispenso-me de comentar o trabalho que tem sido feito pelos Bombeiros de Oliveira de Azeméis e de Fajões, um trabalho absolutamente irrepreensível. É evidente que temos a colaboração de um conjunto de entidades sem as quais não era possível termos seguramente as respostas que temos hoje no terreno. E os problemas são mais do que muitos. Nós temos, constantemente, um conjunto de solicitações sejam elas de natureza particular, pessoas que querem a nossa ajuda, pessoas que nos colocam o seu problema, empresas que nos colocam o seu problema, instituições que são de um momento para o outro confrontadas com problemas dramáticos, como, por exemplo, ficarem com uma grande parte da sua equipa de apoio domiciliário infetada, positivada, não tendo qualquer possibilidade de prestar cuidados de higiene às pessoas que estão nas suas casas acamadas ou mesmo não estando acamadas precisam desses cuidados. E, portanto, de um momento para o outro nós temos um cenário que nos cria um conjunto de necessidades de respostas que, se não forem articuladas, se não forem dadas em rede naturalmente não vão ser eficazes. E, portanto, aquilo que me parece absolutamente determinante nesta pandemia é este registo de trabalho em rede. Eu não tenho qualquer dúvida que, se nós não tivéssemos estas estruturas todas instaladas no terreno e se não tivéssemos a articulação que existe entre essas estruturas, hoje, seguramente, teríamos a lamentar outro tipo de dados, outro tipo de danos na nossa população. Portanto, o trabalho é este. É o trabalho de procurar continuar a construir respostas. Nós neste momento estamos muito preocupados com a pressão nos hospitais. A Comissão Distrital de Proteção Civil e mesmo a Autoridade Nacional pediram para que se*

*procurasse criar respostas, os tais hospitais de retaguarda, para doentes positivos. No norte do distrito vai abrir muito recentemente, esperamos nós que na próxima semana, estamos a trabalhar para isso, em Santa Maria da Feira a resposta com que nós ficamos com a responsabilidade de implementar. No centro do distrito será nas instalações da Movijovem. Era para aí que nós estávamos a apontar, mesmo muito perto do Hospital de Aveiro. E estas são as duas respostas. Em Oliveira de Azeméis, já disponibilizamos essa resposta. Temos 16 camas num espaço, que já foi visitado pelo nosso delegado de saúde, que reúne as condições para criarmos mais uma resposta que permite aliviar o nosso Hospital S. Sebastião. E dessa forma poderemos ter doentes de casos mais graves a ocuparem essas camas. E, portanto, este é o cenário com que nós nos estamos a confrontar. Terminou hoje também uma formação. É outro pedido. Outro apelo que nos foi feito pela autoridade de saúde local foi para que nós colaborássemos no rastreio dos contactos Covid. E, portanto, a primeira resposta que nós criamos foi em S. João da Madeira, 4 técnicos da Câmara de S. João da Madeira, com a supervisão da área da saúde, está a funcionar, começou a semana passada. Estamos a criar uma resposta em Oliveira de Azeméis. Acabou hoje a formação dos 4 técnicos da Câmara Municipal que, também supervisionados por uma especialista na área da saúde, começarão a fazer rastreabilidade também de contactos em Oliveira de Azeméis, as instalações são no Arquivo Municipal. =====*

*===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra no Senhor **Vice-presidente, Rui Luzes Cabral**, para prestar mais esclarecimentos. =====*

*===== Boa tarde, a todos e a todas. Uma coisa são as 4 técnicas, que estão a colaborar com a ARS-Norte, que são monitorizadas pela ARS-Norte e que vão fazer inquéritos epidemiológicos, estão em formação e vão continuar a fazer esses inquéritos. E pediram-nos mais 4 técnicos, ou seja: 8, para um centro de rastreio, esse, sim, no Arquivo Municipal em Oliveira de Azeméis, para começarem na próxima semana a dar apoio à autoridade de saúde local nos contactos com os oliveirenses para encurtar a distância que existe neste momento. Porque são muitas aquelas pessoas que têm que ser contactadas. E é para não se deixar, no fundo, de perder o rasto a essas pessoas. =====*

*===== O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** continuou a sua intervenção. =====*

*===== Terminar só dizendo que, independentemente do trabalho que cada município foi fazendo, infelizmente o resultado é um resultado que não é animador, não é satisfatório. Mas, que queria deixar aqui esse registo, eu sou daqueles que acha, não tenho rigorosamente dúvidas nenhuma, porque conheço o trabalho que é feito pelos meus colegas, que todos fizeram aquilo que estava ao seu alcance para proteger e para socorrer a sua população. E fizeram de uma forma muito empenhada, de uma forma enérgica. Porque, deixem-me que vos diga, é preciso estar por*

*dentro, para perceber o que é que está em causa. É preciso mesmo estar por dentro. Em relação à intervenção do Senhor deputado Bruno Aragão: Nós temos uma dotação, vamos discutir isso hoje no orçamento, de mais de 13 milhões de euros para a educação. É claramente a área onde temos mais investimento municipal. Temos um conjunto de projetos de requalificação de escolas. É muito importante para o sucesso da aprendizagem a requalificação do parque escolar. Mas depois há um conjunto de dimensões que importa observar e que são também muito importantes. Nós ainda estamos muito numa fase de hardware. Eu gostaria que nós tivéssemos a possibilidade - aliás, esse desafio também já foi lançado em sede de reunião de câmara - para nós discutirmos efetivamente a educação no nosso concelho numa perspetiva mais estratégica, numa perspetiva um pouco diferente desta perspetiva que nós temos de requalificação do edificado. Nós temos domínios muito importantes de Ação Social Escolar, onde temos naturalmente que fazer um grande trabalho. Também no domínio das atividades extracurriculares e tentar evitar que elas sejam atividades ocupacionais e sejam mesmo, efetivamente, atividades formativas e de enriquecimentos do currículo. Temos que olhar também para o desporto escolar nas nossas escolas, que é praticamente inexistente, e é muito importante que tenhamos essa vertente. Mas, depois, há todas as outras dimensões da educação que eu julgo que vale a pena que nós façamos essa reflexão. Porquê? Porque efetivamente a educação é estratégica para o futuro do concelho. É a questão da autonomia das escolas. É algo que nós temos que discutir. O rejuvenescimento do corpo docente. Nós temos um corpo docente tremendamente envelhecido. É muito importante a flexibilização curricular, aquilo que se chama a territorialização do currículo. A inovação pedagógica. Temos que claramente avançar para a inovação pedagógica. É preciso também desmurar o espaço escolar, porque nós estamos muito habituados à rigidez das salas de aula e é preciso proporcionar às nossas crianças a aprendizagem no contexto, do contexto local, do contexto económico, do contexto social. E, portanto, na prática, é transformar as nossas escolas cada vez mais no local onde se aprende e cada vez menos no local onde só se ensina. E, portanto, isto é absolutamente fundamental, nós temos que combater o insucesso escolar. Mas isso passa, necessariamente, por nós percebermos se as crianças se apropriam e se assumem os conteúdos em vez de nos limitarmos a debitar esses conteúdos. Portanto, toda esta discussão multidisciplinar que existe em torno do mundo escolar, eu acho que é absolutamente fundamental. Estamos a fazer um investimento sem paralelo, na requalificação do parque escolar. É para nós estratégico. É para nós fundamental que existam as condições físicas, mas é muito importante, também, para nós, que exista este pensamento coletivo sobre aquilo que nós queremos para a formação e para a educação das nossas crianças. E, portanto, questionar um conjunto de coisas que hoje nós temos como práticas adquiridas, é absolutamente fundamental. Outra dimensão muito importante: É nós trabalharmos no domínio do combate às desigualdades sociais. Porque essas desigualdades sociais são inibidoras da promoção da equidade do acesso ao ensino. Esse é um caminho enorme que nós temos que percorrer. Porque há uma correlação entre a situação económica e social das famílias e o sucesso escolar dos alunos. E, portanto, há aqui também um trabalho importante a*

*ser feito, nesse domínio da desigualdade social. Em relação á intervenção do Senhor deputado Jorge Melo Pereira: nesta Rua 25 de Abril, já tivemos um munícipe numa reunião de câmara a falar sobre este problema. Eu não tenho dúvidas que a obra está licenciada. Tenho a certeza absoluta. Não lhe sei dizer muito mais sobre isto. Portanto vamos fazer, conforme sugere, uma informação escrita sobre o processo. Este problema foi apresentado; Na altura foram dadas as explicações possíveis. Eu não sei se já responderam ao munícipe, não faço ideia se já foi? Já? Já deve ter chegado a resposta ao munícipe. Mas, efetivamente, a construção está licenciada. E, portanto, vamos-lhe dar depois essa explicação, em relação aquele caso em concreto. Eu conheço a casa. Sei do que é que estamos a falar, mas não conheço os pormenores do problema. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Albino Martins**, do PSD. =====*

*===== Senhora Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cesar. Neste mandato, se não me falha a memória, é a segunda vez que a Assembleia Municipal vem reunir a Cesar. Na pessoa do Senhor Presidente da Junta cumprimento todos os cesarenses, a quem enalteço a capacidade empreendedora, que tanto tem engrandecido esta Vila e que um dia dotou de um espaço amplo como este capaz de receber com todas as condições a Assembleia Municipal em tempo de pandemia. Saúdo igualmente o público que regressa para assistir e intervir, porque em democracia todos os contributos são válidos. Senhor Presidente da Câmara: Perdemos há dias uma figura destacada e multifacetada da nossa cultura que marcou o seu tempo, na sua terra e fora dela; Com efeito, o Padre Manuel Pires Bastos, nascido em Loureiro a 7 de maio de 1935 e falecido a 08 de novembro de 2020 quando paroquiava Ovar há quase meio século. Exerceu um sacerdócio interventivo por onde passou e soube cativar as comunidades que o receberam. Além da freguesia onde nasceu e donde nunca se desligou, Pires Bastos marcou gerações em Oliveira de Azeméis, em Macinhata da Seixa e em Ovar, e em todos estes lugares é recordado com saudade. Apaixonado pela história local o Padre Bastos foi professor, jornalista, historiador, escritor, poeta, compositor, músico e por aí adiante.... E por onde andou espalhou todos estes seus talentos. Portanto, justiça a homenagem que a Câmara Municipal lhe prestou ao declarar três dias de luto municipal. Mas, Senhor Presidente, nos últimos anos este é caso único de declaração de luto municipal. E parece-nos que outras figuras, por razões diferentes, mas igualmente meritórias, podiam ter merecido igual distinção. Por exemplo: na mesma altura e com a doença do mesmo foro faleceu em Felgueiras o Padre Horácio Gomes, um Cucujanense que desenvolveu trabalho meritório no país e nas missões em África. Se quisermos referir outros exemplos onde o luto municipal não seria de todo descabido, constatamos que ao longo deste mandato faleceram vários antigos presidentes de câmara que dedicaram parte das suas vidas à causa pública e que mereciam este gesto de homenagem, esperando não me esquecer de nenhum,*

*cito: Flávio Laranjeira; Ramiro Alegria, Ângelo Azevedo, Ápio Assunção. Compreendo que esta falta de critério possa resultar de um esquecimento involuntário no passado, mas alerta para que haja este cuidado daqui para a frente quando se declararem lutos municipais. E com certeza que haverá outros importantes, infelizmente, porque a vida tem um fim. Muito obrigado. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Rui Rocha**, do PS. =====*

*===== Muito boa tarde. Sintam-se todos cumprimentados na pessoa da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, doutora Helena Santos. Um cumprimento especial ao presidente da Junta de Freguesia de Cesar. Estratégia, adaptabilidade e rigor. Três bases de extrema importância para a gestão de qualquer município que procure o desenvolvimento e sustentabilidade do seu território. Três bases que devem ser guiadas com competência e capacidade. A capacidade estratégica, de atuar de forma a colmatar lacunas do presente com ações duradouras. A capacidade de se adaptar às condições existentes e aos condicionantes que vão surgindo. A capacidade de, a cada momento, saber pautar as suas ações por uma conduta rigorosa. E quando estas aptidões se unem à iniciativa e vontade de fazer bem, o resultado positivo almejado mais cedo ou mais tarde surgirá. E quem ganha? Certamente os munícipes, o povo. Foi apresentado, no decorrer da presente semana, o “Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses” relativo ao ano de 2019, cujas edições vimos debatendo ao longo dos anos. Um trabalho da Ordem dos Oficiais de Contas e do Instituto Politécnico do Cávado e Ave. Este documento efetua uma análise económica e financeira das contas dos 308 municípios do nosso País. Das várias análises e comparações efetuadas salienta-se o fato de apenas 25% dos municípios obterem um nível satisfatório de eficiência financeira. Oliveira de Azeméis encontra-se neste grupo. A melhoria substancial dos indicadores financeiros e económicos fez com que o nosso município se projetasse no ranking global dos municípios de média dimensão, subindo 50 lugares nos últimos 3 anos, estando neste momento em 17º classificado numa tabela com 97 intervenientes. Ao nível distrital, Oliveira de Azeméis, é o município de média dimensão mais bem colocado. Outro dado de especial relevo prende-se com o equilíbrio orçamental. E neste parâmetro o nosso município ocupa o 31º posto, apesar do investimento efetuado e da dificuldade acrescida derivada do pagamento da amortização do empréstimo, demonstrando assim, a gestão ponderada do executivo que o lidera, ainda mais relevante quando hoje, discutiremos, mais um orçamento. Com 93 dias de prazo médio de pagamentos no ano de 2019, o nosso município está entre os 10 municípios de média dimensão com maior prazo. Compreender este número é muito relevante, para que sobre ele não restem dúvidas. Num tempo em que as dificuldades económicas das empresas são uma preocupação, importa garantir que as nossas opções de gestão não prejudiquem nunca a sua atividade. Nesse sentido, Senhor Presidente, pedia-lhe que nos pudesse esclarecer sobre este prazo médio de pagamentos e o que ele representa na gestão atual. O*

*conjunto de indicadores apresentados no referido documento leva-nos naturalmente a acreditar ainda mais que o caminho definido, e que tem vindo a ser percorrido com toda a seriedade, é aquele que melhor satisfará os interesses dos nossos munícipes. Com agrado podemos verificar a concretização gradual de uma estratégia planeada e executada com rigor. Já não somos só nós a dizer. São entidades externas que nos avaliam de forma isenta. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **José Santos** - Presidente da Junta de Freguesia de Ossela. =====*

*===== Boa tarde, a todos. Cumprimento especial à Senhora Presidente da Assembleia Municipal, doutora Helena Santos, e aos seus Secretários, assim como ao Senhor Presidente da Câmara e seus Vereadores, aos elementos desta Assembleia, aos companheiros presidentes de Junta e funcionários camarários, comunicação social, telespectadores da Azeméis TV e, finalmente, um cumprimento muito especial ao nosso amigo e anfitrião, Augusto Moreira. Senhor Presidente, fiquei muito surpreendido com o email recebido no dia 09/11/2020, relativo a um processo que estava em tribunal onde eu era testemunha, e relacionado com o ponto 28 da Assembleia do dia 29 de junho de 2019, ata nº 14. Ou seja: A cedência pela Câmara de parte da Rua do Carvalhal para domínio privado, a legalização de um muro e portão, assunto aqui discutido e analisado e que se encontra nessa ata da página 859 à página 870, e que foi chumbado por esta assembleia com o voto contra. Como se pode verificar na mesma, o resultado, esse, iria ser enviado para Tribunal onde era esperado. A 13 de julho fui convocado pelo Tribunal de Oliveira de Azeméis para comparecer no dia 20 de outubro de 2020 para audiência de discussão do Julgamento, no processo em que o autor era a Exploração Agropecuária Pinto Triunfante de Vale de Cambra, Lda, entidade proprietária da Mini-hídrica. Réu: Município de Oliveira de Azeméis. A 16 de outubro, a secretária do Senhor Presidente da Câmara enviou-me um email para me informar que aquele processo ficaria suspenso por 30 dias. Mas, a 9 de novembro, recebi outro email, que posso ler: “Excelentíssimo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ossela, Incumbe-me o Senhor Presidente da Câmara Municipal de informar Vossa Excelência dos desenvolvimentos da ação judicial nº 448/20.4T8OAZ, em que é Autora a empresa Pinto Triunfante - Exploração Agropecuária, Lda. (entidade proprietária da Mini-hídrica), e a Ré a Câmara Municipal (processo relativo ao caminho público 190 que também dá acesso à Mini-hídrica). Como sabe, estava agendado para o passado dia 20 de outubro, a segunda sessão do julgamento, para audição das testemunhas da Ré (Câmara Municipal). Sessão, essa, que ficou sem efeito. A primeira sessão do julgamento, que estava agendada para o dia 16 de outubro (para audição das testemunhas da Autora), também ficou sem efeito. De acordo com o entendimento da Meritíssima juiz, qualquer decisão que seja tomada em sede de julgamento será injusta, pelo que sugeri que a Autora e a Ré tentassem chegar a um acordo. Nesse sentido, e após análise jurídica por parte desta Câmara Municipal e ponderados o interesse público, o interesse privado e a*

*segurança das pessoas e bens, o acordo será proposto nos seguintes termos: - A Autora reconhece como público o caminho 190, que faz parte dos Caminhos de Ferreira de Castro e dá acesso ao Castro de Ossela; - A Autora e Ré reconhecem que o caminho também dá acesso à Central Hidroelétrica de Ossela, que tem continuidade de um talude e albufeira de armazenamento de água; - Para garantir a segurança das pessoas e bens, a Ré não se opõe à instalação de um portão de vedação, condicionando o acesso ao local; - A Autora entregará cópia das chaves do portão à Ré, à Junta de Freguesia de Ossela e ao Centro de Estudos Ferreira de Castro para possibilitar o acesso ao caminho, a fim de desenvolverem as atividades culturais no âmbito do Roteiro Literário de Ferreira de Castro, e outras. O acordo será obrigatoriamente validado pela Meritíssima Juiz. É entendimento que sendo o acordo celebrado nos termos expostos, ficarão assegurados todos os interesses em causa. Grata pela atenção dispensada. Com os melhores cumprimentos. Ana Ferreira Pinho. Secretária do Presidente. Gabinete de Apoio ao Presidente da Câmara.”* A 20 de novembro, o Executivo da Junta de Freguesia enviou um email, que passo a ler: “ Junta de Freguesia de Ossela: Excelentíssima doutora Ana Ferreira Pinho, foi com muita admiração e espanto que recebi no dia 09.11.2020, o seu email dando a informação dos desenvolvimentos da ação judicial nº 448/20.4T8OAZ, em que é Autora a empresa Pinto Triunfante - Exploração Agropecuária, Ld.ª (entidade proprietária da Mini-hídrica), e a Ré a Câmara Municipal. Dei conhecimento do mesmo ao meu Executivo que ficou estupefacto com o seu teor, refletindo sobre todo este processo, ficamos admirados com este desfecho, por isso: 1 - Pedimos uma cópia da sentença homologatória do acordo celebrado. 2 - Manifestamos a nossa total discordância em relação ao entendimento alcançado, porque se foi reconhecido que o caminho é de facto público deve ser acessível a todos e não deve ser colocado nenhum portão a vedar o acesso. 3 - Se há um problema e segurança na hídrica, deve a proprietária da mini-hídrica proceder à vedação da sua exploração e ao restabelecimento das condições de segurança, mas nunca vedar o acesso a um caminho que é público. De facto, a classificação de um caminho público implica o uso direto e imediato pelo público o que, no caso, não se vai verificar. Julgamos que é inédito encontrarmos uma situação desta natureza, não temos conhecimento de uma outra como esta ou parecida, em caminhos de servidão até se pode admitir, agora numa rua como esta do Carvalhal achamos pura e simplesmente um absurdo. O Executivo da Junta de Freguesia de Ossela manifesta a sua profunda discordância e oposição ao acordo celebrado, considerando-o um desrespeito com Ossela e com os osselenses. Com os nossos melhores cumprimentos. Atenciosamente, o Presidente, José Rodrigues dos Santos.” Não ficava de bem com a minha consciência se não viesse aqui manifestar a minha admiração por este acordo, quando todas estas medidas foram aqui discutidas, basta ler a ata, e chumbadas e agora façam parte do acordo. Mais, na cartografia do município, a 01 de agosto de 2018, a Rua do Carvalhal ia para além do portão e hoje vai até às últimas casas e a partir daí fica assinalado caminho público 190. Tudo isto eu tenho aqui num dossier que vou entregar à Senhora Presidente da Assembleia Municipal. Mas, também, para finalizar, queria dizer que sou autarca há muito tempo e nunca me surgiu ter

*conhecimento de uma situação destas. Ou se é público: um caminho público com uma parte privada, onde se limita a passagem a pessoas. Portanto, se é público: É público. Se limita, a situação, a passagem às pessoas, para mim não é público, é uma situação de caminho que, não tem um acesso livre para todos, não o considero público. Obrigado. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Segunda Secretária - **Isabel Barbosa**, que prescindiu. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====*

*===== Muito boa noite. Cumprimentos à Senhora Presidente da Assembleia, aos Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Executivo Camarário, membros da Câmara Municipal, colegas membros da Assembleia Municipal, público aqui presente e a todos os que nos estão a ver e ouvir através da Azeméis FM. Eu quase que pegava naquilo que o Bruno disse há bocadinho: não quero obviamente politizar a questão das obras em Fajões. Evidentemente que todos nós temos que aplaudir o facto da intervenção e da requalificação nas obras de Fajões serem um facto. E todos nós ficamos satisfeitos por isso. Não só porque queremos que toda a comunidade escolar tenha as condições ideais para a prática do ensino, como também isso aumentará claramente a qualidade de vida. Eu só queria fazer aqui uma breve história, no sentido de nós esclarecermos essa questão: Porque, eu, se calhar mal, ou se calhar percebi mal, penso que a intervenção do Bruno Aragão foi no sentido de alguma forma querer imputar ao executivo camarário alguma discriminação no tratamento das escolas e da requalificação. Eu só quero tecer aqui três ou quatro situações que eu me lembro: Posso estar, de alguma forma, equivocado nalgumas; Mas, creio que não. Eu apenas vou fazer um pouco de história: Em 2015, o executivo anterior contratualizou com o estado central a afetação de 3 milhões, através de um programa que havia que era o Pacto de Coesão e Desenvolvimento Territorial (PDCT). E esses 3 milhões, na altura, o executivo anterior entendeu utilizar esses 3 milhões para a requalificação das escolas de Fajões e de Cucujães. Portanto, foi a opção. Poderia ter sido para outra coisa, mas foi essa a opção que na altura se tomou. Isto, não obstante, todos nós sabemos e já falamos aqui em atas anteriores ainda deste mandato, a requalificação das escolas ser da competência governamental, nomeadamente do Ministério da Educação. A atribuição não era da competência da Câmara Municipal, mas essa necessidade premente obrigou o executivo anterior a canalizar esses 3 milhões, para o Pacto de Coesão e Desenvolvimento Territorial, para as escolas. Quando este executivo tomou posse, numa primeira fase, entendeu que a visão do município anterior não era adequada, no seu ponto de vista, e que esses 3 milhões não seriam para investir em atribuições que estavam designadas para a administração central e, na altura, o Senhor Presidente da Câmara até disse que, essa política de coesão e desenvolvimento territorial, esse dinheiro devia*



*ser investido para outra coisa, como, por exemplo, -e deu o exemplo que era a requalificação do centro histórico. Evidentemente que tudo isto é verdade. E, nós, numa primeira fase, foi este o entendimento. Numa segunda fase, então, vendo bem as coisas, os 3 milhões, nós na altura alertamos para a obrigatoriedade de estes 3 milhões serem investidos especificamente na Escola de Fajões e na Escola de Cucujães. E, na altura, houve uma ligeira inversão quanto ao destino destes 3 milhões. E, então, o que o Senhor Presidente da Câmara na altura disse foi: Bom, a necessidade de fazer uma requalificação integral para a Escola de Fajões ficaria muito além do milhão e meio (1,5 milhões) que lhe era atribuído. Então, como a Escola de Cucujães implicaria um esforço financeiro ligeiramente superior ao milhão e meio (1,5 milhões), o executivo camarário propunha-se investir 1 milhão e 750 mil, creio eu, na Escola de Cucujães, requalificando-a em termos definitivos. E o restante, a opção seria requalificar o parque escolar da competência do Município. É certo, é certo, a honestidade intelectual também me permite dizer isso, que o Senhor Presidente em nenhum momento disse que abdicava da Escola de Fajões, em nenhum momento. Disse que estaria muito atento, que naquela altura as opções eram exatamente estas, mas que estaria muito atento. Nós continuamos a insistir que, não obstante o milhão e meio (1,5 milhões) ser insuficiente para requalificar de forma integral a Escola de Fajões, o milhão e meio (1,5 milhões) já servia para “alguma coisa”, nomeadamente para dotar e fazer algumas obras de requalificação que, embora não fossem completas, eram pelo menos alguma coisa que se fazia. Lembro-me até de ler num jornal uma ida dos deputados de Aveiro à Escola de Fajões, onde esta questão foi exatamente posta nestes termos. Nós continuamos a vir à Assembleia Municipal dizer cuidado, porque o milhão e meio (1,5 milhões) tem que ser investido na Escola de Fajões porque isto é o que está protocolado. Bom, e quando eu dizia que o tratamento era desigual, quando eu dizia que o tratamento era desigual era exatamente: o município por uma questão de estratégia ou por uma questão de opção política - que eu não discuto, posso não concordar mas não discuto - privilegiou “a Escola de Cucujães em detrimento da Escola de Fajões”, com o argumento de que na Escola de Cucujães seriam precisos mais uns 250 mil euros, creio eu, e que na Escola de Fajões era necessário muito mais dinheiro. Só quase um milhão seria para remoção do amianto. E, na altura, o Senhor Presidente da Câmara ainda diz mais, diz: - Eu não vou investir nestas escolas este dinheiro porque isso significaria duas coisas: Primeiro - desresponsabilizar o governo e o ministério da educação da sua competência, que era a requalificação do parque escolar da sua própria competência; E em segundo lugar: isso impedia o investimento no parque escolar ou nas necessidades da competência do próprio município. Bom, em boa hora ... - E nós sempre o dissemos: Senhor Presidente, arrepie-se caminho, invista o milhão e meio (1,5 milhões), dirija as coisas, etc.... Em boa hora - e isso devo dizer: conseguiu-se mais apoios para a Escola de Fajões. Até dos dois milhões e tal. Conseguiu-se mais apoios para a Escola de Fajões. E a Escola de Fajões finalmente está a ser requalificada. Eu só queria dizer exatamente isto, porque isto são factos históricos e absolutamente indesmentíveis. Estamos muito satisfeitos pelas obras de requalificação na Escola de Fajões terem começado. Muito*

*satisfeitos com o facto de a Camara Municipal ter, de alguma forma, redireccionado a sua orientaçao no sentido de fazer as obras na Escola de Fajões. Não quero politizar isso. Só tinha o dever, até moral, e, cívico, de cidadania de vir aqui exprimir exatamente aquilo que me vai na alma, neste momento. Muito obrigado.*=====

===== *Para dar resposta às intervenções anteriores, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**.*=====

===== *Professor Albino Martins, inteiramente de acordo com as duas coisas que disse. Uma delas, em relação à forma como descreveu o Padre Manuel Pires de Bastos, portanto inteiramente de acordo. Em relação à questão do luto municipal, já tive a oportunidade, quando fui confrontado com este problema na reunião de câmara, de explicar que, se efetivamente não se decretou o luto municipal aquando do falecimento dos Senhores Presidentes de Câmara que elencou, é uma falha grave. E, portanto, importa corrigir isso. Mas importa fazer outra coisa: É termos um Regulamento que discipline essas coisas de modo a que nós percebamos quando temos que dar um dia, dois dias, ou três dias, isso fique completamente disciplinado e funcione como um automatismo. E, portanto, será importante que nós façamos esse trabalho. Aliás, já foram dadas instruções para que nós comecemos a trilhar esse caminho. Porque, efetivamente reconheço, é uma falha grave não o termos feito. Em relação à intervenção do Senhor deputado Rui Jorge: Efetivamente estamos nessa posição que referiu, 17º lugar entre os municípios de média dimensão do país. Isso é muito importante. Mas o que é importante é o que isso traduz. Isso traduz uma gestão rigorosa, uma gestão eficiente, uma gestão onde nós procuramos que os recursos financeiros que nos são confiados sejam aplicados da melhor forma possível. E é absolutamente determinante que nós continuemos a gerir com responsabilidade e seriedade esses recursos que, muitas vezes, contrariamente ao que nós pensamos, são recursos tremendamente escassos e tremendamente limitados e finitos. Dizer-lhe também que este trabalho é o trabalho de uma equipa, uma equipa que não se resume apenas ao executivo camarário, é uma equipa que se estende a todos os colaboradores da autarquia. E, portanto, eu aproveito para os saudar e para os felicitar, para lhes dar os parabéns. Porque é graças a eles que também nós temos efetivamente estes resultados que, são resultados, julgo eu, que nos orgulham a todos. Porque é que nós temos esse resultado tão negativo, ao nível do prazo médio do pagamento? Eu posso-lhe dizer.... Aliás, digo a toda assembleia e a quem nos está a ouvir, tranquilizo-os em relação a este aspeto: A Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis paga a tempo e horas. A Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis não paga atrasado a ninguém. Não quer dizer que não haja um ou outro problema de dentro da organização, num ou noutra pagamento. Os serviços têm instruções para pagar a pronto. Portanto, é essa a determinação. Pagar a pronto nunca é possível numa autarquia, mas é essa a orientação que nós damos. É pagar o mais rapidamente que nos for possível. E muitas das vezes fazemo-lo. E agora neste período particularmente difícil, então, eu julgo que essa é que é*

mesmo uma obrigação, devemos mesmo zelar para pagarmos a tempo e horas. E, portanto, porque é que nós temos este prazo de pagamento? Basicamente, porque temos um conjunto de coisas que estamos a pagar de forma diferida, foram negociadas assim, nomeadamente processos judiciais, que envolvem valores expressivos de quase um milhão e seiscentos mil euros (1.600.000,00€), que fomos condenados a pagar, e, por exemplo, o imobilizado que nós adquirimos. Todo o imobilizado que nós adquirimos, o Parque Urbano, a Garagem Justino foi pago de forma faseada e, portanto, isso, naturalmente, agrava o prazo médio de pagamento. Dar essa nota de que, efetivamente, o nosso prazo de pagamento é um prazo de pagamento que leva a que os nossos fornecedores hoje toda a gente queira vender à Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, hoje ninguém hesita em vender à Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis porque tem a garantia de que os pagamentos são feitos nos prazos que nós disponibilizamos. E lá chegaremos à fase onde nós vamos negociar todos esses pequenos descontos de pronto de pagamento, que são absolutamente fundamentais para libertar alguns recursos. Em relação à intervenção do Senhor Presidente de Junta José Santos, Senhor Presidente de Junta de Ossela: Eu julgo que ninguém ficou a perceber nada daquilo que acabou, enfim, por dizer. É um assunto que deveríamos tratar entre nós e, portanto, poderia ter-me ligado e conversávamos sobre isto. Basicamente, o que é que acontece? Contextualizando: Estamos a falar de uma mini-hídrica. Tem uma concessão de exploração, enfim, já com uns anos. Julgo que terminará agora em 2024 ou 2025. Sempre existiu lá um portão a vedar, digamos, o acesso. Estão lá as marcas. Estão lá as colunas. Entretanto, houve lá um problema na sustentabilidade e eles posicionaram o portão mais à frente. Estamos a falar de um problema do executivo anterior, não é um problema de hoje. E esse portão foi licenciado - julgo que foi pelo senhor vereador Ricardo Tavares. Esse portão foi licenciado e depois essa deliberação foi revogada. Bom, o que é que acontece? Acontece que estamos a falar basicamente de uma estrada de terra, é um caminho de terra. Não chegamos lá sem ser por jipe. Eu fui lá esta semana. Esta semana eu fui lá ao local. Não há acordo nenhum, Senhor Presidente de Junta. Não há acordo nenhum. É um completo, enfim, exagero isso que acabou de dizer. E deixe-me que lhe diga o seguinte: Há um problema sério ali de segurança. Porque efetivamente, como sabe, a mini-hídrica funciona de forma automática. Se nós tivermos alguém a cair naquela levada, a pessoa é aspirada por sucção para as turbinas e tem morte imediata. Portanto, há ali a necessidade de criar um conjunto de condições de segurança seja para quem utiliza os caminhos de Ferreira de Castro, seja para quem inadvertidamente aceda ao local. Porque, mesmo com o portão que lá está, a acessibilidade ao local é possível através dos montes que confrontam com a propriedade da mini-hídrica. O Caminho Ferreira de Castro faz-se através de um murete ... - eu não sei que largura terá aquele murete? Mas deve ter um metro no máximo ... ao lado da levada e depois com uma zona tremendamente íngreme onde uma pessoa se cai ali abaixo não será fácil sair dali com vida. E, portanto, nós temos que reunir condições de segurança ao mesmo tempo que compatibilizamos as coisas de maneira a evitar um processo judicial que não sabemos qual é que será o desfecho. Mas, se nós conseguirmos uma solução a contento de ambas as partes, isso é

*seguramente o melhor caminho. E foi isso que nós procuramos fazer. Portanto, o proprietário da concessão disponibiliza a chave para que, a Junta, a Câmara, o Centro de Estudos Ferreira de Castro, a quem for necessário possa aceder e possa passar no local. Eu não sei se há outra solução para isto? Eventualmente, pode ser que haja outra solução para isto. Se quiserem constituir, enfim, uma pequena equipa municipal para se deslocarem ao local, vão perceber a essência do problema. Eu gostaria que vocês percebessem mesmo a essência do problema. Porque descrito da forma como aqui foi descrito, parece que estamos a falar de uma zona de fácil acesso onde passam lá todos os dias pessoas. Eu julgo que não passarão lá pessoas todos os dias e haverão muitas semanas onde não passa rigorosamente lá ninguém, não tenho dúvidas nenhuma sobre isso. Então no inverno, garantidamente o inverno todo, não passará lá ninguém. Mas aquilo que importa é perceber se o caminho é público ou se o caminho é privado. E sendo público: E sendo público se nós estamos disponíveis para implementar uma solução? É esta ou outra. E, portanto, não nos parece que seja forçoso que tenhamos que ir para um processo judicial onde vamos todos perder tempo, onde vamos gastar seguramente dinheiro e não sabemos qual é que será o desfecho. Se nos será favorável ou não. E, portanto, Senhor Presidente (Junta de Ossela) estou disponível, como sempre estive, para falar consigo sobre isto. Já estivemos no local, os dois. Já estivemos no local os dois. Lembro-me bem do que é que nós falamos então, na altura. Eu não sei se a Senhora Vereadora (Ana de Jesus) tem alguma coisa a acrescentar sobre isto? Não tem nada a acrescentar sobre isto. Aquilo que eu sei é que a Senhora Juíza aconselhou a que as partes tentassem dialogar e tentarem encontrar um acordo. Portanto, aquilo que foi dito, foi conversado entre o advogado da Câmara Municipal e o advogado da outra parte e foi comunicado a minuta de um acordo para perceber qual era a posição precisamente da Junta de Freguesia em relação a essa situação. Mas, estou disponível para conversar sobre isto. Porque, naturalmente, não queremos também que essa decisão seja uma decisão que prejudique os osselenses e prejudique a Junta de Freguesia. Agora, o Senhor Presidente (Junta de Ossela) terá que convir que é um local extremamente perigoso, extremamente perigoso. E se nós não limitarmos o acesso ao local poderemos ter ali problemas muito graves. Em relação à intervenção do Senhor deputado Fernando Pais: Surpreende-me que nós estejamos a perder tempo a discutir a Escola de Fajões quando a Escola Ferreira da Silva está muito perto de estar concluída. E felizmente para todos nós a Escola de Fajões está em obras. É isso que realmente interessa. Eu só queria deixar aqui muito claro, porque este tipo de coisas depois deixam alguns vestígios e é importante que nós clarifiquemos as coisas: O que sempre disse ... - aliás, eu lembro-me: foi inclusivamente na sequência de uma intervenção sua que eu lhe pedi, já é a segunda ou terceira vez que lhe peço, para confiar em mim, para confiar no trabalho que estava a fazer. A única coisa que eu dei como garantia a toda a assembleia municipal foi que não perderíamos um centímo de fundos comunitários, daquilo a que tínhamos direito. Agora o que eu disse foi que, tínhamos apresentado um conjunto de soluções ao ministério da educação e se a solução não fosse uma solução daquelas que nós tínhamos proposto; preferíamos alocar verbas à Escola Ferreira da Silva e a outras escolas da nossa responsabilidade e depois, sim,*

*arranjarmos financiamento para requalificarmos integralmente a Escola de Fajões. Porquê? Porque a Escola Ferreira da Silva o projeto que se previa requalificava integralmente a escola e Fajões não. Em Fajões a única coisa que ia acontecer era a construção de um novo bloco mantendo-se dois ou três blocos por requalificar e nem sequer a remoção do amianto prevíamos retirar da escola. E foi apenas e só por isso que se falou na questão da Escola Ferreira da Silva e nas verbas que restassem, para não as perdermos, para serem aplicadas na melhoria das nossas escolas. Mas não foi essa a proposta que foi apresentada na tutela à senhora secretária de estado. A proposta que foi apresentada foi: Nós precisamos de mais dinheiro; Isto é curto; Isto não dá para requalificarmos estas duas escolas que são da vossa responsabilidade; E, portanto, precisamos de mais dinheiro para isso. E por isso é que veio mais 600 mil euros para cada uma das escolas. E veio mais um milhão de euros. E foi a única Câmara do país que teve financiamento para escolas da sua responsabilidade. E tivemos um reforço de mais 2,2 milhões de euros para requalificar as duas escolas. E o que importa aqui, aquilo que é verdadeiramente importante é que nós fiquemos com duas escolas preparadas, duas escolas século XXI, para uma série de anos e resolvamos aquele problema. E a Escola de Fajões seja um assunto que foi alvo de uma discussão política intensa, apaixonada, com alguns argumentos que foram esgrimidos que foram tremendamente injustos. Mas eu queria deixar aqui esta palavra de pedido de confiança que eu lhe fiz, em relação ao antigo Centro de Saúde, quando aquilo que se dizia que íamos perder o edifício e o dinheiro e, também, em relação a esta Escola (Fajões), quando eu lhe disse que nós não íamos perder um cêntimo e que iria continuar a trabalhar e a lutar todos os dias para ter essa Escola (Fajões) requalificada integralmente. E foi isso que aconteceu. E, portanto, mesmo assim vamos ter que fazer algum esforço e algum esforço expressivo do Orçamento Municipal. Estamos a gastar meio milhão de euros a remover o amianto de todas as escolas, mas sobretudo das escolas que não são nossas. E isto resulta também da forma como nós conseguimos em determinado momento e em determinado contexto posicionarmo-nos nos processos negociais. E, portanto, aquilo que nós esperamos é que, a Escola de Fajões tenha um empreiteiro que a leve no prazo que está estabelecido a bom porto e este assunto seja um assunto do passado. Muito obrigado. =*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado **Albino Martins**, do PSD.=====*

*===== Isto não é uma intervenção que estivesse prevista, mas, tenho que dizer que me escandalizei com aquilo que ouvi em relação à intervenção do José Santos, em relação à decisão. E o meu escândalo, não é em relação à Câmara, é em relação à Senhora Doutora Juiz. E eu quero dizer aqui claramente: O nosso lugar é aqui e o lugar dela é lá. Concretamente, eu acho que esta Assembleia foi desrespeitada. Esta Assembleia aprovou aquele como um caminho público, que era privado antes. Transformou-o em público. Veio a Senhora Doutora Juiz, que tem pedido insistentemente à Assembleia que defina (à Câmara que diga e depois a Câmara manda para a*

*Assembleia) os caminhos públicos e os caminhos privados. Temos definido algumas situações dessas. Definimos. E ela agora vem fazer um acordo em cima disto. Que tenha razões para isso? Admito, Senhor Presidente, que possa haver necessidade de segurança. Agora, é escandaloso que o poder judicial se sobreponha ao poder legislativo desta Assembleia. Se é assim, eu pessoalmente recuso-me no futuro a colaborar na comissão que anda a fazer esse trabalho de levantamento dos caminhos públicos e privados para dar uma opinião sobre eles. Tenho dito. Muito obrigado. ===*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar mais esclarecimentos. =====*

*===== Eu peço desculpa, não vos vou maçar. Não é isso o que se passou. A Senhora teria desrespeitado esta Assembleia se dissesse: “Aquele caminho é público e eu determino que ele seja privado.” Não foi nada disso. O que ela pediu foi: (E estão aqui vários advogados e sabem que isto é absolutamente normal) procurar que as partes concertassem uma solução no caminho público. Não se está a pedir a desafetação do caminho. Não queremos que o caminho passe de público a privado. É uma solução. O portão já lá estava. O portão sempre lá esteve, o portão sempre lá esteve. O que aconteceu foi que aluiu. E, portanto, o portão foi posicionado na zona possível. Mas foi uma tentativa da Senhora Juíza ... - Acho eu com a melhor das intenções, não quis de certeza absoluta desrespeitar a Assembleia Municipal ou a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis ou a Junta de Freguesia de Ossela. Apenas questionou se era possível encontrar uma solução que permitisse o contento das partes. Portanto, as pessoas estão a trabalhar nisso. Não está nenhum acordo feito, não está nenhum acordo fechado. Se estivesse algum acordo feito, algum acordo fechado, não fazia sentido esta discussão, não é? Eu comprometo-me a conversar com o Senhor Presidente da Junta a procurarmos encontrar uma solução que permita resolver este problema. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor **José Santos** - Presidente da Junta de Freguesia de Ossela. =====*

*===== Isto é só para um pequenino aparte. Agora congratulo-me com as palavras do Senhor Presidente, diz que vai falar comigo para a gente entrarmos em entendimento e vemos uma solução mais adequada para o assunto. Mas, eu quero dizer que, no mail que veio está textualmente lá dito que as condições, portanto, que ficaram acordadas eram aquelas e que não pediam nenhuma opinião à Junta de Freguesia. Portanto, são estas as condições que estão acordadas, mas se a Junta não concordar nós estamos aqui para conversar. Isso não vinha no mail, Senhor Presidente, desculpe. =====*

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar mais esclarecimentos. =====

===== Atenção que isto é um processo judicial que foi movido contra a Câmara. É um processo judicial que foi movido pela entidade contra a Câmara. A Câmara é Ré. Portanto, aquilo que está ali é uma minuta de um acordo entre a Ré e entre o Autor da ação. E, portanto, foi comunicado à Junta de Freguesia a minuta do acordo. Com certeza que não foi para dar apenas e só conhecimento, porque se não teríamos transmitido já à Juíza a nossa decisão. Aquilo foi a minuta do acordo estabelecido entre as partes. É um documento. Os advogados sabem que isto é absolutamente normal. Olhe, está aqui aquilo que as partes entendem que é uma solução para o problema. Digam lá? E vocês disseram, não, não concordamos. E a partir daqui o que é que se tem que fazer? É uma coisa muito simples: é avançar no sentido de encontrarmos outra plataforma de entendimento. Claro que, se nós não chegarmos a nenhum entendimento, a ação judicial vai seguir o seu curso e poderá, naturalmente, resultar numa decisão que não nos seja favorável. Se nós conseguíssemos encontrar uma solução que nos fosse favorável e que fosse favorável às partes, melhor. É só disso que se trata, mais nada, não há aqui nenhuma questão. =

===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal - Dr.ª Helena Santos**, anunciou o tempo utilizado pelos Grupos Municipais: O PS utilizou 17 minutos e 12 segundo; O PSD utilizou 29 minutos e 07 segundos, o CDS/PP utilizou 03 minutos e 31 segundos e o Independente não usou da palavra. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a admissão do agendamento por 2/3 do seguinte ponto: “Autorização da despesa da responsabilidade do município de Oliveira de Azeméis para cobertura financeira do défice do programa de apoio à redução tarifária nos transportes públicos (PART) do ano 2019 de acordo com o critério AROUCA (I/116577/2020) - Ratificação de despacho”, na Ordem de Trabalhos, tendo sido deliberado por unanimidade o seu agendamento. =====

===== Deste modo, ficou a constar da Ordem de Trabalhos: =====

===== **Ponto catorze:** Autorização da despesa da responsabilidade do município de Oliveira de Azeméis para cobertura financeira do défice do programa de apoio à redução tarifária nos transportes públicos (PART) do ano 2019 de acordo com o critério AROUCA (I/116577/2020) - Ratificação de despacho. =====

===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO)** =====

===== *Seguindo os trabalhos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, deu início ao Período da Ordem do Dia.* =====

===== **Ponto um: - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município - Apreciação;** =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as atividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município.* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *É o cumprimento de uma obrigação legal. Estamos a dar os dados da execução até 18 de novembro de 2020. Se houver alguma dúvida, por favor coloquem-na.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *A Assembleia Municipal **tomou conhecimento e apreciou a referida informação.*** =====

===== **Ponto dois: - Documentos previsionais - (I/118529/2020) - Orçamento, Grandes Opções do Plano e Quadro Plurianual de Programação Orçamental para o ano 2021 - Aprovação; 02.1 - Aprovação/ Autorização das normas e propostas que constam do relatório orçamental, nomeadamente as propostas do ponto VII - 1.a), 1.b) e 2;** =====

===== *Pela Câmara Municipal foram presentes os documentos referidos em epígrafe, os quais ficarão arquivados em pasta anexa ao livro de atas, elaborados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro.* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Estamos a decidir o último orçamento deste mandato. É um orçamento que encerra um ciclo. E é um orçamento que encerra o ciclo com um conjunto de investimentos sem paralelo no nosso concelho. É seguramente o orçamento mais ambicioso de sempre. É, na minha opinião, o melhor orçamento municipal de sempre. E é um orçamento que permite investimentos sem precedentes nas pessoas, permite um investimento sem precedentes na melhoria da sua qualidade de vida e no progresso, e no desenvolvimento do concelho. É um orçamento que prevê*



*investimentos em áreas absolutamente estratégicas para o futuro do concelho. Um orçamento que responde a muitas das nossas necessidades coletivas mais urgentes: A resolução dos problemas em algumas das nossas escolas; A requalificação da rede viária; A requalificação de equipamentos culturais; A requalificação e recuperação do edificado público; A requalificação das zonas industriais; Investimentos na rede de água e saneamento; Na criação de Parques verdes e de lazer; Na proteção civil municipal e na segurança dos oliveirenses. Este é um investimento que é feito ao mesmo tempo que se contratam dezenas de recursos humanos que reforçam a nossa capacidade para intervirmos no território por administração direta. Temos aqui um reforço importante da nossa capacidade operativa e da nossa capacidade interventiva, ajudando assim a evitar os processos burocráticos que a contratação pública nos impõe. Estes recursos humanos são absolutamente fundamentais, para nós podermos fazer mais e melhor. Este orçamento atende à grande maioria das reivindicações das nossas Juntas de Freguesia - de todas as Juntas de Freguesia e não apenas de algumas das nossas Juntas de Freguesia - queria sublinhar isto. Reforçando o investimento nas freguesias como instrumento absolutamente fundamental de promoção do desenvolvimento e da coesão do nosso território. Os presidentes de Junta aqui presentes são os responsáveis pelo grande trabalho que eu classifico, que eu reputo de excepcional que foi feito ao longo deste mandato em prol das suas populações. E por isso, eu quero aqui saudar e agradecer, publicamente, neste último orçamento do mandato, o vosso trabalho e a vossa cooperação permanente no desenvolvimento do nosso território e na satisfação das necessidades da nossa população. Mas este é um orçamento que, ao mesmo tempo que promove investimentos substanciais, alivia também a carga fiscal das famílias através da redução do IMI para a taxa mínima devolvendo às famílias e às empresas mais de 1,7 milhões de euros. É um orçamento que apoia a economia, através da requalificação das zonas industriais, da isenção do IRS para sujeitos passivos que faturem menos de 150 mil euros por ano, na redução do IMI - já referida, e nos programas de apoio ao empreendedorismo e à criação do próprio emprego e particularmente do empreendedorismo jovem que tem duas dotações de 250 mil euros, portanto meio milhão de euros no total. Um orçamento que apoia as nossas instituições e as nossas coletividades e que reconhece o papel insubstituível que elas desempenham ao serviço da nossa comunidade. Um orçamento que responde aos problemas das pessoas, através dos apoios sociais e do apoio às famílias e que procura resolver os problemas do presente com uma visão de futuro. A proposta de orçamento para 2021 apresenta-se com um valor global de 50.37 milhões de euros. O trabalho que foi realizado nos últimos três anos, apesar naturalmente dos graves condicionalismos que o Covid nos trouxe, permite que este concelho chegue a 2021 com uma capacidade para realizar um conjunto de investimentos que estruturam o novo modelo de desenvolvimento económico-social que será o elemento precursor da agenda estratégica para a próxima década. A proposta orçamental municipal para 2021 tem como linha estratégica: valorizar o reforço do apoio social às pessoas e às famílias; a promoção da inclusão social e a alocação de verbas para o prolongamento das medidas de apoio ao Covid no ano 2021; o apoio às famílias e às empresas*

com a redução da taxa geral de IMI de 0,35 pra 0,3; a requalificação do Parque Escolar e o aumento do apoio às famílias, através do Vale Educação; o aumento do investimento nas Freguesias; a reabilitação urbana; a mobilidade urbana sustentável; a competitividade e a valorização do território; a atração de investimento e desenvolvimento de programas de apoio ao empreendedorismo, incluindo o jovem - conforme aqui já acabei de dizer; a requalificação do edificado municipal, para a deslocalização de serviços que se encontram ainda hoje instalados em espaços arrendados e em espaços que não têm condições nem dignidade quer para os nossos colaboradores quer para os nossos munícipes; a criação de parques verdes, desportivos e de lazer, e a recuperação de locais de interesse turístico; a continuidade da aposta na eficiência energética; a requalificação da rede viária das zonas industriais; a expansão da cobertura da rede de água e saneamento; e a dinamização cultural do concelho. Um investimento que tem como principais áreas de atuação: Educação e a Formação: com 13.1 milhões de euros. Ordenamento do Território: com 6.4 milhões de euros; Cultura: com 5.8 milhões de euros; Transportes e Comunicações: com 3.1 milhões de euros; Serviços Urbanos Ambientais: com 2.4 milhões de euros; Juntas de Freguesia: com 1.6 milhões de euros; Apoio social e Apoio às Famílias: com 1.14 milhões de euros; Proteção Civil e a Conservação da Natureza: com 1 milhão de euros; Apoio às Empresas e ao Comércio: com 560 mil euros. Investimentos que consubstanciam a estratégia de desenvolvimento para o concelho em vários domínios e que se materializam em várias obras, entre as quais se destacam: A remodelação - já aqui referida - da Escola Dr. Ferreira da Silva e da Escola de Fajões e a reabilitação também de um conjunto de escolas, jardins de infância e EBI's do nosso concelho; o plano de remodelação do Cineteatro Caracas, já em curso; a requalificação do Mercado Municipal e a criação nesse edifício do Centro Coordenador de Transportes - Estação Multimodal de Transportes; a construção do Parque Urbano; a reabilitação da Casa Sequeira Monterroso, para albergar o Fórum Municipal; a requalificação da Garagem Justino, para o Centro de Artes - para o Centro de Oficinas Criativas; a requalificação da Escola Bento Carqueja - antiga Escola Superior de Enfermagem; a construção do Posto de GNR de Cesar - uma importante resposta para esta freguesia onde nos encontramos; um investimento muito forte na recuperação e na requalificação da rede viária, nomeadamente, na Área de Acolhimento Empresarial de Loureiro, na Rua do Mosteiro - Cucujães, na zona industrial do Nordeste Cesar/ Carregosa/ Fajões - já aqui foi referida hoje, na beneficiação da ENI, da Cidade para Santiago de Riba-Ul, nas vias da zona industrial de Oliveira de Azeméis/ Santiago de Riba-Ul, na Avenida dos Combatentes - Pindelo, na zona industrial de Nogueira do Cravo/ Pindelo, na beneficiação e conservação de várias vias municipais e na execução de rotundas e de passeios. Uma aposta forte também na requalificação do Anfiteatro ao Ar Livre, em Cucujães, da zona envolvente ao Cemitério de Cucujães, na construção da zona de lazer no Lugar do Teso, em Cucujães, e ampliação da rede de água e saneamento em várias freguesias do concelho. Um orçamento que prevê um fortíssimo investimento mas que, procura, também, reduzir a dívida municipal. Esperamos chegar ao final do ano de 2021 com uma redução da dívida

*municipal de 1.1 milhões de euros. O orçamento de 2021 prevê um aumento de investimentos com capitais próprios de aproximadamente 17.8 milhões de euros, representando um acréscimo de 8 milhões de euros face ao inicialmente estimado para o ano de 2020. Esta alocação de capitais próprios deverá garantir um volume de investimento total de cerca de 27 milhões de euros, incluindo naturalmente os fundos comunitários. Quer isto dizer que uma grande parte dos investimentos municipais, que vão ser realizados em 2021, são assegurados com capitais próprios que resultam, como é óbvio, em larga medida, das opções de gestão que foram tomadas nos últimos anos e não com fundos comunitários. O que demonstra claramente a autonomia financeira, a capacidade financeira, da autarquia para cada vez mais depender cada vez menos dos fundos comunitários para fazermos obra e para desenvolvermos o concelho. Isto é muito importante. Porque, como todos sabemos, os fundos comunitários, são finitos, não são eternos. Importa termos capacidade de investimento através de recursos próprios. A despesa total prevista é de 21.35 milhões de euros e, quando comparada com as receitas de capital que são 11.42 milhões de euros, evidencia outro aspeto muitíssimo importante que eu queria aqui sublinhar: É o esforço que tem sido feito para nós canalizarmos receitas correntes para despesas de capital. Quer isto dizer que a máquina municipal está cada vez mais eficiente e consegue disponibilizar recursos financeiros importantes, não para pagar despesas correntes mas para transformar receitas correntes em despesas de capital, ou seja, em investimentos. Isto é muito importante porque dessa forma nós conseguimos naturalmente atender às necessidades daqueles que justificam a existência dessa máquina municipal que são, naturalmente, os oliveirenses, as nossas populações. Em relação ao Plano Plurianual de Investimentos: O volume de investimentos previsto no PPI é de 19.9 milhões de euros. Que é um aumento de 100%, face ao orçamento inicial de 2020. Estamos a falar de 9.5 milhões de euros que tínhamos previsto em 2020. Do volume total de investimentos destacam-se um conjunto de ações de valor mais relevante: Remodelação do Cineteatro Caracas, com 3.7 milhões de euros; Edifício para a nova centralidade, com 2.1 milhões de euros; Escola Básica e Secundária de Fajões, com 2.1 milhões de euros; Edifício para espaço multiusos, 1.8 milhões de euros; Um conjunto de intervenções na rede viária de 1.5 milhões de euros; Beneficiação de outras escolas do ensino básico, com 1.2 milhões de euros. Em relação à despesa: Temos uma previsão de despesa corrente no montante de 29 milhões de euros; E uma despesa de capital na ordem dos 21.35 milhões de euros. Do lado da despesa corrente, temos como rubricas mais substanciais, mais relevantes: Despesas com Pessoal: estamos a falar de 14.5 milhões de euros. Tem um aumento de 3%, face ao orçamento inicial de 2020; Aquisição de bens e serviços: 10.3 milhões de euros. Representa uma diminuição global de 8%, face ao valor inicial do ano anterior; Transferências correntes - subsídios: 3.4 milhões de euros. Um aumento de 11%, face à dotação inicial de 2020; Aquisição de bens de capital, bens de investimento: 19.9 milhões de euros. Representa cerca de 40% da despesa total e apresenta, conforme disse, um aumento superior a 100%, face ao orçamento inicial. As transferências de capital apresentam uma dotação de 900 mil euros. Uma diminuição de 19%, relativamente ao ano anterior. E os passivos*

*financeiros totalizam meio milhão de euros. Em termos de receita: A receita corrente prevista é de 38.9 milhões de euros. E a receita de capital é de 11.4 milhões de euros. Os principais montantes do lado da receita são, naturalmente, os impostos: impostos diretos e indiretos, taxas, multas e outras penalidades; que ascendem a 13.93 milhões de euros e representam cerca de 27% da receita total. As transferências correntes são de 20.8 milhões de euros. A venda de bens e serviços correntes tem uma previsão/ estimativa de 3.69 milhões de euros, para 2021. E representa 7,3% das receitas totais. As transferências de capital cerca de 8 milhões de euros. Apresentam um aumento de 37%, face ao orçamento inicial de 2020. E, portanto, o grande desafio que se nos coloca a todos, naturalmente, é sentirmo-nos todos motivados para trabalhar para a sua execução. Porque estamos todos de acordo, julgo eu, que era extraordinariamente importante para o concelho, para todos nós, que todos estes investimentos se concretizassem. Naturalmente que, da minha parte, os oliveirenses podem contar para com toda a minha dedicação, toda a minha energia, trabalhar para que este concelho seja um dos melhores concelhos do país para viver, investir e trabalhar. E que, nós tenhamos com este orçamento um virar de página na história do concelho, iniciemos um ciclo de investimentos sem paralelo que terá que ser necessariamente consubstanciado numa agenda estratégica para a década que todos vamos ser desafiados para colaborar e para ajudar naturalmente a desenhar. Muito obrigado. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de José Queirós, Jorge Pereira, Bruno Aragão, Bruno Rodrigues e Albino Martins. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor **José Queirós** - Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro. =====*

*===== Boa noite. Senhora Presidente, doutora Helena Santos, Senhores Secretários da Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados da Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, comunicação social, senhores funcionários municipais, público aqui presente e aqueles que nos veem lá em casa através da Azeméis TV. Quero deixar aqui um cumprimento especial ao Senhor Presidente da Junta de Cesar, o Senhor Augusto Moreira que nos acolhe hoje aqui na sua terra. Senhor Presidente, venho aqui hoje deixar nota de que é com satisfação que vejo espelhado neste orçamento a requalificação da Travessa da Moura, da Rua da Moura e zona envolvente. É de facto uma grande necessidade para todos, especialmente para as duas empresas lá implantadas - Transportes Arrabães e Lasertig - que são servidas até hoje - como sabe - por um caminho em terra batida. Por algumas vezes dei conta ao Senhor Presidente desta situação e da urgência da sua resolução, a última vez, creio que há cerca de um ano, numa assembleia municipal, ao que na altura respondeu que seria resolvido durante o segundo semestre de 2020. Já não será no segundo semestre de 2020, mas será certamente a muito curto prazo. Em meu nome e em nome dos loureirenses, congratulo-me com o facto. No*

entanto, também, por diversas vezes, dei conta ao Senhor Presidente, pessoalmente e publicamente, do maior problema que vivemos no momento em Loureiro: a falta de saneamento básico, especialmente nas zonas mais urbanas da freguesia. Verificamos, principalmente no centro da freguesia mas também em lugares próximos, onde têm vindo a ser construídos prédios habitacionais, que os esgotos provenientes de alguns desses prédios e habitações são descarregados diretamente para a rede de águas pluviais. O que além de todos os constrangimentos provoca um cheiro que é muitas vezes insuportável, como devem calcular. Estamos a falar, Senhor Presidente, aqui de um problema de saúde pública. Estas carências tão básicas numa terra de gente empreendedora - como tem dito - e briosa, não são compatíveis com o desenvolvimento que se pretende, com a vontade de fixar pessoas e criar riqueza, nem com a defesa do meio ambiente que é certamente uma preocupação de todos nós. Todos sabemos da gravidade desta situação e da necessidade urgente de a resolver e por isso, tinha a esperança de ver explanado neste orçamento para 2021, algum sinal, alguma indicação que este problema iria começar a ser resolvido. Infelizmente, tal não aconteceu. Senhor Presidente, no entanto, e apesar de nada constar neste orçamento, continuo com a esperança de ver já no próximo ano algum sinal, um sinal claro de que este executivo está de facto preocupado com este problema e que tenciona efetivamente resolvê-lo. Muito obrigado. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado **Jorge Pereira**, do CDS/PP. =====

===== 4.969.000,30€. 4.969.000,30€, é quanto se prevê o quanto vai custar o Mercado/CTT (Centro Multimodal e Coordenador de Transportes) no coração da cidade. Os oliveirenses já sabem deste número? Em frente à Igreja Matriz do Padroeiro S. Miguel, em que o antigo Café Arcádia vai passar a ser a bilheteira da referida coordenadora de transportes. 4.984.000,00€, é quanto se prevê quanto vai custar o novo parque Urbano de Oliveira de Azeméis. Já fora de portas do coração da cidade, no lugar de terreno e pinhal, com uma inclinação em rampa virada ao rio Antuã. Será que os oliveirenses estão conscientes disto? Ainda temos presente que estamos no mês do passamento do muito amado arquiteto paisagista português Gonçalo Ribeiro Teles. O arquiteto dos Jardins da Gulbenkian. Se ainda fosse vivo e se viesse a Oliveira de Azeméis, se visse uma cidade que gasta 10.000.000,00€ para levar autocarros e gases com efeito de estufa para o centro da cidade e manda os seus habitantes apanhar ar fresco para fora da cidade - O que diria? Certamente, diria que está tudo errado. 3.247.850,00€, é quanto se prevê quanto vai custar recuperar um edifício antigo para construir um Fórum Municipal num sítio acanhado. Repetimos o que aqui dissemos anteriormente: Em todas as grandes cidades e maioria das localidades o Edifício Sede Municipal, não está implantado em locais acanhados, deve ser sempre um edifício marcante na paisagem urbana, não tem número de porta, deve ser sóbrio, deve ter significado histórico ou rica beleza arquitetónica, tem de saltar à primeira vista de qualquer

*visitante, deve ser central, deve ter amplitude exterior para variados tipos de manifestações como paradas e guardas de honra do tipo militar, visitas de estado, ponto de encontro, local de festas, etc.... Nada disto vai acontecer. Sempre seremos contra o atrofiamiento do espaço urbano e a favor de uma cidade moderna e qualificada, com reduzida pegada de carbono, com amplitude e amiga dos que nela queiram morar ou se deslocar. Há dois anos, assim dissemos: A cidade precisa, a cidade merece uma visão e uma estratégia. E neste campo ainda pouco sabemos. Isto foi há dois anos. Hoje já sabemos. Estes três exemplos com os quais iniciei são as marcas de um mandato socialista, para o qual o CDS nunca contribuirá. Além destes, há mais dois que são significativos: A remodelação do cineteatro Caracas e a reabilitação da Garagem Justino para o centro de artes. E, então, a estratégia é: O cineteatro Caracas é uma reabilitação transitada do mandato anterior; O Salão Nobre, na Praça José da Costa, passa a Centro Intermodal de Transportes; Uma garagem de automóveis passa a centro de artes; Um edifício antigo numa rua estreita passa a Fórum Municipal; Um terreno fora da cidade passa para parque urbano. Teremos efetivamente uma cidade transformada depois desta execução de mão cheia de milhões de euros? Nem tanto. Por exemplo, a rede viária da cidade vai continuar exatamente igual ao que temos hoje. Nem uma só via ou artéria nova vai ser construída. Quem tiver de se deslocar à cidade e quiser vias e acessos capazes; Vai ter de esperar. E muito. Lá para depois de 2025. Estas opções para o centro da cidade acabam por ser uma marca que esbate um trabalho que até poderia ser classificado com nota bom. Que concordamos com o investimento na educação, com destaque para as Escolas EB 2.3 de Cucujães e de Fajões; Os investimentos na modernização da iluminação; Na reabilitação dos quartéis da GNR de Cesar e de Cucujães, entre outros. Já agora, caro deputado, Bruno Aragão, questionou o Senhor Presidente para lhe dar o ponto de situação da Escola de Lações. Eu posso dar esse contributo: Zero euros, para 2021. Já em novembro de 2018, e depois repetido na Assembleia Municipal de há um ano atrás - está nas atas, voltamos a repetir que os planos plurianuais de investimento não contemplavam uma aposta clara no investimento da criação de novas áreas empresariais e infraestruturção e qualificação das zonas industriais existentes no apoio expresso aos empresários que diariamente criam riqueza e tornam o nosso concelho pujante. As empresas e os empresários teriam de ter paciência e esperar. Agora, saudamos também positivo que o Senhor Presidente tenha reconsiderado e procedido, do ano passado para este ano, uma grande reviravolta no plano plurianual de investimentos ao fazer passar a incluir uma alocação de investimento robusto nas zonas industriais a partir de 2022. Pena ser para o próximo executivo. Mas fica bem a intenção. E, depois das grandes opções do plano plurianual de investimentos, passemos ao corrente: Transferências correntes e de capital para as Juntas de Freguesia, Associação de Municípios, instituições sem fins lucrativos e famílias: Se retirarmos as transferências correntes; As transferências de capital, a tal de investimento, para as Freguesias são 295.000,00€, num total de 50.000.000,00€ de Orçamento. Feitas as contas, dá 0,59%. Pouco mais de 0.5%, entenda-se. Os dois primeiros anos de arranque do mandato, 2018 e 2019, foram marcados por cortes, em relação ao último ano do mandato anterior do PSD. Nos*

dois primeiros anos do presente mandato - os números não enganam: cortaram na rubrica de transferências para educação e formação; cortaram na rubrica de transferência para apoio às famílias; cortaram na rubrica de transferências para empresas e comércio; cortaram na rubrica de transferências para a cultura; cortaram nas transferências para serviços gerais; cortaram na rubrica de transferências para ordenamento do território. Para o ano das eleições o executivo pretende transferir 5, 6 milhões de euros: 5.6 contra 3.7 em 2018; 5.6 contra 3.2 em 2019. O que é que levou, agora, a mudar de opinião e considerar que em 2021 afinal transferir para os agentes da educação e da formação, para as famílias, para a cultura, para o ordenamento do território, afinal são extremamente importantes? Senhor Presidente, só nestas seis rubricas o Orçamento vem empolado em 95%, em relação ao primeiro ano do seu mandato. E vem empolado em 90%, em relação ao segundo ano do seu mandato. Atente-se: É o dobro no ano das eleições. Sempre o mesmo erro que criticávamos no PSD do antigamente, partimos com a ideia de que o PS dos tempos modernos seria diferente. É sempre o mesmo estratagema. Orçamentos expansionistas naquelas verbas certas. Como se os votos fossem uma mercadoria. E no ano em que é preciso mais mercadoria, tem que se gastar mais. Nós não somos de memória curta. É eleitoralismo, à descarada. E com outros paradoxos, por exemplo: Em 2021, vão ser executadas duas medidas que foram introduzidas para apoio às famílias e às empresas durante a primeira vaga da Covid-19 de março a junho. Estas medidas são uma redução da taxa de IMI de 0.375% para 0.3% no próximo ano. Redução que já era prevista, mas também serviu empolar o incentivo da Covid. E reparações nos arruamentos das zonas industriais, esta, entenda-se, uma medida de apoio às empresas em período de pandemia em 2020 com encerramentos, paragens, lay-off, mas para executar em 2021. Em segundo plano aparece, por exemplo: um agravamento de 600.000,00€ para 2021. Um agravamento de 600.000,00€ para 2021, na arrecadação de taxas, multas e outras penalidades. Que passa de 417.200,00€ em 2020 para 1.012.000,00€ em 2021. Em contrapartida, o Orçamento contempla um reforço de 200.000,00€, no próximo ano, para reforço de medidas Covid. E isto vai acontecer no ano de 2021. Que vai ser extremamente penoso pela Covid-19 na economia e nas famílias, com penúria nas empresas e desemprego nas famílias. Em resumo: Diz que vai dispor de 200.000,00€ para acudir a uma pandemia que vai afetar as pessoas, mas que depois lhes carrega e saca mais 600.000,00€. Como se explica e justifica aplicar e cobrar mais do dobro e assim arrecadar 1.000.000,00€ aos oliveirenses em taxas e multas? Fica a incumbência de resposta para quem se dignar a responder. Muito obrigado. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====

===== [Esta intervenção foi acompanhada com a projeção de slides.] Não sei se vivemos um período histórico na história da humanidade. O tempo o dirá. Mas vivemos seguramente um tempo histórico no período das nossas vidas. E esse facto incontornável não nos molda, mas não

*poderá deixar de nos modificar. Por isso mesmo Senhor Presidente, caros colegas membros desta Assembleia, as perspetivas que temos do presente e do futuro, sobretudo do futuro próximo pesam muito, considerando a crise pandémica que vivemos, os sacrifícios que ela vem impondo e o que ainda irá impor a muitas pessoas, às famílias, às empresas e a toda a comunidade. Se as opções que fazemos tem impacto futuro, neste momento percebemos isso como ninguém: quando falamos de planos de recuperação, da sua necessidade, ou planos de resiliência e da sua necessidade. Dissemos isso muitas vezes, ao longo dos últimos anos. Este é o quarto e o último orçamento de um mandato que mostra bem ao que vimos e a determinação com que o fazemos. Talvez desta vez, e pelas razões que referi, que são de facto especiais, não valha tanto a pena entrar nas habituais discussões com a oposição. Depois de tantos anos, no primeiro orçamento que o Partido Socialista apresentou, o orçamento para 2018, e estou a citar, estavam já “um bocadinho desiludidos”. No orçamento seguinte, o orçamento para 2019, continuaram, e cito novamente “bastante desiludidos”. Votaram sempre contra. É absolutamente legítimo. Não esperamos que seja diferente também neste último ano. Seja de quem sempre votou contra seja de quem, hesitando, ora se vai abstendo, ora consiga, na mesma assembleia e no seu grupo municipal, ter um voto a favor, um contra e uma abstenção, como foi o caso no orçamento do ano passado do CDS. Aconselho-o a ver, afinal, quem tem memória curta. E avançar significa, mais uma vez, pensar e falar do passado, do nosso passado. Não posso deixar de recordar o que dissemos em dezembro de 2017, na discussão desse primeiro orçamento pelo qual então éramos responsáveis. É a necessidade de nos confrontarmos, sempre, com aquilo que dissemos e as opções que fazemos que nos dá coerência e credibilidade. Cito-me: “O Concelho de Oliveira de Azeméis tem a segunda pior taxa de cobertura de redes de água e saneamento e deixou escapar, no devido tempo, os quadros comunitários dedicados.” O Senhor Presidente da Junta trouxe e muito bem aqui esse tema, a sua importância e o seu impacto. “Tem uma rede viária muito degradada e que necessita de intervenção urgente e, sobretudo, planeada. Tem um património edificado altamente degradado e desprezado durante anos. Nunca teve um verdadeiro Centro Coordenador de Transportes ou políticas de mobilidade pensadas, com tudo o que isso significa nas políticas de mobilidade e na centralidade. Não tem uma casa da cultura ou de espetáculos que lhe permita rivalizar e competir em atração com os municípios envolventes, todos. Tem uma dívida que continua a pesar há quase uma década desde o início do Plano de Saneamento Financeiro. Sobretudo e mais do que a dívida, estamos obrigados ao cumprimento deste Plano de Saneamento que limita muitas das opções que poderíamos tomar. Este é de facto o Orçamento onde aquilo que dissemos durante anos fica claro e inequívoco. E continuo a citar essa intervenção de 2017 - É neste quadro que nos movemos. Não espere Senhor Presidente da nossa parte, [...], uma inversão de papéis ou de narrativa, seja porque mudamos de situação ou da oposição para a situação, seja porque este ano ou outro é mais próximo de qualquer ato eleitoral. Se a realidade não muda mais de quarenta anos de uma gestão que sempre criticamos, o papel que agora assumimos altera substancialmente o tom e a forma que queremos imprimir a estas discussões. Não nos ouvirá, por*



isso, nunca nos ouviu, expressões de júbilo, laudes à gestão, disparates comparativos com o quadro nacional, como tantas vezes aqui ouvimos.” Fim de citação. Dissemos sempre que o rigor da gestão era fundamental para conseguir transformar o concelho de Oliveira de Azeméis. Não pelas razões que esta semana infelizmente bem recordamos, nem pelas razões que discutiremos no ponto 10 nesta assembleia, referente ao processo judicial 11-A/97. Não que isso seja pouco. Mas falamos de rigor e de boa gestão porque necessários para gerar recursos para a autarquia e disponibilidades de investimento. É exatamente isso que vimos fazendo, gerir da melhor forma e com as melhores opções os recursos de todos nós. É mesmo a pensar nas pessoas e nas suas necessidades. Este orçamento é o espelho desse percurso, de um percurso que não podemos abrandar. Mas é também o espelho de três importantes realidades que insistimos durante muitos anos, e também aqui não mudamos de posição: 1. O Plano de Saneamento Financeiro seria um constrangimento enorme durante anos. Foi-o durante mais de uma década. Hoje, pelo impacto orçamental, deixou de o ser, já ninguém duvida. 2021, será o primeiro ano, em mais de uma década, sem sentir o peso desse Saneamento. 2. O rigor na gestão seriam fundamentais para gerar recursos: menos rendas, menos ajudas de custos, mais eficiência energética, menos despesas de representação, menos despesas com publicidade e propaganda. Não foi à toa que chegamos aqui. 3. (E o mais importante para nós.) Gerir sem onerar o futuro. Porque os investimentos que temos vindo a fazer e os pesados montantes que temos vindo a pagar em processos judiciais e indemnizações não estão com a nossa gestão a condicionar os próximos anos. Estão a ser acomodados com muito esforço. Pensar nas pessoas é isso também. Não as condenar a anos de dificuldades pelas opções de gestão pública que fazemos. Este é o maior orçamento municipal de sempre e o orçamento de maior volume de investimento. Mas, vejamos: Mais de 50 milhões de euros de orçamento, com um esforço de investimento em PPI de cerca de 19 milhões de euros. [Projeção de slides]. No quadro comparativo com os últimos anos - aqui desde o orçamento de 2009 que apanha ainda o fim de um mandato, outro mandato aqui, outro mandato, e o mandato do Partido Socialista - percebemos como cresce o orçamento, mas percebemos como cresce de forma bem mais expressiva o investimento previsto. Esse investimento representa cerca de 40% do orçamento total. Ou seja, o aumento do orçamento não está a ser absorvido pelo custo da máquina, numa linguagem simples, mas está a ser canalizado para as necessidades de investimento, para as pessoas. No mesmo quadro comparativo, torna-se visível o que vimos dizendo há muitos anos, na oposição ou na gestão, que é o rigor na gestão pública que pode gerar disponibilidades financeiras. Percebemos neste gráfico, mais uma vez, o peso que a dívida foi tendo ao longo da última década e a dificuldade de canalizar recursos para investimento, quando as prioridades, mesmo nesse tempo, foram outras. E porque o que interessa num orçamento, para além do seu valor absoluto, é o peso que nós conseguimos canalizar. [O que vemos aqui é a percentagem do Plano Plurianual de Investimentos em todos os orçamentos anteriores e a percentagem neste orçamento. O peso médio aqui representado por esta linha vermelha. O Plano de Saneamento Financeiro absorveu estes anos todos. Este quadro comparativo é bem ilustrativo.]

*Nos últimos orçamentos, e um orçamento é sempre uma previsão, o plano plurianual de investimentos, o investimento nas pessoas representou aproximadamente 21%. Duas coisas são aqui importantes: não colocamos em causa o endividamento do município, como bem mostra o anuário já discutido nesta Assembleia Municipal e fazemos previsões com base em muitos projetos já aprovados, já em adjudicação, já com vencedor escolhido: do Mercado Municipal ao Fórum Municipal. Da escola de Fajões a várias das nossas muitas escolas. Do Cineteatro Caracas à Garagem Justino. Do apoio às juntas de freguesia às associações e coletividades. Das zonas industriais ao empreendedorismo. Na requalificação sem precedentes da rede viária, como é exemplo a requalificação da NI e da Rua do Mosteiro - só para citar algumas. Do Fórum Municipal ao Parque Urbano. Do apoio às famílias e às empresas, por exemplo, pela devolução em dois anos de mais de 1,7 milhões de euros em IMI, aos apoios sociais, ainda mais necessários na crise que vivemos. Sem simplismos e com toda a frontalidade, nunca viveria numa cidade como aquela que me foi apresentada ainda há pouco. Mas um orçamento é apenas uma previsão. Será um ano, Senhor Presidente, de enormes desafios à execução que ficou, nos últimos anos, e com toda a frontalidade, bastante abaixo do que precisamos e do que gostaríamos. Sempre disse: nunca faríamos laudes à gestão e honraríamos e responderíamos, sempre, pelo nosso legado. Na aprovação das próximas contas, como o fizemos em todas, não deixaremos de o analisar e, mais uma vez, como aqui fiz, comparar com todos os anos e também com os nossos. E este é o grande desafio do próximo ano: conseguir cumprir um orçamento com muito investimento, ao mesmo tempo que continuamos focados no apoio à crise que vivemos, seja nas questões de saúde pública seja nas medidas de apoio que vêm sendo implementadas pela Câmara Municipal em parceria com as instituições do Concelho. Por isso, e porque para nós a coerência é de facto muito importante, termino como nesse primeiro orçamento que aprovamos em 2017, o orçamento de 2018, porque não mudamos por estarmos noutra posição e, sobretudo, não mudamos por terem já passado três anos. Ao nosso passado, não fugimos. Cito: Votaremos favoravelmente, sobretudo, porque iniciamos finalmente a inversão de políticas pelas quais sempre lutamos. Sem euforias, mas com imensa esperança. Muito obrigado.=====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado **Bruno Rodrigues**, do PSD. =====*

*===== Excelentíssima Senhora Presidente em seu nome e em nome do Senhor Augusto, cumprimento todos os presentes e os que se encontram em casa a assistir a esta Assembleia. Estamos aqui hoje presentes para votar o orçamento do executivo para o próximo ano, orçamento de um ano eleitoral. Fruto dos normais ciclos políticos os orçamentos em anos de eleições são orçamentos com um maior nível de investimento, e com obra mais visível. Isto acontece aqui como acontece numa qualquer outra cidade de qualquer outro país. Bem sei que o Senhor Presidente não gosta quando apelidam este orçamento de eleitoralista. Se calhar tem razão, se calhar o*

*melhor termo a ser aplicado não deveria ser de “orçamento eleitoralista”, se calhar era melhor ter sido aplicado o termo de “estratégia eleitoralista”. Basta olhar para as execuções dos orçamentos dos anos anteriores para verificar que houve um constante adiamento do investimento, com acumulação de poupança, que resulta num saldo de gerência enorme, e que permite que o orçamento do próximo ano tenha um deficit de 11.8 milhões de euros. Só assim podemos ter um orçamento que foi apelidado como “o” maior orçamento da história oliveirense em democracia. Gostava de falar sobre 4 temas e fazer perguntas concretas para tentar perceber quais as estratégias do executivo para os mesmos. Um deles é sobre os apoios Covid. Neste orçamento está previsto um eventual acréscimo de 200.000,00€ para apoios Covid. Senhor Presidente, não acha que este valor é muito redutor para o pesadelo que estamos a viver e que, infelizmente, não tem ainda fim à vista? Dou-lhe um exemplo, 200.000,00€ é o valor de apoios que a Câmara do Fundão, com um orçamento bem inferior ao nosso, vai dar ao comércio local só nesta época de Natal. Bem sei que as medidas enunciadas no início deste ano como a redução de IMI e a eliminação da Derrama para as pequenas empresas são um incentivo importante para a sua subsistência. Mas o comércio local, os restaurantes e bares precisam de mais apoios, precisam de ajuda no estímulo à procura dos seus serviços. Porque não a criação de vouchers a serem entregues aos munícipes para que frequentem os restaurantes e bares do nosso concelho, assim como para que comprem no comércio local, à semelhança do já existente com os vouchers à educação? Outro tema que já abordei no passado e que não identifiquei pelo menos apoios relevantes neste orçamento é a política de habitação, principalmente para a habitação jovem, tão relevante para podermos fixar pessoas no nosso território. É verdade que, pelo menos na cidade de Oliveira de Azeméis, se vê alguma construção privada. No entanto, os preços de compra são muitos elevados e o mercado de arrendamento é muito escasso. Gostava de saber qual a estratégia do executivo para a política de habitação, pois não é possível fixar pessoas se elas não tiverem casa para se fixar. Outra questão que tenho, e que também já foi hoje questionado aqui, prende-se com a Escola EB de Lações. Na Assembleia Municipal, que decorreu em Nogueira do Cravo, o Senhor Presidente tranquilizou os pais que lá se deslocaram por causa de obras urgentes que reivindicavam para as casas de banho da escola. No entanto, no PPI não existe nenhuma verba na rubrica desta escola para 2021. Portanto, gostava de perguntar ao Senhor Presidente, se está a planear intervir na EB de Lações no próximo ano? Se está em outra rubrica do PPI? Por último, gostava também de lhe colocar uma questão sobre a suspensão dos aumentos de água e saneamento que ocorreram em 2020, medida que teve um impacto de 575.000,00€. Foi uma medida importante para as famílias que tiveram um ano atípico com o aparecimento deste vírus. Sendo o ano de 2021 igualmente de exceção devido a este problema que nos continua a assolar, e como não identifiquei nenhuma rubrica do orçamento onde esta questão pudesse estar contemplada, gostava de lhe perguntar se os oliveirenses vão contar com a mesma medida para o ano de 2021 ou se vão ver as suas faturas aumentar? Obrigado. =====*

===== A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado **Albino Martins**, do PSD. =====

===== Senhora Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Deputados. Sendo de orçamento que cá venho falar porque este é o ponto da ordem de trabalhos em discussão, permitam-me que comece por me referir à pandemia e aos seus efeitos devastadores nas nossas vidas, tal é a gravidade do momento que vivemos. A catástrofe sanitária que se abateu sobre o mundo teve efeitos imprevistos na economia dos países, por muito robustos que se sentissem. Nenhuma nação, incluindo Portugal, passa incólume à devastação deste tsunami e estão por avaliar as verdadeiras consequências económico-financeiras, não se sabendo o que ainda está para vir. Em Oliveira de Azeméis, não obstante estarmos entre os concelhos do país mais atingidos nesta segunda vaga, não vemos o poder local a arregaçar as mangas para programar a contraofensiva à pandemia e sobretudo para enfrentá-la com medidas consequentes, quiçá arrepiando caminho do plano de investimentos inicialmente traçado no início do mandato para acudir a fundo, a sério, às necessidades da nova realidade. O Senhor Presidente da Câmara anuncia (como acabámos de ouvir) o maior orçamento do tempo da democracia acompanhado de um conjunto de obras que chegam na hora certa em ano de eleições. Ao invés, na reunião de Câmara do dia 5 de novembro, a maioria do Partido Socialista reprovou a proposta de medidas concretas dos vereadores do Partido Social Democrata que, entre outros, visavam proteger os funcionários municipais, mitigar a frágil situação de muitas famílias carenciadas, ajudar a travar a propagação do vírus nas escolas e nas IPSS, apoiar as associações e auxiliar o comércio, entre outras. Estas, sim, medidas para as pessoas. Já todos entendemos o porquê de um orçamento com estes números acima da bitola dos últimos anos: em 2018 o orçamento era praticamente do anterior executivo; em 2019 e 2020 foram anos para poupar, travar o investimento e criar o superavit que se viu, para agora o investir. Tudo muito bem gizado em função do objetivo 2021. Das apregoadas linhas estratégicas que nos são apresentadas na página 4 do documento, uma boa parte não vemos concretizada nos números nem nas ações. Vejamos alguns exemplos - do meu ponto de vista: Para o Partido Socialista o alargamento da rede de água e saneamento sempre foi prioritário enquanto oposição. Neste orçamento, para 2021 estão inscritos 275 mil euros que nos parecem um valor residual face às dimensões das necessidades. Dirão que já está em marcha muito mais investimento nessas obras. Mas, convenhamos, à custa dos consumidores, não do orçamento municipal. A atração do investimento através da criação, alargamento, requalificação e melhoria das zonas industriais continua a ser uma miragem: para a requalificação da zona industrial de Oliveira de Azeméis o PPI tem 10 mil euros em 2021. (Depois, já mais para a frente.) Acontece que há um ano foi aqui aprovada a nova postura de trânsito que pressupunha a remodelação mais do que urgente daquela zona com novos estacionamento e nova circulação. Tudo permanece na mesma e, pelo que se vê, vai continuar, com uma verba destas. A Área de Acolhimento Empresarial UI/ Loureiro - isso, sim, já se disse aqui - vai ter um

*investimento de cerca de 600 mil euros para criar acessos há tanto tempo reclamados por duas ou três empresas. (Recordo uma intervenção do público numa Assembleia em Loureiro em 17 de setembro de 2019, onde uma empresária se queixava de ter de aceder às instalações através de um caminho enlameado). O investimento vem resolver (e isso aplaudimos) um problema pontual mas a questão de fundo mantém-se: A Área Empresarial UL / Loureiro não tem um acesso capaz e isso estrangula o seu crescimento. A futura zona industrial da Costa Má, por exemplo, espera melhores dias. As zonas industriais de Pindelo / Nogueira do Cravo ou de Rebordões, em Cucujães são o que se sabe e o que se vê. O concelho tem várias outras zonas industriais começadas e pouco mais, outras ainda são só promessa. As zonas industriais são estratégicas se quisermos atrair investimento e criar emprego. Mas, ao contrário do que tem vindo a ser apregoado, vão continuar a não ser imediatamente prioritárias. Não são estes grandes investimentos 2021. O orçamento considera também estruturante a rede viária. Nós estamos de acordo. A diferença é que, para nós, não basta manter as vias que temos, arranjá-las, melhorá-las, requalificá-las. É preciso aproveitar e rentabilizar tudo o que no passado se fez com visão de futuro mas que não foi acabado. As vias estruturantes da cidade só terão efetiva utilidade quando concluídas e interligadas, dando fluidez ao trânsito, que não temos. O mesmo se pode dizer da via do Nordeste por acabar. É preciso fazê-la chegar a Fajões. Depois não pode ficar esquecida a via do Sudoeste que aproxime da sede do concelho uma área até aqui mais rural e que agora se quer afirmar pela industrialização. Vemos ainda nas linhas estratégicas deste orçamento a redução do IMI de 0,35% para 0,30%. Isto concordamos, naturalmente. É o cumprimento de uma promessa eleitoral que saudamos mas que acontece só no último ano do mandato e que já vimos propondo desde 2017 porque objetivamente tínhamos condições para isso. Tínhamos condições e nem teria sido assim tão pesado para o orçamento municipal: dizem os números do ano anterior que quando o IMI baixou de 0,375 para 0,350 a receita do ano ainda foi superior. Senhor Presidente da Câmara, no nosso entender, um dos aspetos mais relevantes a considerar nas linhas estratégicas de um orçamento é a atenção às pessoas. Hoje já se falou aqui muito na atenção às pessoas. Mas uma coisa é falar e outra coisa é sentir que há essa atenção às pessoas. Muito mais num tempo como aquele que estamos a viver. Sabe-se que nos primeiros meses deste ano já havia um agravamento de 30% no desemprego do concelho e as perspetivas não são animadoras para os próximos tempos. Constatamos que o orçamento não dá ao problema a atenção que ele merece e isso preocupa-nos. Falta de atenção e falta de sinais de boa vontade vemos até nas despesas correntes que incorporam este orçamento. Vejamos: A Câmara Municipal tem ao seu serviço mais de meio milhar de colaboradores que dão o melhor de si e a quem o Senhor Presidente tem elogiado pelo desempenho e pela competência. Ainda hoje aqui o ouvimos. São trabalhadores que não progridem na carreira há mais de uma década e que assim vão continuar. Eu sei, não são problemas da autarquia. Não sendo a autarquia culpada desta injustiça, com alguma boa vontade era possível ao Senhor Presidente, à semelhança do que acontece noutros municípios, usar da sua opção gestionária e corrigir a situação, reconhecendo de facto o mérito onde ele existe. Por fim,*

*ocorre-me observar que este orçamento não é potenciador da coesão concelhia e alarga o fosso entre o desenvolvimento da sede do concelho e das freguesias, desconsiderando até algumas de maior dimensão. Ao concentrar na cidade quase todos os grandes investimentos deixa-se passar a oportunidade de tornar o concelho mais homogéneo. Por tudo o que fica dito, sobretudo porque estas prioridades não são as nossas nem este orçamento reflete - quanto a nós - a solidariedade e o humanismo que o momento exige, a bancada do Partido Social Democrata votará contra. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====*

*===== Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro, caro José Queirós, inteiramente de acordo com tudo o que disse, é efetivamente um problema sério que nós temos para resolver na Freguesia de Loureiro, a questão da rede de saneamento. Não é uma solução fácil. Eu nunca disse que era uma solução fácil. Nós precisamos de muitas dezenas de milhões de euros para resolver este problema em todo o concelho. Porque, naturalmente, se o nosso problema, com todo o respeito que me merece e que merece os loureirenses, se fosse só a freguesia de Loureiro nós estávamos bem. Tínhamos só que resolver esse problema. Efetivamente é um problema que nós temos no concelho. Neste momento arrancou uma intervenção que permite resolver o problema em 5 freguesias, que são muito importantes: Freguesia de Nogueira do Cravo, Oliveira de Azeméis, S. Roque, Cucujães e Macieira de Sarnes. Estamos neste momento a fazer rede de água também em Ossela. Estamos a fazer rede de água, não sei se já arrancou, em Nogueira do Cravo, na zona industrial e por isso é que ela ainda não foi intervencionada. Aquilo que nós estamos neste momento a desenhar são dois grupos de investimento onde chegou a ser equacionada a Freguesia de Loureiro. Mas a tipologia do aviso não permitia que nós criássemos condições, nomeadamente em termos do número de fogos e em termos do sistema de drenagem para onde temos que drenar, para que a Freguesia de Loureiro fosse contemplada. E por isso é que nesta candidatura, nós aprovamos esses projetos na última reunião de câmara, aquilo que nós vamos candidatar é a Freguesia de Fajões, a Freguesia do Pinheiro da Bemposta e Madail. Porquê? Porque são freguesias que drenam para dois sistemas em alta, distintos, e porque permitem cumprir a cobertura a expansão de 600 fogos que é determinado pela candidatura. O problema da rede em Loureiro é o problema também da ETAR para o tratamento das águas residuais. Portanto, é um investimento que temos que fazer. Sabemos quanto é que ele custa. Sabemos que era importante, numa primeira fase, nós procurarmos resolver o núcleo central da freguesia, que é onde há mais densidade populacional. Mas o problema não é um problema só de recolha. É um problema depois também de tratamento. E claro que aquilo que estava previsto e que acabou por não acontecer na ETAR da Área de Acolhimento Empresarial de Loureiro, poderia ser uma solução se fosse possível drenar para lá as águas residuais. Aquilo que nós estamos a procurar fazer é, naturalmente, convencer a tutela para que, no próximo quadro*

*comunitário de apoio, que começa agora, tenhamos a possibilidade de ter uma resposta para um conjunto de municípios que têm esta fragilidade ainda hoje. E, como disse: é um problema ambiental grave; é um problema de saúde pública grave; e é um problema também de competitividade ou de falta de competitividade grave. E portanto, é efetivamente um assunto que está no topo da nossa agenda. É um assunto que nós vamos, seguramente, agarrar. E, peço-lhe aquilo que já pedi aqui hoje ao senhor deputado Fernando Pais, confie em mim. Eu não vou descansar enquanto não tivermos o problema da rede de água e saneamento no nosso concelho resolvido. É absolutamente estratégico para o concelho resolver este problema. Não há futuro no concelho sem resolvermos este problema da rede de água e saneamento. E, portanto, teremos que naturalmente criar condições, para termos um planeamento financeiro que nos permita resolver estrategicamente. Porque isto não pode ser feito de qualquer maneira, há aqui um conjunto de dependências que são importantes, há um conjunto de obras que são necessárias fazer para que os sistemas se possam interligar e para que os sistemas possam funcionar. E portanto, dar-lhe essa nota, de que efetivamente estamos a trabalhar. Não quero é que, se alguma coisa avançar durante o ano de 2021, me acusem de eleitoralismo por ter feito, digamos, esse investimento em 2021. Porque a lógica não é naturalmente essa. Portanto, os investimentos públicos não devem esperar nem devem estar reféns de lógicas eleitorais. Nunca foi esse, nem nunca será essa, digamos, a minha forma de estar no serviço público. E, portanto, sobre isso, eu sou absolutamente claro: fazemos desde a primeira hora o trabalho com a mesma intensidade com que fazemos hoje. Agora, é um facto que nós temos consciência que é muito importante percebermos qual é o nosso ponto de partida. Nós não chegamos a um concelho que foi durante anos classificado como um concelho de excelência sem qualquer problema e chegamos aqui estava tudo resolvido. Não. Aliás, nós, até se quisermos ironizar um pouco com isto, enfim, se o concelho era um concelho de excelência e era um concelho onde estava tudo resolvido; Nós, efetivamente, não tínhamos muito para fazer. Portanto, não havia grande obra para mostrar. Mas há muita obra que já foi feita e há muita obra que tem que ser necessariamente feita. E nós estamos aqui hoje a decidir um investimento sem precedentes num Plano Plurianual de Investimentos, precisamente porque há muita coisa para fazer neste concelho. E nós herdamos vários problemas complexos. E nem falo de problemas de outra natureza. Falo de problemas bicudos. E esse problema da rede de água e saneamento é um problema bicudo. E não há só o problema da rede de água e saneamento. É essa concessão que vem agarrada a esse problema da rede de água e saneamento que, naturalmente, enfim, está a custar muito, está a ficar muito cara para todos os oliveirenses. Mas herdamos também uma rede viária completamente degradada. Nós, conforme aqui já foi dito, herdamos uma casa da cultura votada ao mais completo abandono. O Fórum Municipal, um edifício por que se pagou dinheiro, completamente degradado ao ponto de só termos a fachada. As zonas industriais, que devem ser um cartão-de-visita para o investimento estrangeiro, que devem ser um orgulho para os nossos empresários, estão no estado em que estão. Efetivamente temos uma estrada em terra batida, vamos resolver aquilo com cerca de 600 mil euros de investimento, mas não fomos nós*

*que deixamos a estrada em terra batida. Nem fomos nós que deixamos a, zona industrial, Área de Acolhimento Empresarial de Loureiro com aquele acesso absolutamente de terceiro mundo. Não fomos nós. E, portanto, não nos peçam para nós resolvermos num ápice, com todos estes problemas bicudos que temos para resolver, todos os problemas que os senhores deixaram e ao longo de durante décadas não conseguiram resolver. Porque nós não andamos a gastar dinheiro em festas, festinhas e festarolas. Nós não andamos a gastar o dinheiro de forma popularucha. Nós andamos a gerir recursos financeiros que são escassos. Andamos a potenciar esses recursos para hoje, para hoje, podermos com todo o orgulho apresentar um orçamento que - conforme eu disse - é um virar de página. Nós chegamos a uma câmara municipal onde não tínhamos um único projeto, um único projeto. Zero. Não tínhamos rigorosamente nada. Foi necessário reformar todo o PEDU (Plano Estratégico Desenvolvimento Urbano) que nós tínhamos. Todo. Eu não vou aqui tecer comentários sobre o exercício que era o nosso PEDU. Esse PEDU teve que ser necessariamente concentrado em três ou quatro obras. Tivemos que deixar cair todos Avisos. Abrir de novo todos esses Avisos para termos estas obras devidamente candidatas, para não termos um conjunto de investimentos absolutamente errados que iriam continuar a manter esta tendência que nós temos no nosso concelho. Já aqui foi dito: se temos com alguma facilidade tanta capacidade em fazer diagnóstico do nosso parque escolar; ele não se degradou nos últimos dois ou três anos; ele é o resultado de uma ausência de investimento planeado de décadas. E por isso é que hoje nós conseguimos com alguma facilidade dizer que, quer nas escolas da nossa responsabilidade, quer nas escolas que não são da nossa responsabilidade, nós temos problemas seríssimos. Problemas seríssimos. Nós herdamos um edificado público completamente degradado. Nós tínhamos todos os edifícios públicos votados ao mais completo abandono. Muitos deles na nossa zona histórica. E aquilo que nós fizemos imediatamente foi sinalizar não só para a comunidade, porque é para essa que nós nos dirigimos em primeiro lugar, mas também para os investidores, que esse não era o caminho. Se nós não temos capacidade para cuidar do que é nosso, não seremos seguramente um exemplo para os outros para que os outros cuidem daquilo que é deles. E por isso é que nós requalificamos o edifício das antigas finanças. Por isso é que nós temos neste momento praticamente concluída a requalificação do antigo Centro de Saúde. E, temos já, enfim, um vencedor para a requalificação, também, da antiga Escola Superior de Enfermagem. E temos a nossa Casa Sequeira Monterroso que se vai transformar num fórum municipal. Não pelos 4,9 milhões de euros, senhor deputado, o senhor tem um problema com os números que é uma coisa impressionante, mas por 3,76 milhões de euros. Essa obra foi lançada a concurso. Já tem vencedor. E, portanto, não é pelos 4,9 milhões de euros, é por 3,76 milhões de euros. [A não ser que estivesse a falar de outro equipamento? Eu percebi que é era o fórum. Do mercado? Então, peço desculpa. O fórum são 3,76 milhões de euros. O Mercado é outra coisa. Eu peço desculpa, percebi que era do fórum.] Eu queria só dizer-lhe que nós herdamos uma estalagem abandonada também e a cair aos bocados. Herdamos um Centro Interpretativo do Vidro completamente abandonado. Perdemos 1,4 milhões de euros da candidatura. Mas já fomos*



*obrigados, este executivo, a pagar meio milhão de euros de devolução de fundos comunitários. Herdamos um concelho sem espaços verdes e sem espaços de lazer, que não eram necessários. O nosso Parque de La-Salette, o nosso ex-libris, era mais do que suficiente. E este parque era uma completa utopia, depois o professor Albino Martins acabou por transformar num canteiro e agora é apresentado como uma medida, se não me engano a medida 13 das propostas do PSD, que é a criação de parques de lazer e zonas verdes no nosso concelho, no perímetro urbano. E eu pergunto: se o nosso parque urbano não é um espaço verde? Pergunto: se ele não está no perímetro urbano? Se não está no meio da cidade? Apesar de o senhor deputado ter dito que era, enfim, espaço fora da cidade. É um espaço em pleno centro da cidade. A nossa floresta é completamente desprotegida e descuidada, é um facto. Problemas judiciais cuja resolução está a custar muitos milhões de euros. Estes 500 mil euros que nós devolvemos de fundos comunitários mais estes milhões de euros de processos judiciais era fantástico que pudessem chegar às pessoas, no âmbito das medidas Covid. Era fantástico se nós conseguíssemos pegar em todo este dinheiro e ajudar as pessoas e ajudar a economia. O problema é que nós, enfim, temos de pagar essas responsabilidades. E poderíamos continuar por aqui adiante, claro, dizendo que o investimento pode ser considerado insuficiente, pode ser considerado curto. É o investimento que é possível. Eu não vou discutir aqui senhor deputado Jorge Melo a sua visão sobre o desenvolvimento da cidade. Ela está aqui materializada nas propostas que nos fizeram chegar. Estas são as medidas que fizeram chegar ao executivo e, portanto, a única proposta que nos apresentaram como uma visão estratégica para a cidade é a reabilitação da Estalagem S. Miguel. Uma instalação e organização de feiras regulares do livro; A criação de bolsa de estudo para estudantes universitários, que é uma medida que já está implementada; E uma ligação viária de Fajões à nova variante Arouca/ Santa Maria da Feira; E a reabilitação da Ponte Nova, em Ossela. Esta é a visão estratégica do CDS para a cidade, para as freguesias e para o concelho. As obras que os senhores propuseram são exatamente estas. Isto é a vossa visão do desenvolvimento para o concelho. Deixe-me só dar aqui algumas notas porque, repare, o problema com os números: é que nós temos de saber escalpelizá-los e perceber do que é que estamos a falar. O senhor deputado veio aqui acusar que nós sacamos - nem sei qual é que foi o termo que utilizou - 600 mil euros aos oliveirenses, através das taxas, multas e outras penalidades. Ó senhor deputado, o senhor devia ter percebido que, no mesmo orçamento, há uma transferência direta de rubricas dos impostos indiretos para as taxas, multas e outras penalidades. Os oliveirenses, não foram espoliados de um cêntimo. Há uma transferência direta dos impostos indiretos para as taxas, multas e outras penalidades. Conforme pode ver, passou para praticamente zero, 50 mil euros. E, portanto, está aí a explicação. Não foram espoliados. E, portanto, fica claro isso. Juntas de freguesia: (- Vou utilizar aqui só dois ou três números que o senhor utilizou porque, enfim, isto daria pano para mangas). [gráfico] Isto são as transferências para as juntas de freguesia. Estas são as transferências. Está aqui o que têm sido as transferências neste mandato para as juntas de freguesia. Transferências correntes mais transferências de capital. Mas há outra coisa que está a*

*acontecer: é que nós fazemos obra nas freguesias. Nós vamos diretamente às freguesias fazer obra. E, se quiser, eu posso-lhe mostrar aqui, como é que nós tínhamos no passado, como é que nós tínhamos no passado transferências de capital brutais para as juntas de freguesia: Sabe como era? Com os relvados sintéticos. Era com os campos de futebol. Era assim que nós artificialmente construíamos excelentes números nas transferências de capital para as freguesias. Não é essa a metodologia que nós utilizamos. Apoio às famílias: O senhor diz que o apoio às famílias cai abruptamente. [gráfico] Este é o gráfico do apoio às famílias no concelho de Oliveira de Azeméis. É este o gráfico. É isto que temos hoje e é isto que tínhamos no passado. E, portanto, nós, contrariamente ao que disse, não é verdade que nós tenhamos um corte no apoio às famílias. O senhor sabe, que nós só podemos incluir num conjunto de rubricas um reforço de verbas quando temos a incorporação do saldo de gerência. Só acontecerá quando tivermos a aprovação do relatório de contas. E, eu aproveito para responder também ao professor Albino Martins, peço desculpa por estar a fazer este tipo de cruzamento na informação. É evidente também que é por isso também que temos 10 mil euros na zona industrial de Oliveira de Azeméis / Santiago de Ribaul, porque nós tivemos de cortar 10 milhões de euros no PPI. E, portanto, cortar 10 milhões de euros no PPI não é nada fácil. E, portanto, nós vamos, depois da aprovação das contas, reforçar o PPI com essas verbas. E, portanto, foi exatamente isso que aconteceu. Bom, dar-vos aqui nota de um ou outro aspeto que eu acho que é importante também desmitificar: Não é verdade que o IMI só tenha sido baixado agora neste orçamento. Já foi, em 2019. Fizemos um abaixamento de 0.375 para 0.35. E agora, seria para nós muito fácil, muito fácil mesmo, ... Eu desafio-vos a ver os IMI's dos municípios da região. Façam esse exercício. Pesquisem quais são as taxas de IMI dos municípios região. E seria muito fácil para nós, utilizando este contexto da pandemia e, fazendo até um grande brilharete, senhores deputados, fazendo até um brilharete monumental, dizia que: Não há possibilidade nenhuma de baixar neste momento o IMI; E, portanto, atendendo a que estávamos com necessidade de socorrer a população com um conjunto de medidas neste quadro pandémico, não baixávamos o IMI. E pegávamos nesse um milhão e cem mil euros (1.100.000,00€) e aplicávamos nessas tais medidas de combate à pandemia. Não é essa a estratégia. A estratégia não é essa. A estratégia é uma estratégia muito simples, é: os contratos com os munícipes não são para rasgar, os contratos com os munícipes são para cumprir. Nós não estamos aqui com lógicas onde se prometia, não se cumpria, voltava-se a prometer e voltava-se a não cumprir. Não é essa a lógica. A lógica agora é honrar os contratos que se fazem com os oliveirenses. E por isso é que dos nossos sete compromissos, seis compromissos estão neste momento assumidos, falta-nos um. Falta-nos apenas um. Mas, não desistimos dele. Contrariamente a alguma argumentação que é tida de que estávamos a planear em terrenos privados. Bem, isso é de quem não faz a menor ideia do que é planeamento estratégico municipal. A maior parte do planeamento que os municípios fazem é em terrenos privados, sejam eles para abrir vias, sejam eles para equipamentos. Aliás, a própria Câmara Municipal tem no seu planeamento, no seu PDM, o Mercado e o Centro Coordenador de Transportes na Avenida D.*

*Maria I. Que eu saiba não são terrenos da Câmara Municipal. Aliás, preveu o Fórum Municipal nos terrenos da Praça Maior. Mas isso são outras questões. São questões laterais. Aquilo que eu queria que ficasse aqui muito claro, é que as medidas Covid, sempre dissemos isto: E se os senhores vereadores, dos dois partidos com responsabilidades no executivo, disserem que não é verdade, estão a faltar à verdade. Sempre dissemos que estávamos completamente disponíveis, não só para reforçar as verbas para as medidas aprovadas como para novas medidas. Sempre foi dito isto. E deixem-me que vos diga o seguinte: Nós tínhamos no plano de emergência social uma verba de 40 mil euros, que já foi reforçada com mais 40 mil euros. E já se gastou mais 50 mil euros - está o senhor vereador a dizer, que é ele que acompanha - este ano. Essa é uma das medidas, aliás, a única dirigida objetivamente às famílias apresentadas pelo PSD, no âmbito das medidas Covid, que apresenta um pacote de medidas de 1,4 milhões de euros, onde mais de metade do dinheiro é para testes e para máscaras. Para apoiar objetivamente as famílias tem uma verba de 50 mil euros para este plano de emergência social, que já consumiu os 50 mil euros que os senhores estão agora a propor. Mas deixem-me que vos diga o seguinte: Com todo o respeito que me merece a comunicação social e nos merece as nossas associações e as nossas instituições, eu nunca aceitei medidas que preveem 100 mil euros para as associações e metade para apoiar as famílias ou, preveem, se quiserem, o dobro do que está previsto para apoiar a comunicação social. Nós sempre dissemos, desde o primeiro momento, que o nosso foco são as pessoas. E garanto-vos que não faltarão recursos, os que forem necessários, para apoiar as pessoas. Mas também a economia. Porque, se nós não tivermos a economia a funcionar, esta crise de saúde pública vai dar origem a uma crise económica, a crise económica dá origem a uma crise social e uma crise social dá origem a uma nova crise de saúde e a uma nova crise económica. Entramos num ciclo vicioso, num ciclo vicioso muito complexo. E, portanto, ao mesmo tempo que apoiamos as pessoas temos que criar condições para a economia funcionar. E por isso é que é tão importante nós incluirmos nas medidas de apoio económico e social as medidas de investimento nas nossas zonas industriais. Nas nossas zonas industriais, onde temos previsto neste orçamento mais de 3 milhões de euros de investimento. Isto é um sinal tremendamente importante para os nossos empresários e para a nossa economia. Deixem-me dizer-vos, também, uma outra coisa que é muito importante no domínio das medidas de apoio Covid: O município de Oliveira de Azeméis, mesmo que os senhores queiram fazer esse exercício de retirar 1 milhão de euros nas zonas industriais e 1 milhão de euros no abaixamento de IMI, é um dos maiores investimentos da região, em medidas de apoio económico e social à população. E, portanto, é um exercício também interessante que se faça. E citaram aqui um bom exemplo da Câmara - suponho - do Fundão. É um excelente exemplo de uma Câmara. Concorde-se ou não concorde-se com as medidas. Porque nós temos todo o tipo de medidas. Temos todo o tipo de medidas, medidas para todos os gostos. E é um facto que umas têm mais resultado outras têm menos resultado. Mas as nossas medidas, eu sempre disse que nós não estamos numa competição. Para mim, não é importante apresentar as medidas primeiro. Para mim, é importante que as medidas produzam os efeitos que nós queremos. E, portanto, quando*

*nós assistimos a um conjunto de medidas que, até nem foram devidamente quantificadas, muitas delas completamente erradas e sem qualquernexo. E hoje assistimos a mais um pacote de medidas. E, deixem-me que vos diga, numa discussão séria, numa reunião de câmara foi pedido que se retirasse essas medidas porque já está a ser desenhado um pacote de medidas e porque era importante nós analisarmos a eficácia dessas medidas, porque o comunicado para a imprensa já estava preparado; O que era importante foi aprovar as medidas. E, portanto, não é essa a nossa lógica, não é esse o nosso racional. E não vai ser assim que nós vamos gerir esta crise pandémica. Duas ou três notas, também muito importantes, em relação à intervenção do senhor deputado Bruno Rodrigues: Nós não adiamos investimento, senhor deputado. Confie em mim. Tomara eu que não tivéssemos a crise pandémica. Tomara eu que tivéssemos projetos. Tomara eu que todas estas obras já estivessem ao serviço da nossa comunidade. Foi feito um esforço enorme, enorme, e o senhor pode obter essa informação falando com os colaboradores da autarquia, para estarmos neste momento em condições de avançarmos com algumas destas obras. Mas, atenção, há obras que ficaram para trás. Há projetos que estão adiados. Mas nós temos a obrigação de os procurar recuperar logo que seja possível. Este valor de 200 mil euros de apoios Covid? Bom, é uma verba. Podia estar 400, podia estar 300, podia estar 500, podia estar 1 milhão. Aquilo que importa é: Aquilo que for necessário investir no quadro das medidas que venham a ser desenhadas; nós investiremos. E se for necessário deixar de fazer alguma coisa para apoiar as pessoas; nós não hesitaremos. Portanto, isso é uma informação clara. Foi uma informação que sempre dissemos. Agora, não vamos é deixar de fazer o Fórum Municipal ou o Mercado e o Centro Coordenador de Transportes, como já fomos aconselhados. Porque estão em causa os fundos comunitários. Perdemos 9,5 milhões de euros, se deixarmos de executar o nosso plano estratégico de desenvolvimento urbano. E, portanto, nós não podemos ser irresponsáveis a esse ponto. E, portanto, nós temos obrigações e vamos cumpri-las. Em relação aos vouchers para restaurantes: Ó Bruno, são propostas com todo o mérito e com todo o respeito. Nós fizemos oferta de 5 mil refeições. Criamos um conjunto de cabazes para as famílias. São propostas, como eu disse na reunião de câmara, úteis e meritórias. Todas elas são importantes. É preciso é definir as prioridades. É preciso é perceber quais são as medidas que, num dado contexto, são mais adequadas do que outras. Política de habitação: É um problema que nós temos no nosso concelho. Não há espaços para arrendar. Nós acabamos de contratar um projeto/ estudo para a nossa estratégia local de habitação. Temos problemas com algum edificado que precisava de ser reabilitado e, eventualmente, disponibilizado para habitação. Há problemas com o custo da nossa habitação. Há dificuldades com a habitação jovem. Com certeza que o IMI é um incentivo importante também para as pessoas, pessoas que adquirem naturalmente habitação, é um incentivo importante, com uma taxa mínima é realmente algo que alicia. Mas, há muito caminho a fazer. Inteiramente de acordo, no domínio da habitação. Os privados estão a fazer o seu papel, mas, também nós, no domínio da habitação de custos controlados, e na habitação dirigida aos casais jovens, há aí uma resposta que nós, necessariamente, temos que dar. E reconhecemos que*

*ainda não a demos e ainda não tivemos capacidade para o fazer. Escola de Lações: Aproveito para responder ao senhor deputado Jorge Melo e também ao senhor deputado Bruno Rodrigues que julgo também colocou esta questão da Escola de Lações: A Escola de Lações tem dotação no orçamento, faz parte daquele pacote de escolas que vão ser requalificadas em simultâneo. Estamos a acabar os projetos. Ainda não conseguimos acabar os projetos. E tem aqui uma dotação de 1,2 milhões de euros. Está no orçamento essa verba, para estas seis escolas: Escola da Alumieira, Escola do Picôto, Escola do Brejo, Escola de Faria de Baixo, Escola de Lações e de Palmaz. São essas escolas que têm 1,2 milhões de euros, incluindo a de Lações naturalmente. Colocou uma questão muito objetiva, em relação à suspensão do aumento do tarifário de água e saneamento em 2020, se se vai manter para 2021? Sim. A resposta é, sim, vai manter-se. Em relação ao senhor deputado Albino Martins: Senhor deputado, tem aqui um conjunto de questões que coloca, em relação à rede de saneamento, em relação às zonas industriais, em relação aos colaboradores que não progridem, em relação às Juntas de Freguesia, enfim, em relação a um conjunto de aspetos. Deixe-me que lhe diga o seguinte: As nossas Juntas de Freguesia têm neste PPI um conjunto de investimentos enormes, num conjunto de áreas. Se quiser, eu leio-lhe todos os investimentos que aqui estão. E perceberá que nós não temos uma concentração do investimento no centro da cidade. Embora, nós queiramos uma cidade forte com um conjunto de equipamentos, porque também é na cidade que nós temos maior densidade populacional. E essas freguesias que têm maior densidade populacional são as freguesias que naturalmente têm maior capacidade para atrair investimento, acontece assim em Oliveira de Azeméis, acontece assim em qualquer concelho do país e acontece assim na capital do país, são naturalmente centros aglutinadores de investimento. Mas, nós, naturalmente que, queremos uma coesão territorial, queremos ter territórios desenvolvidos. E temos um conjunto de investimentos preparados, estão aqui contemplados, nas nossas freguesias. Entre os investimentos nas obras, os investimentos no saneamento, os investimentos na rede viária, estamos a falar de 13 milhões de euros a serem investidos nas nossas freguesias, daquele montante que está ali previsto de 29 milhões de euros. É um terço do montante que está a ser investido diretamente nas nossas freguesias. Mas depois há um conjunto de muitas outras coisas que poderão também ser quantificadas nas freguesias: E tem a ver com a questão do Posto da GNR de Cesar ou a questão de um outro investimento qualquer que faz sentido que nós consideremos, que são investimentos nas freguesias. Eu não posso aceitar que alguém me diga que, o investimento na água numa dada freguesia, não é um investimento na freguesia. É um investimento objetivo na freguesia. E, portanto, nós estamos a falar de 13 milhões de euros de investimento nas freguesias. Em relação às freguesias: Deixe-me que lhe diga uma coisa que eu acho que é preocupante: Os senhores apresentaram apenas propostas de investimento para cinco freguesias do concelho. Apenas e só para as freguesias onde são poder. A desculpa que foi utilizada foi de que é muito difícil obter informação dos nossos eleitos locais, porque eles não têm o mesmo acesso à informação que os outros. Bem, mas, os nossos vereadores têm a obrigação de conhecer. [Foi exatamente isso. Sabe que as reuniões têm*

*a particularidade de serem gravadas. Isso é ótimo. Olhe, deixem-me que vos diga, foi uma reunião pública.] E, portanto, o que é um facto é que os senhores apresentaram propostas apenas para cinco freguesias do concelho. Então, e as outras freguesias? Vocês não têm nenhuma proposta para o seu desenvolvimento? Não têm nenhuma visão? Não conseguem com alguma facilidade elencar um conjunto de necessidades para essas freguesias? Bem, eu espero bem que sim. Por um lado, porque foram poder muitos anos, e, por outro lado, porque têm a obrigação, se têm aspirações políticas, de conhecer a realidade das freguesias e com alguma facilidade apresentar um conjunto de projetos estruturantes para essas freguesias. Nós fomos acusados de ter um orçamento eleitoralista. Nós não estamos em campanha eleitoral. Pelo menos eu não estou. Não estou a procurar chamar para mim o posto de não sei de quê, ou a linha do Vale do Vouga, ou outra coisa qualquer. Não estou nada preocupado com isso. Não estou a reclamar a paternidade de coisa nenhuma, ou da ambulância SIV. Não estou a reclamar nenhuma dessas paternidades, porque isso é absolutamente irrelevante. A mim o que me interessa é que, este orçamento tenha uma taxa de execução completamente diferente das taxas de execução dos orçamentos anteriores. Isto para mim é que é determinante. Porque nós reconhecemos que a taxa de execução que nós temos tido nos orçamentos fica muito aquém das necessidades de investimento que nós precisamos para o concelho. Não temos nenhum problema em reconhecer. Até porque os dados são evidentes. E qualquer um os pode consultar. E, portanto, este paradigma tem que mudar. Mas há razões para nós termos esta dificuldade em termos de investimento, em termos da execução. Que é precisamente nós não termos um conjunto de obras destas, como o senhor deputado Jorge Melo elencou, que são obras com um grande volume de investimento participado por fundos comunitários que, naturalmente, não tendo arrancado não potenciam execução. Agora, vão passar a potenciar essa execução. E, portanto, estamos em condições de ter orçamentos doravante com taxas de execução completamente diferentes. Até porque são orçamentos que são ajustados à realidade. Não há aqui nenhum empolamento de nenhuma rubrica. Não conseguem dizer que há aqui algum exagero algum empolamento de alguma rubrica. Não conseguem dizer que há aqui algum exagero, algum empolamento de nenhuma rubrica. Não conseguem dizer que está aqui dinheiro metido artificialmente. Todas estas obras que estão incluídas no orçamento municipal, a grande maioria das obras já foi lançada a concurso. A grande maioria das obras que estão no orçamento municipal já foram lançadas a concurso. Muitas das obras que não foram lançadas a concurso estão em fase de projeto. E, logo que tenhamos esses projetos, as obras serão lançadas a concurso. É evidente que, eu tive a possibilidade de falar com os nossos presidentes de junta, e, não é possível satisfazer todas as necessidades dos nossos presidentes de junta. Aquilo que nós dissemos aos nossos presidentes de junta foi muito simples: Em primeiro lugar, pedir desculpa por não poder atender a todas as necessidades das nossas juntas de freguesia porque sabemos que eles não estão a pedir para eles, estão a pedir para a sua população. Mas, ao mesmo tempo, dizer-lhes que, há uma coisa que nós nunca deixaremos: É de, com todo o respeito e toda a consideração, ouvir aquilo que eles têm para nos dizer e procurar, sempre, encontrar uma solução*

*e procurar sempre articular uma resposta. Muitas vezes, pode não ser a resposta que a junta precisava ou até necessitava. Mas é a resposta que é possível. Agora, nós procuramos não deixar ninguém sem resposta. E, portanto, esse é um balanço tremendamente positivo que eu faço do relacionamento que existe entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, os seus senhores presidentes e as senhoras presidentes de Junta, que tem resultado num trabalho de cooperação que eu acho que é um trabalho que está a produzir resultados no terreno. Oxalá nos tivéssemos possibilidade de dar o dobro ou triplo do dinheiro que as juntas de freguesia recebem. Porque não tenho qualquer dúvida, porque eles estão habituados com pouco a fazer muito e estão habituados a gerir recursos escassos, que eles fariam seguramente muito mais pelas suas terras. Mas esse trabalho está a ser feito. Esse caminho está a ser percorrido. E, portanto, eu quero vos deixar aqui a garantia de que, este orçamento é efetivamente um orçamento realista. E é um orçamento que vai permitir iniciarmos um ciclo de investimento que vai recuperar muita da competitividade que o território perdeu num conjunto de domínios. E, portanto, eu julgo que, se entendermos que não há condições para votarmos um orçamento como este, eu julgo que, muito dificilmente nós votaremos um orçamento municipal porque vai ser, muito, muito difícil reunir um conjunto tão substancial de investimentos num único ano. Muito obrigado. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado **Jorge Pereira**, do CDS/PP. =====*

*===== Ó Senhor Presidente, eu até fiquei, agora, assim um pouco perplexo, com esta sua intervenção. E vou tentar ser o mais sucinto possível. É que, o Senhor baralhou-se tanto, mas tanto, mas tanto, que acabou por me baralhar ainda mais. É que, dos números que eu aqui trouxe, na minha apresentação, eu tive o cuidado de ir ao cêntimo. E eu tive o cuidado de ir ao cêntimo porque confiei que os números naquela folha de excel, introduzidos pelo senhor, são fidedignos. Muito embora, um orçamento é um documento previsional. Tudo muito bem. E lá o Senhor coloca os números que quiser. Agora, eu fui ao cêntimo. E o Senhor até se baralhou com os números que eu apresentei. Bom. E depois, acaba aqui por concluir que afinal de contas 10 milhões passam para 10 mil. Comprova que realmente é um documento que eu fiquei agora com mais dificuldade ainda em acreditar naqueles números. Porque empolar é muito fácil. Senhor Presidente desculpe, mas deixou-me agora mais triste do que aquilo que eu entrei aqui inicialmente. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado **Albino Martins**, do PSD. =====*

*===== Senhor Presidente, a minha intervenção é muito telegráfica, digamos assim. É só para não deixar passar em claro algumas insinuações que fez, que não posso deixar passar. Essa do foguetório. Não sei o que é queria dizer com foguetório, mas, eu sei perfeitamente, todos*

*sabemos perfeitamente que o dinheiro que está aqui espelhado não é para aplicar em foguetório. O que nós entendemos é que estas prioridades não são as que nós elencamos, as que nós defenderíamos. É lógico. Por isso mesmo é que nós votamos contra. É só uma questão de prioridades. Mas também quero deixar aqui claro outra coisa: O Senhor Presidente pinta e diz que as escolas estavam todas degradadas, estavam todas a cair há mais de 50 anos. É verdade. Foi isso que eu senti também. Mas, repare uma coisa, o Senhor deu-me aqui uma lista de intervenções que tem, que são cinco ou seis ou sete, que sejam, já programadas. Olhe para trás: Há uns tempos atrás, há 20 anos atrás ..., - eu estou a falar em escolas que eram da competência da autarquia - uma vez que as outras, os dinheiros também vêm de lá, eram da competência do estado. Mas olhe para o panorama que tínhamos: Tínhamos 50 escolas e agora temos metade. E dessa metade - eu não queria falar mas obriga-me a falar no passado - foram construídos 5 Centros Escolares que são muito mais do que escolas. Fecharam-se muitas escolas porque concentraram-se nesses Centros Escolares. Eu acredito que esses Centros Escolares não estão a cair. Não pode dizer que as escolas estão todas a cair. Que eu não aceito. É lógico que há muita coisa por fazer. Mas há muita coisa feita e os senhores põem um lápis em cima e riscam tudo o que está feito. Outra coisa: falou aqui em 3 milhões para as zonas industriais, em 2021? Eu não vi. Explique-me lá onde está. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado Bruno Aragão, do PS. =====*

*===== É muito curta a minha intervenção. Finalmente. Finalmente, estamos a discutir obras, estamos a discutir ideias, estamos a discutir projetos, deixamos de discutir dívidas, esta é a primeira Assembleia onde não estamos de facto a discutir dívidas. Isso é o que nos deve divergir. E ainda bem. Uns vão continuar a votar contra, os outros vão votar a favor, como não podia deixar de ser. Na verdade, é isso que se também espera de nós. E, portanto, devemos levar isto com leveza. Mas há uma coisa que eu não posso deixar de registar, e isso dá-me prazer: Eh, pá, finalmente começamos também a falar do passado. Não há problema nenhum. Cada um tem a sua herança. É óbvio que se fizeram coisas boas. É óbvio que se fizeram coisas más. Mas não tenham receio de falar do passado, nem que seja para ir buscá-lo há 20 anos atrás. Não há problema nenhum. O nosso tem 3 anos. Nós falamos dele abertamente. E falamos do que queremos fazer, do que não fizemos, daquilo que vai ficar por fazer. É exatamente isso que nós temos que dizer às pessoas, aos cidadãos. Há muita coisa que vai ficar por fazer, era até a discussão que estávamos ali a ter, como por exemplo a Estalagem S. Miguel. Não há problema nenhum em assumir. É mesmo isto a política. Assumimos o que não conseguimos fazer. Assumimos aquilo que não fizemos em 4 anos. Assumimos aquilo até, que poderemos não conseguir fazer, caso os oliveirenses entendam que nós merecemos no próximo ano mais um mandato à frente na gestão do Município. É assim que as coisas se fazem. E ainda bem. Finalmente, depois de tantos anos*



*nestas Assembleias, que começamos, finalmente, um bocadinho a conseguir divergir sobre as diferentes opções que temos para Oliveira de Azeméis. Estas foram aquelas que nós defendemos durante muitos anos, foram aquelas que nós dissemos que iríamos trazer se fôssemos responsáveis pela gestão da autarquia. É exatamente isso que temos vindo a fazer. E, por isso, Senhora Presidente, mais uma vez, vamos votar favoravelmente este orçamento. Obrigada. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar prestar mais esclarecimentos. =====*

*===== Senhor deputado Jorge Melo, eu não disse que iríamos passar de 10 milhões para 10 mil, não disse rigorosamente nada disso. Aquilo que disse foi algo que toda a gente sabe: o saldo de gerência de uma Câmara, que se apura no final do ano, só pode ser incorporado após a aprovação do relatório de contas. E, portanto, essa verba, naturalmente, é uma verba que vai reforçar os nossos investimentos. E por isso é que nós temos previsto apoiar as juntas de freguesia com 604.311,00€, temos isso no nosso plano económico-financeiro e tivemos que lhe tirar 295.750,00€. E isto passou para os 493.250,00€. É assim nesta rubrica como é assim em muitas rubricas. Mas, se o senhor falar com os senhores presidentes de junta, sabe que nós temos um conjunto de investimentos previstos na Freguesia de Carregos para a requalificação do parque de lazer, 80.000,00€, arranjo urbanístico do cemitério de Carregosa, 30.000,00€; Freguesia de Fajões - parque de lazer de Fajões, 50.000,00€; para a Capela mortuária de Macieira de Sarnes, 50.000,00€; várias requalificações em Oliveira de Azeméis: Casa de Socorros Mútuos, Casa das Coletividades, 60, 50, etc, ..., portanto, isto aplica-se aqui a um conjunto de freguesias. Isto é mesmo assim, não se trabalhou nenhuma folha de excel, é assim nesta Câmara como é assim em qualquer Câmara do País. E, portanto, este é o exercício natural. Nós não podemos incluir todo o investimento que pretendemos fazer porque não é possível, só depois de termos a incorporação do saldo de gerência. Senhor deputado Albino Martins: Claro que não são as vossas prioridades. Toda a gente sabe quais são as vossas prioridades. E toda a gente sabe no que deu. Estas são as nossas. Efetivamente estamos a votar as nossas prioridades. É evidente que, eu não vou discutir aqui, eu não disse que as escolas estavam todas degradadas. Eu disse que o nosso parque escolar está profundamente degradado. É um facto. O que é que acontece? Nós, hoje, estamos a intervir em espaços onde chove lá dentro, onde não há condições mínimas de aprendizagem. É um facto. E isso é algo que não nos deve orgulhar. Pelo contrário, deve-nos envergonhar. E, portanto, temos que rapidamente erradicar esse tipo de problemas do nosso concelho, sacrificando naturalmente outro tipo de investimentos. O senhor questiona: o que é que vamos fazer nas nossas zonas industriais, além dessa da Área de Acolhimento Empresarial de Ul-Loureiro? Sobre esse valor não vamos estar aqui... 600 mil nessa. Temos previstos na zona industrial do Nordeste, está em projeto, e, portanto, isto é uma estimativa, e, portanto, se for menos, ótimo, significa que os concorrentes foram abaixo disto, 600.000,00€. Para a zona industrial de Oliveira de Azeméis/*

*Santiago de Riba-Ul, 350.000,00€; Para a zona industrial de Nogueira do Cravo/ Pindelo, onde temos que primeiro executar a água, 250.000,00€. Zona industrial Costa Má/ S. Roque, estamos a falar do projeto só, portanto é uma verba absolutamente inexpressiva. Outro tipo de infraestruturas para zonas industriais existentes, que são pequenos apontamentos, pequenos arranjos, 50.000,00€. E na Área de Acolhimento Empresarial previmos, para 2022, 1.500.000,00€. É para 2022, é um facto. 2022, é já aí. Podíamos ter feito já o nosso acesso. Aquilo que nós estamos a pensar fazer é rapidamente procurar resolver o problema da ETAR. Não vou aqui explicar porquê. Há razões para que nós invertamos as prioridades. Vamos procurar resolver rapidamente o problema da ETAR. Exige algum investimento também, algumas centenas de milhares de euros. Mas também temos que fazer, e eu estou absolutamente de acordo com aquilo que disse, investimento em outras zonas: na zona industrial de Rebordões, que basicamente se resume a uma unidade industrial, mas que é uma unidade industrial, muito, muito importante. O senhor falou - peço-lhe desculpa - há pouco, lembrei-me agora por falar na zona industrial de Rebordões-, da via do sudoeste. Não é uma prioridade, para nós. Portanto, nós neste momento achamos que o que é importante é requalificar a rede viária das zonas industriais que nós temos, é requalificar a rede viária que está profundamente degradada. As vias estruturantes da cidade estão no estado em que o senhor sabe que estão. Alguns troços das vias estruturantes que estão por concluir exigem investimentos substanciais, exigem a compra de terrenos, e neste momento não existem condições para as fazer. Sabe que nós andamos a pagar ainda a D. Maria I, e andamos a pagar ainda a Via do Nordeste, e andamos a pagar ainda a Área de Acolhimento Empresaria de Ul/ Loureiro, e andamos a pagar centenas e centenas de milhares de euros deste tipo de situações. E, portanto, nós não queremos entrar pelos terrenos das pessoas e, depois vê-se, depois resolve-se. Não, nós queremos primeiro negociar com as pessoas. E se com as pessoas não conseguirmos chegar a um acordo, temos instrumentos depois para podermos fazer os investimentos que pretendemos fazer. Só para terminar, dizer o seguinte: Este orçamento não é um orçamento onde se escreve o que nos apetece, onde se faz um exercício de hipocrisia procurando dourar a pílula apresentando um montante de investimento que depois não tem tradução na realidade. Este orçamento é um exercício muito ambicioso, conforme eu disse. Mas é um exercício onde - repito: porque é muito importante - uma grande parte das obras que estão previstas, já estão, neste momento, com vencedor atribuído. É evidente que, aquilo que nós desejamos é que tudo corra bem, tudo corra dentro dos prazos e possamos ter o mais rapidamente possível estas obras ao serviço da comunidade. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número dois à votação tendo sido **deliberado por maioria, aprovar o Orçamento, Grandes Opções Plano e Quadro Plurianual de Programa Orçamental para o ano 2021, com a seguinte votação: - Votos a favor: vinte (20) do PS, um (1) do CDS/PP e um (1) do Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; - Votos contra: nove (9) do PSD e um (1) do CDS/PP; - Abstenções: quatro (4) do PSD***

*e uma (1) do CDS/PP. Deliberou ainda por unanimidade aprovar a autorização das normas e propostas que constam do relatório orçamental, nomeadamente as propostas do ponto VII - subpontos 1.a) e b); e 2. =====*

*===== **Ponto três: - Mapa Pessoal ano de 2021 - (I/118301/2020) - Aprovação;** =====*

*===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A necessidade de se planear para cada exercício orçamental as atividades de natureza permanente ou temporária, tendo em consideração a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis (n.º 1 do art.º 28.º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20.06 e respetivas alterações); - Que os órgãos e serviços preveem anualmente o respetivo mapa de pessoal, tendo em conta as atividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução (n.º 1 do art. 29.º do anexo à referida lei); - Que o mapa de pessoal contém a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, caracterizados em função: 1. Da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar; 2. Do cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondam; 3. Dentro de cada carreira e, ou, categoria, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular; 4. Do perfil de competências transversais da respetiva carreira ou categoria, regulamentado por portaria do membro do Governo responsável pela área da Administração Pública e complementado com as competências associadas à especificidade do posto de trabalho (n.º 2 do art. 29.º do referido anexo ao diploma); - Que o mapa de pessoal é aprovado pela entidade competente para a aprovação da proposta de orçamento, sendo afixado no órgão ou serviço e inserido em página eletrónica (n.º 4 do mesmo artigo); - As necessidades previsionais de pessoal manifestadas pelos serviços municipais para ano de 2021; Propõe-se: - A apresentação, para apreciação da Câmara Municipal do mapa e respetivos anexos, o qual representa e incorpora a previsão de pessoal que se estima ser necessário para 2021 (documentos esses que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas); - Que se submeta o mesmo à aprovação da Assembleia Municipal, na mesma sessão da apresentação do orçamento municipal para o mesmo ano; - Que posteriormente, se torne público, por afixação no órgão/serviço e inserção na página eletrónica, assim devendo permanecer, em cumprimento do determinado no n.º 4 do art.º 29.º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20.06 na redação atual, conjugado com a alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09 e posteriores alterações.” =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== *É o mapa de necessidades de recursos humanos para o exercício de 2021. Tem aí toda a informação. Estamos a falar da abertura do lugar de comandante operacional municipal, um técnico superior de direito, quinze assistentes operacionais para várias áreas, jardinagem, equipa SOS, trolhas, limpeza, e vinte cinco operacionais para as escolas. Estamos a falar de um investimento de perto de 650.000,00€.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Albino Martins.*

===== *A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado **Albino Martins**, do PSD.* =====

===== *Senhora Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, apenas uma breve referência para dizer que o mapa de pessoal apresentado genericamente nos merece concordância porque identifica e procura suprir necessidades pontuais dos diversos serviços. No entanto, no nosso ponto de vista, os recrutamentos mais significativos, aqueles que dizem respeito a assistentes técnicos e assistentes operacionais, concretamente pessoal para apoio às nossas escolas, ficam muito aquém das necessidades reais constatadas no terreno. São necessidades verificadas mesmo em tempo normal fora do período da pandemia. Ainda há pouco, no arranque do ano escolar, ouvimos os agrupamentos concelhios apontarem como necessidade maior a falta de pessoal. Vinte e cinco contratações de assistentes operacionais é muito pouco, sobretudo levando em conta que quase metade se destinam a colmatar aposentações e rescisões já consumadas. Pela excessiva contenção que vai continuar a manter as nossas escolas carecidas de pessoal auxiliar não podemos dar a nossa aprovação ao mapa de pessoal e iremos abster-nos.* =

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta à intervenção anterior.* =====

===== *Não tenho nada de especial a dizer. Apenas concordar que existe um problema com os assistentes operacionais no concelho de Oliveira de Azeméis, existe um problema com os assistentes operacionais na grande maioria das escolas do país e, portanto, estamos a procurar trilhar esse caminho, no sentido de o resolvermos. Dar só alguns números à Assembleia: 2015, arrancamos com 315 assistentes operacionais; 2016, com 307; em 2017, com 339; em 2018, com 344; 2019 com 336; 2020, com 341. É evidente que, estes números precisam de ser reforçados, no atual quadro de pandémico mais problemas temos ainda com a satisfação das necessidades das escolas. E, portanto, é o início de um caminho. E estou inteiramente de acordo que é um caminho que tem que ser trilhado. Mas facilmente se percebe o impacto orçamental que estas coisas têm. E, portanto, isto tem que ser feito com todo o cuidado e tem que ser feito á medida que for possível.* =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número três à votação tendo sido **deliberado por maioria, aprovar o mapa de pessoal para o ano de 2021, com a seguinte votação: - Votos a favor: vinte (20) do PS, três (3) do CDS/PP e um (1) do Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; - Abstenções: - treze (13) do PSD.** =====

===== Pela Senhora Presidente da Assembleia foi sugerido que se efetuasse a análise e discussão conjunta do ponto quatro ao ponto sete, sendo que a votação seria efetuada ponto a ponto, o que foi aceite por unanimidade. =====

===== **Ponto quatro: - Fixação da Taxa de Derrama para o ano 2021 - (I/110757/2020);** ==

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: Que a Derrama é uma receita municipal de acordo com a alínea c), do art.º 14º, do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, e posteriores alterações; Que os municípios podem deliberar lançar derrama, de duração anual e que vigorará até nova deliberação, até ao limite máximo de 1,5/prct sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), conforme n.º 1, do art.º 18º, do RFALEI; Que a ausência da comunicação ou a sua transmissão para além do prazo estabelecido (até 31 de dezembro) determina que a liquidação e cobrança da Derrama são efetuadas com base na taxa e benefícios fiscais que estiverem em vigor naquela data nos termos dos n.ºs 17 e 18, do art.º 18º, da RFALEI; Que a Assembleia Municipal pode, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar a criação de isenções ou de taxas reduzidas de derrama, nos termos dos n.ºs 2 e 3, dos art.ºs 16º e 22º, do art.º 18º, do RFALEI sendo que, para efeitos do n.º 23, do art.º 18º, do citado regime, as isenções ou taxas reduzidas de derrama atendem, nos termos do regulamento, aos seguintes critérios aí estabelecidos; Que até a aprovação de regulamento, a Assembleia Municipal pode, sob proposta da câmara municipal, deliberar lançar uma taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse (euro) 150.000; Que ao abrigo da alínea c), do n.º 1, do art.º 4º do Regulamento Municipal de Incentivos ao Investimento e Empreendedorismo no Concelho de Oliveira de Azeméis (RMIIECOA), a isenção ou redução de Taxas de Derrama, é fixada anualmente por deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal; Que os benefícios fiscais estão sujeitos às regras europeias aplicáveis em matéria de auxílios de minimis, conforme o n.º 25, do art.º 18º, do RFALEI; A necessidade de criação de medidas que visam fixar as empresas e ativar novos incentivos no Concelho bem como, combater o desemprego e potenciar o nível de empregabilidade e coesão territorial; A deliberação da Câmara Municipal de 30/04/2020 e da Assembleia Municipal de 15/05/2020 sobre “isenção de derrama para as empresas que faturem menos de 150 000€/ano” Propõe-se: Nestes termos, ao abrigo do disposto no art.º 18º, do RFALEI, conjugado com a alínea ccc), do n.º 1, do art.º 33º e

*alínea d), do n.º 1, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro 2013 e posteriores alterações, a fixação pela Assembleia Municipal, mediante proposta da Câmara Municipal das seguintes taxas de Derrama para o ano 2021: Taxa geral de 1,2/prct; Taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000,00€ = 0,0/prct”* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Na prática, aquilo que nós propomos, em termos da taxa de Derrama, é 1,2% para a taxa geral. É a manutenção da taxa que historicamente temos vindo a aplicar. E, uma das medidas que foi decidida, no âmbito do apoio económico e social foi a taxa 0 (zero), para os sujeitos passivos com um volume de negócio abaixo de 150.000,00€ por ano. E, portanto, há aqui uma isenção do pagamento de Derrama para essa tipologia de empresas. Aquilo que nós prevemos, obviamente que o nosso orçamento tem uma estimativa de receita prudente, é que o ano de 2021, em termos de arrecadação de receita, no que se refere à derrama, vai ser um ano tremendamente complicado, muito mais difícil e esperamos também uma queda abrupta da cobrança de Derrama. Mas é um estímulo que se dá. Não é um grande estímulo, mas é um estímulo de 50 ou 60 mil euros que se dá a estas empresas que faturam menos de 150.000,00€. Em relação á taxa de IMI. Já falamos aqui sobre isso. A taxa de IMI: Não vou estar aqui a falar sobre as deduções que se mantêm em função do número de dependentes que compõem o agregado familiar; E não vou falar dos prédios urbanos e dos prédios rústicos. Há um abaixamento da taxa geral de IMI de 0.35 para 0.3 e, portanto o Concelho passa a dispor da taxa mínima. Estamos a falar de uma devolução agregada de 1.6, 1.7 milhões de euros que se vai manter todos os anos, que se vai manter no futuro. E esta, sim, é uma medida objetiva de apoio às famílias. A participação na percentagem no IRS, para os rendimentos de 2021, a nossa proposta é no sentido na manutenção dos 5%. E esta Taxa Municipal de Direitos de Passagem mantemos também esta taxa nos 0,25%. Como sabem, esta taxa, no passado, era paga pelos consumidores e agora é paga pelos operadores. E, portanto, nós decidimos pela sua manutenção.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Márcia Gomes, Fernando Pais, Jorge Pereira e Bruno Aragão.* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra à Deputada **Márcia Gomes**, do PS.* =====

===== *Porque a hora já vai sendo longa, sintam-se todos cumprimentados na pessoa da Senhora Presidente da Assembleia. A matéria que me traz cá é precisamente esta, tem a ver com*

*a fiscalidade local e com os impostos que já foram elencados nestes pontos, que vamos discutir agora. Contudo, e antes disso, deixem-me dizer o seguinte: fazer uma referência ao dia internacional pela eliminação da violência contra as mulheres, celebrado no passado dia 25, tema que me é muito próximo e que certamente é sensível a todos e que a autarquia também não deixou passar e por isso também a parabenizamos. Estaremos todos de acordo e a uma só voz quando repudiamos todas e quaisquer formas de violência. Porém, sabemos que a violência contra as mulheres é uma realidade. E, por isso, não podemos não meter a colher. A sociedade e as mulheres exigem-nos uma atenção redobrada. Este é um problema crescente na nossa sociedade, cujos números são tão expressivos quão assustadores, e cuja nossa resposta tem de ser: não permitimos, não aceitamos. Como agentes políticos temos, todos, uma responsabilidade acrescida nesta luta que é de todos e por todos. Este é o apelo que não podemos deixar de fazer: Estejam atentos; Denunciem; Ajudem e sejam um agente de mudança. Feito este apelo e dito isto, vamos agora aquilo que estamos aqui a discutir e ao que interessa: Cumpre por isso esclarecer os oliveirenses que este executivo está, hoje, como bem sabem e sentem, a fazer o esforço financeiro que a situação pandémica que vivemos lhe impõe, refletindo-se naturalmente nas suas opções, sem contudo por em causa os compromissos com os oliveirenses e também a sustentabilidade das contas públicas matéria sempre de extrema importância. Nos tempos de crise séria, como os que vivemos, que afeta já muitas famílias e empresas, é ainda mais importante apoiar no presente sem, contudo, condicionar o futuro. Não podemos e não queremos voltar a ter um plano de saneamento que herdamos e que nos acorrentou e condicionou durante anos. O esforço que a situação nos exige foi e é feito através de várias medidas que foram e continuam a ser implementadas nestes tempos novos e difíceis. Não só dos apoios diretos às famílias através, por exemplo: do apoio ao arrendamento; dos cabazes, das refeições takeaway, como já foram aqui referidas pelo Senhor Presidente de Câmara; Mas, também ao comércio local, através da suspensão da cobrança de todas as taxas relativas à ocupação do espaço público. Mas não menos importante, os nossos empresários: a Derrama, o IMI, a percentagem de participação no IRS e Taxa Municipal de Direitos de Passagem são impostos cruciais para qualquer município e, o nosso, naturalmente, não é exceção, ainda mais em tempos de pandemia. Sobretudo num município cuja estrutura de receita depende, e diríamos nós - infelizmente, em grande medida das transferências do estado e dos impostos cobrados. Estamos ao lado das famílias, mas não podemos esquecer os empresários que tanto trazem ao nosso território. E, por isso, neste esforço conjunto, manteremos a taxa da Derrama e avançamos com a isenção total da mesma para um volume de negócios mais reduzido chegando também assim às pequenas empresas. É neste caminho que também não entenderíamos outra opção do executivo, que não a proposta no sentido de manter a taxa municipal de direitos de passagem, valor que é suportado -como sabemos - pelas operadoras, e que vai ao encontro da vontade de todos os partidos com assento nesta assembleia. Vamos ao IMI: E mesmo numa altura em que todas as receitas são cruciais e necessárias para combater esta pandemia o executivo em cumprimento com o seu compromisso, compromisso assumido com os oliveirenses em 2017,*

*propõe a redução da taxa para 0.3 %, atingindo um mínimo histórico e legalmente possível, à qual acresce ainda, como já também aqui foi referido, as deduções fixas para os agregados familiares que tenham a seu cargo dependentes; Potenciando, por um lado, uma poupança no orçamento dos municípios e por outro promovendo a natalidade. E, contrariamente ao que já foi aqui dito, é importante esclarecer que a taxa de IMI foi sendo reduzida ao longo de todos os orçamentos deste executivo e não só agora. Os números, relativamente a isso, também são claros. Todos podemos consultar. Senhor Presidente de Câmara, nesta sede, já lhe havíamos dito que o Partido Socialista - como sempre - iria estar atento à execução do seu compromisso em baixar o IMI. E hoje, congratulamo-nos, por estar a honrar tal compromisso e a honrar a sua palavra. Mesmo em tempos como os que vivemos e - como já disse - podendo eventualmente aproveitar-se da situação, decidiu não o fazer. É isto que os oliveirenses esperam. É isto que eles lhe exigem, palavra e compromisso. Devolver aos oliveirenses diretamente, no próximo ano, como também já referiu, 1.1 milhões de euros, é uma medida de grande alcance. Sobretudo num país em que a maioria das pessoas, como sabemos, tem casa própria. É o imposto mais expressivo dos impostos municipais. Reconhecendo o esforço do executivo, como sabe, há ainda um longo caminho a percorrer, também já o reconheceu, em termos de fisco municipal para que possamos, como queremos, ser um concelho fiscalmente mais atrativo. E por isso da mesma forma que o parabenizamos por, mesmo em tempos de pandemia como o que vivemos, manter e cumprir com o compromisso de baixar o IMI para uma taxa histórica, também o desafiamos a continuar este caminho de maior atratividade na política fiscal municipal, nomeadamente no que respeita à taxa de IRS. Mas também, quanto a esta matéria, não fugimos. Permitam-nos toda a assertividade: Foi nossa opção política fazer a redução do imposto através do IMI, porque é de longe, como também já referimos, o imposto municipal de maior expressão. A redução que agora formalmente aprovamos e que será ainda mais importante num período de emergência social tem um impacto seis vezes superior à redução através da taxa de IRS. Ouviram bem. Seis vezes. Não só porque é um imposto bem mais pesado para a maioria das famílias e dos agregados, mas também porque afeta muitos mais agregados, muitas mais famílias do qualquer outro que aqui se discute. Por tudo isto, o nosso voto, relativamente a estes pontos, será também ele favorável. Muito obrigada. =*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====*

*===== Eu, antes de intervir, queria deixar um especial cumprimento ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cesar que, por lapso, não o cumprimentei e faço-o agora. A outra situação que queria, senhor Presidente da Câmara, era quando o senhor tem mostrado uns gráficos aí, eu acho que os deve exibir. Porque o senhor mostra-os e eu não consigo ver, pelo menos do sítio onde estou não os consigo ver. Portanto, se calhar, era de todo o interesse .... Era bom que o fizesse até por uma questão de transparência e até para possibilitar o eventual*



*contraditório nessa questão. Depois desta intervenção, que eu reconheço que está muito bem elaborada do ponto de vista da teoria económico fiscal, eu fiquei ainda mais confuso sobre isto. Porquê? Porque, se calhar eu não percebi ou, se calhar, é uma limitação que eu tenho de não ter percebido. Começa-se aqui por falar sobre a realidade pandémica. E isto de facto é uma coisa, o Senhor Presidente da Câmara esteve a falar durante mais de uma hora, embora isto não seja registado pela Senhora Presidente. E, de facto, a preocupação que este orçamento reflete ao nível da crise pandémica, é quase zero (0). É quase zero (0). Eu estava à espera que este executivo municipal ... É quase zero (0). Tem uma verba de 200 mil euros para, supostamente, eventualmente, acudir a situações de pandemia. Pronto. O Senhor Presidente da Câmara já explicou que estes 200 mil euros era um valor indicativo, podia ser 400, 300, etc.... O que ainda deixaria mais confuso o Jorge Melo. Pronto. Mas isso é outra questão. Eu estaria à espera, sinceramente, estaria à espera de uma política fiscal, nesta altura, que nós não podemos esquecer que a pandemia é uma coisa que está presente, infelizmente está presente em toda a sociedade portuguesa e em toda a europa, é uma coisa transversal e, que, nós não nos podemos esquecer que isto é uma situação que ainda nos vai grassar por algum tempo, e, nessa medida, eu acho que, pelo menos, a política fiscal devia ter um enfoque muito maior e de um muito maior apoio à realidade e que se refletisse mais do ponto de vista social esse desagravamento. E o Senhor Presidente da Câmara está a dizer que, pronto, nós não temos de facto, não apresentamos propostas. E eu vou ler aqui, escrevi aqui umas coisas, sobre aquilo que nós realmente consideramos ser importante em termos de política fiscal: A política fiscal do município, neste tempo em que grassa - na questão da pandemia, devia constituir um incentivo prioritário ao desenvolvimento económico do concelho com incentivo às empresas para a fixação de gente e manutenção da existente, assim como à manifesta preocupação com o bem-estar e melhor qualidade de vida dos seus munícipes, que constituem o património humano mais valioso do território. Pensamos que a situação financeira, estável, em que a autarquia vive, permite, nem que seja à custa de outros investimentos claramente não prioritários, avançar com uma redução que seria histórica no nosso município e a qual não porá em causa o trabalho em desenvolvimento, nomeadamente as principais obras municipais e, nos apoios sociais. Tratam-se de medidas que, deviam visar, por um lado, fixar o tecido empresarial e combater o desemprego, atentas as dificuldades sentidas pelas nossas empresas, sobretudo nesta situação pandémica. Os milhões que chegarão da europa, todos nós esperamos não obstante aquelas restrições da Hungria e da Polónia, para financiar o plano de recuperação económica de Portugal, não se prevê: Quando? Como? E qual o impacto efetivo que terão? Por outro lado, a preocupação deve ser no sentido de, reduzir a carga fiscal que incide sobre as pessoas e as famílias potenciando a sua qualidade de vida e no sentido de antecipar as medidas de mitigação dos impactos nocivos da crise decorrente da pandemia, manter a necessária coesão e justiça social, bem como prever a recuperação e desenvolvimento do tecido económico. Neste momento há um conjunto de muitas pessoas, tecido social bastante grande, que inclui classe média, classe média baixa, bem com*

*empresas que estão a sofrer bastante com este período excecional relacionado com a pandemia. Vejamos em concreto aquilo que consta da proposta e o que nós entenderíamos que fosse o mais correto nessa situação: Derrama: Nós na Derrama, apesar do nosso sentimento, não podemos aqui fazer uma crítica fácil, apesar de nós entendermos que de facto a Derrama é importante em termos de receitas, nós vamos votar a favor. Vamos votar a favor, mas, pensamos que a redução da Derrama devia ser mais arrojada e ir de encontro ao propósito de manter a fixação do tecido empresarial no território. Sendo que a autarquia devia ser sensível às dificuldades sentidas pelo tecido económico, sobretudo das pequenas e médias empresas que neste período de crise pandémica, cujos impactos negativos na atividade económica e no emprego se tenham, obviamente, agravado, bem como estar ciente que a elevada carga fiscal que incide sobre as empresas e que onera de sobremaneira os custos de produção e o preço final dos bens produzidos, com consequências negativas para os consumidores. Trata-se sobretudo de medida que visa sustentar a destruição e eliminação de postos de trabalho que tenderá a agravar-se com a crise pandémica. Já no passado entendíamos, e eu fui buscar a intervenção que fiz há um ano atrás, que a taxa a aplicar para sujeitos passivos com volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150.000,00€, era de isentar. Até porque, essa isenção não tem muito efeito do ponto de vista da repercussão no orçamento e dá claramente um sinal favorável respeitante ao nosso tecido empresarial, pelo menos daquele que tem uma menor dimensão em termos de volume de faturação. No entanto, como no ano passado nós fizemos duas propostas e esta é acolhida este ano, temos aqui uma outra proposta a fazer, Senhor Presidente, no sentido de desagravamento fiscal, claro, e tendo alguma esperança que não neste ano mas no próximo ano seja de acolher. E a proposta seria esta: Todos nós estamos de acordo que este município deve criar condições de atratividade a empresas a sediarem-se em Oliveira de Azeméis. Portanto, neste aspeto, achamos que o Município tem que dar, para 2021, um sinal acolhedor a esses novos investimentos. E repare, Senhor Presidente, que estes novos investimentos nem sequer estão previstos. A receita não é prevista. Porque a receita tem a ver com a arrecadação nos anos anteriores. Deste modo, eu gostaria de propor, em nome do PSD, que as novas empresas que forem criadas no ano de 2021 e que possibilitem a criação, no mínimo, de 10 postos de trabalho, tivessem uma isenção de imposto na taxa de Derrama qualquer que fosse o volume de faturação no prazo de dois anos. Eu acho que este é um sinal evidente, relativamente à atratividade por parte do Município, relativamente às empresas que podem ser criadas gerando claramente uma maior riqueza, e uma maior atratividade, e um maior leque de empregos. É uma situação que pode acolher aqui várias empresas porque, no domínio da escolha da implantação das empresas, é importante que os empresários vejam e estudem melhor as condições do próprio município no respeitante à sua própria fiscalidade. Entendemos, que isto é uma situação transversal que passa por todos os impostos do Município de Oliveira de Azeméis, que hoje temos felizmente uma situação financeira muito mais desafogada do que a que tivemos nos anos anteriores abandonando-se aquele cenário caótico que o município se encontra numa situação aflitiva do ponto de vista financeiro que já*

nos foi transmitido. Para nós, as pequenas e médias empresas têm um papel fundamental na criação e manutenção do emprego no concelho. A nossa proposta é no sentido de aliviar a carga fiscal quer às famílias quer às empresas, numa lógica responsável, tendo em conta o princípio da estabilidade fiscal e a posição do Município familiarmente responsável. A par destas iniciativas, outras urgem no sentido de a Câmara ter um papel seguramente mais ativo na captação de novas empresas para o concelho e dando condições de atração de novos investimentos e manutenção e alargamentos das já existentes no concelho. IMI. Votamos a favor. O nosso compromisso - diz o Senhor Presidente - foi a redução do IMI. Isto votamos a favor. Não porque seja uma garantia. Não porque seja uma promessa eleitoral. As promessas eleitorais vão e vêm. As promessas eleitorais têm que ser cumpridas, mas, têm que ser cumpridas, fundamentalmente tem que haver um plano de investimento. E as políticas traçadas pelo executivo têm de ir claramente de encontro à realidade social que nós atravessamos. Evidentemente que aqui nós não temos nada a favor. Entendemos que foi feito um esforço no sentido da redução do IMI e nessa parte nós vamos votar favoravelmente. Quanto ao IRS: Não podemos concordar com a manutenção de uma taxa que é a maior taxa de incidência de imposto. Os municípios têm direito a uma participação de 5%, na coleta de IRS da sua área territorial, podendo prescindir desta participação total ou parcialmente. Portanto, o máximo que o município pode arrecadar são os tais 5% podendo, em função da conjuntura e da opção que o executivo pode ter, isentá-lo total ou parcialmente. Assim, não podemos deixar de manifestar a nossa profunda discordância em manter a taxa de participação no IRS na taxa máxima de 5%. Desde logo, porque o Município tem condições financeiras favoráveis. E efetuar outro juízo de ponderação no sentido de baixar a taxa. Nos tempos de Covid em que vivemos e a indefinição do fim desta pandemia implicaria um apoio às famílias e às associações também neste domínio, mesmo que tal implique, obviamente, uma perda de receita. Na intervenção aqui da senhora deputada fiquei a perceber de que, o Município fez um esforço, no sentido de reduzir o imposto para que com essa receita, ou essa eventual receita, pudesse acudir à situação de pandemia. Acho que foi isso que percebi. A situação de pandemia é uma situação que implica um desagravamento direto. O executivo não pode arrecadar para depois conceder às pessoas. Neste momento a prioridade tem que ser as pessoas, o apoio às famílias e às instituições. Este devia ser o ponto de toque do nosso orçamento municipal. Devia ser o apoio à família, às instituições e às empresas. É tempo de repensar na oportunidade de projetos, alguns como a Garagem Justino ou o Parque Urbano atento os tempos de urgência em que vivemos. Consciente, tenho aqui a consciência, de que, de facto, isto que eu estou aqui a dizer, não pode implicar, nem deve implicar, nem queremos que implique uma perda de recursos comunitários. O Senhor Presidente já há bocadinho fez aqui uma ressalva, no sentido de nós olharmos para os concelhos limítrofes. Eu lembro que a Câmara Municipal de Ovar, uma câmara aqui perto também, fez um esforço, não obstante a situação pandémica mais agravada. A Câmara Municipal de Ovar fez um esforço muito maior e reduziu para 2% a taxa de participação de IMI e na Derrama isentou totalmente. Quanto à Taxa Municipal dos Direitos de Passagem: Estou

*perfeitamente de acordo consigo. Aliás, eu acho que esta situação até devia permitir que o executivo camarário, seja ele qual for, permitisse até uma arrecadação maior. Isto, porquê? Porque esta Taxa Municipal dos Direitos de Passagem, fixada em 0,25%, para o ano de 2021, constituiu uma forma de o município e os seus cidadãos serem ressarcidos pela ocupação do espaço público por parte das empresas de comunicação eletrónicas. Que neste tipo de pandemia até foi o setor empresarial que mais lucrou. Reconhecendo o desgaste dos bens do domínio público, não podemos deixar de fazer isso, até uma influência negativa na própria saúde das pessoas e usufruto das redes de comunicação e uma vez que estas empresas não podem repercutir esse valor nas faturas dos contribuintes. Portanto, aqui com uma mixagem de votos a favor e contra, esta era a nossa posição: Pensamos que a política fiscal devia ser mais amiga dos munícipes. Muito obrigado. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado **Jorge Pereira**, do CDS/PP. =====*

*===== Senhora Presidente, o CDS, ao abrigo do direito da oposição propôs ao executivo, à semelhança dos três orçamentos transatos, uma redução na taxa de IRS do seu valor máximo de 5% para 4,5%. Não foi acolhida, esta nossa pretensão. E o Senhor Presidente da Câmara ainda há pouco elencou aí um conjunto de propostas do CDS. E eu pedi-lhe para continuar com a lista. Porque efetivamente o CDS não tem que lhe fazer o orçamento, tem apenas que sugerir propostas. E esta foi uma das propostas. Porque esta, sim, é a nossa estratégia. Porque é aqui que está nossa estratégia: são as pessoas, são as famílias que neste momento em particular 2020 e 2021 estão e irão passar/ atravessar bastantes dificuldades. Propusemos esta redução como uma medida de emergência social, face à problemática vivenciada pelas famílias oliveirenses em geral, devido aos efeitos nefastos que a pandemia Covid-19 está a pesar nos orçamentos familiares no universo dos oliveirenses, o aumento do desemprego, dificuldades económicas e sociais. Esta é uma medida social neste momento tão difícil para todos. É uma medida abrangente a todas as famílias e não apenas a algumas, como se propõe o PS aplicar neste orçamento, por exemplo: ao contemplar uma redução do IMI sem precedentes. Não é descabido lembrar, também aqui, o passado do PS do Partido Socialista que, em tempos de troika em Portugal e a nível municipal o Partido Socialista, enquanto oposição, defendia acerrimamente aqui a redução desta taxa precisamente em 0.5%, como forma de dar um sinal aos oliveirenses de confiança, de esperança e de alívio na carga fiscal. Eram estas as afirmações que usavam. Estes termos. Enquanto executivo, mudaram de opinião. E como observamos, no orçamento já discutido, as receitas em taxas e multas ascendem a 1.000.000,00€, mais 600.000,00€ do que em 2020. Ficam incomodados? Mas é verdade. Não fui eu que fiz a folha de excel. Não fui eu quem lá pôs os números. São os que lá estão. Fica assim registado aqui a evidência inequívoca de como este executivo e o Partido Socialista praticam as suas políticas socialistas guardando na gaveta as suas políticas sociais.*

*Porque, simplesmente, estamos em ano de eleições, o alcastrão é imperioso para mostrar obra e com este comprar votos aos oliveirenses. De facto, é a política que o CDS contesta porque desacredita a política e fasta cada vez mais os eleitores dos seus eleitos. Votamos contra, o ponto seis, o IRS. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado Bruno Aragão, do PS. =====*

*===== Senhora Presidente, permita-me só um ponto prévio a este ponto, porque eu devo um pedido de desculpa ao senhor deputado Jorge Melo. E, portanto, quando se comete um erro público pede-se desculpa pública. E eu no ponto sobre o orçamento referia a votação do CDS no ano anterior, porque a ata só diz CDS, CDS, CDS, mas, em rigor, a votação que eu disse que o CDS tinha feito, um voto contra, um voto abstenção e um voto a favor, não está correto e, portanto, fica aqui o meu pedido de desculpa. Acho que é mais do que justo, fazê-lo. Mas permita-me também que lhe diga com a mesma honestidade e com a mesma frontalidade: Não volte a dizer, não volte mesmo a dizer, - Não é justo, - Não é correto, - Conhece-nos bem - sabe que não funcionamos assim: “Que nós compramos votos.” Isso é profundamente errado. Pode dizer que discorda profundamente das nossas opções. É legítimo. Pode dizer que a vossa proposta de impostos municipais seria outra. É profundamente legítimo. Não usemos, por favor, expressões como: O Partido Socialista compra votos. E esta insistência que é cansativa e que já dura quase dois anos, nós só estamos há três, e há quase dois anos que estão a falar em eleitoralismo. Não sei quem é que já está a fazer campanha, para estar sempre a falar em eleitoralismo? Mas, não é correto. O Partido Socialista, eu já disse aqui várias vezes, honra o seu passado, não nega nenhuma das propostas que fez. Exatamente, utilizando a mesma expressão de que o Partido Socialista, não fazia os orçamentos anteriores, só fazia propostas, em sede de Assembleia Municipal, é verdade, sempre propusemos a baixa do IRS. É verdade. Sempre assumimos desde o primeiro mandato, quando o senhor Grifo fez até uma apresentação e disse: Se bem prega Frei Tomás. Para ver como eu tenho boa memória e não me esqueço nem daquilo que digo nem do que os outros me dizem. (...) Porque o Partido Socialista disse uma coisa simples e mantém. Na oposição, quando o orçamento não era nosso e quando nos competia fazer proposta, dissemos uma coisa simples: Propúnhamos, pelo menos, que, se desse um sinal às famílias através do IRS, através desta baixa de impostos, quando o município gastava dinheiros em festas que nós sempre criticamos. Foi sempre isso que dissemos. E, portanto, citem toda a expressão. Mas, agora, regressemos ao que foi a nossa proposta desde sempre; E, a nossa proposta desde sempre foi, olhos nos olhos com todos os oliveirenses: Se os oliveirenses entregarem ao Partido Socialista a confiança da gestão desta Autarquia; O nosso compromisso vai ser no IMI. Foi exatamente isso que está escrito, repetido, dito. É isso. Podem entender que não. Era um dos nossos seis compromissos. Nunca dissemos que íamos baixar o IRS. Pelo contrário, dissemos que a nossa*

*aposta iria ser pelo IMI. E por uma questão muito simples: É o imposto municipal mais transversal. É o único imposto municipal que chega a três entidades: Famílias, Empresas e Coletividades / Associações. Único. E mais, não sei se têm noção, mas, mais de 50% das famílias portuguesas não paga IRS. Não sei se têm a noção disso. Sobretudo em municípios, onde, os salários são baixos, infelizmente, essas famílias não são afetadas por este imposto. E por isso nós dissemos de forma simples e clara: Se nós formos executivo, nós vamos fazer mesmo - senhor deputado Fernando Pais, utilizando a sua expressão - uma baixa histórica dos impostos municipais. E ela aqui está. E mais, e não o fizemos logo no primeiro ano. E também fomos criticados por isso. E também o dissemos: Assim que tivermos condições assim o faremos: Fizemos em 2020; E agora faremos para 2021. É politicamente contestável? Absolutamente de acordo. Se os outros partidos entendem que há outra forma, outros caminhos? É absolutamente legítimo. Isto foi aquilo a que nós nos propusemos. E utilizo exatamente a expressão que utilizou: As promessas eleitorais vão e vêm. Não, não, não vão e vêm. As promessas eleitorais, os compromissos eleitorais vêm e cumprem-se. E quando não se cumprem pede-se desculpa e diz-se por quê. E digo-lhe porque é que não vão e vêm. Porque eu não posso, em sede de orçamento, dizer que propunha espaços verdes e, em sede de impostos, dizer que afinal o Parque Urbano já não faz sentido. Ou somos coerentes naquilo que vamos defendendo .... Foi exatamente isso. E, portanto, eu acho absolutamente legítimo cada partido, genuinamente, dizer como é que seria a sua fiscalidade municipal. Agora, o que não é correto é dizer que nós não estamos a ser absolutamente coerentes na proposta e no caminho que vimos a trilhar. Muito obrigado. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====*

*===== Senhor deputado Fernando Pais, duas notas, em relação àquilo que disse: Não vou estar aqui naturalmente a discutir as opções. Apoiar com 500.000,00€ dois programas de apoio ao empreendedorismo, é uma forma de nós ajudarmos a indústria, de ajudarmos os empresários. Requalificarmos a rede viária das zonas industriais, é uma forma também de nós apoiarmos os nossos empresários. Eu julgo que, nós podemos estudar a proposta que apresentou, enfim, é uma proposta reeditada, quando tivermos condições objetivas para o fazer. Portanto, nós nunca, enquanto executivo, mudamos de opinião em relação à nossa posição. Nós apresentamo-nos ao eleitorado com uma proposta objetiva de redução do IMI para a taxa mínima. E, portanto, as propostas efetivamente são para cumprir. Porque, obviamente que, os eleitores não apreciam quem patrocina falácias, quem mente, quem mente reiteradamente porque mais cedo ou mais tarde as pessoas acabam por ser punidas por esse tipo de comportamento. É evidente que, não me interessa, sinceramente, senhor deputado, olhar para o exemplo do município A ou do município B. Porque é preciso contextualizar a realidade de cada um dos municípios e perceber, se, para esse município, estrategicamente, foi importante a medida A ou a medida B. Nós estamos a fazer*

*aquilo que nos compete. E deixe-me que lhe diga que, mais uma vez, repetindo aquilo que já disse aqui hoje, estamos disponíveis para reforçar as verbas Covid, as verbas de apoio às pessoas naquilo que for necessário. Mas, deixe-me que lhe diga que, o mundo está suspenso, mas não parou. E, portanto, a Câmara continua a desempenhar e reforçou o programa de apoio ao arrendamento. E temos na mesma o programa de apoio à natalidade. E cumprimos mais uma promessa eleitoral que nos custa perto de 150.000,00€ no vale educação. Temos um programa de apoio à redução tarifária que exige investimentos substanciais por parte da Câmara Municipal. Investiu-se na cadeira dentista. Temos um programa de apoio aos medicamentos para as pessoas com doenças crónicas e para as pessoas carenciadas. Temos as bolsas para o ensino superior. Que é outra medida de apoio às famílias. A redução do IMI, essa é absolutamente expressiva. Temos um conjunto de medidas que vão continuar a manter-se e outras se lhe juntarão. E, portanto, dizer-lhe, para que fique claro, que, o orçamento é pensado na perspetiva de execução de um conjunto de investimentos. Mas todo o orçamento tem, naturalmente, como destinatários as pessoas. E, portanto, vai continuar a ser assim. É assim hoje e vai continuar a ser assim no futuro, independentemente de quem faça a gestão dos destinos da autarquia. Em relação à intervenção do senhor deputado Jorge Melo: A questão dos 600.000,00€ das taxas, multas e penalidades. Eu poder-lhe eu explicar o que é que resulta dessa transferência dos impostos diretos para as taxas, multas e penalidades. Havendo assim neutralidade, digamos assim, orçamental. Portanto, não há nenhum agravamento fiscal de nenhuma natureza. Não quis perceber isso. As políticas são políticas efetivamente socialistas, com todo o orgulho. E são políticas que fazem o seguinte: fazem a promoção do investimento através de uma gestão séria, rigorosa e transparente. Efetivamente, nesse domínio, são políticas socialistas que muito nos orgulham. O Partido Socialista defendeu, no passado, a redução do IRS? Com certeza que, se tivesse feito esse compromisso com os oliveirenses, hoje a taxa de IRS seria de 4,5% ou seria outra taxa qualquer. Não foi com essa taxa que se comprometeu. Veremos no futuro com que taxa se vai comprometer. Mas aquilo que importa é que nós percebamos que, neste momento, ainda temos muito hardware para fazer. E é preciso depois também olharmos para o software porque nós continuamos a ter, conforme disse aqui hoje o Bruno, a ter uma estratégia para um plano municipal de habitação; Temos de ter uma estratégia para um programa estratégico, também, de promoção do turismo, de promoção da cultura; Temos que ter respostas no domínio das alterações climáticas, da mobilidade urbana sustentável; Um plano de erradicação da pobreza, porque temos pobreza objetiva, efetiva, no nosso concelho. Há um conjunto de áreas onde temos que continuar, e em alguns casos até começar, a investir na transição digital, na modernização da máquina da administração local. Enfim. Há um conjunto vastíssimo de áreas, que exigem recursos avultadíssimos, que temos que olhar seguramente no futuro. Mas há uma coisa que é muito importante: É se, hoje, podemos discutir investimento e, se, hoje, podemos discutir apoio às pessoas neste quadro terrível, neste flagelo que todos estamos a viver. É porque foram criadas condições para que isso fosse possível. E por isso, senhor deputado Fernando Pais, hoje a*

*situação financeira do município é melhor. Mas trabalhou-se para isso. Não aconteceu por acaso. E fez-se em dois planos, no plano da racionalidade e no plano da objetividade: A racionalidade foi isto que nós já falamos da eficiência energética, acabar com estes contratos de assistência que não faziam sentido nenhum, um conjunto de despesas de representação, fundos de maneiio, etc..., poupanças nas rendas, enfim, um conjunto de áreas. E na objetividade também. Nas receitas, como é evidente. Nós não vivemos sem receitas. Nós e os outros. E, portanto, não escondemos receitas. Aquilo que aconteceu foi também no domínio da objetividade. E no domínio da objetividade foi não desbaratar recursos públicos. Não fizemos festas e festarolas. Não fizemos investimentos monumentais completamente desproporcionados. Que nos retirariam capacidade financeira para hoje estarmos aqui a fazer isto. Quando nós definimos em 2019 o orçamento para 2020, não havia crise pandémica. Não havia crise pandémica. E mesmo não tendo previsto isso no orçamento o nosso orçamento respondeu à crise pandémica e vai continuar a responder à crise pandémica. Vai continuar hoje e vai continuar seguramente em 2021 e em 2022. Porque eu acho que efetivamente o problema, mesmo que se resolva no domínio da saúde pública, vai seguramente manter-se durante vários anos. Oxalá eu esteja enganado. Fico muito satisfeito, se estiver enganado. Mas vai-se manter durante muitos anos, como um problema económico gravíssimo e um problema social gravíssimo. E, portanto, o esforço: é um esforço que tem que ser feito durante vários anos. Temos que estar disponíveis para o fazer. Mesmo que isso signifique sacrificar alguns investimentos municipais. Se tiver que ser? Paciência. É da vida. Em primeiro lugar as pessoas. Se for possível compatibilizar as duas coisas? Ótimo. É isso que importa fazer. Muito obrigado.=*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número quatro à votação tendo sido **deliberado por unanimidade a fixar das seguintes taxas de Derrama para o ano de 2021: Taxa geral de 1,2/prct; Taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000,00€ = 0,0/prct.** =====*

*===== **Ponto cinco: - Fixação das Taxas sobre os Prédios Urbanos no âmbito do Imposto Municipal de Imóveis - IMI - a aplicar em 2021 - (I/1091372020);** =====*

*===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: Que a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e posteriores alterações, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais, determina na alínea a), do art.º 14º, que o IMI é uma receita municipal; Que a comunicação à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), por transmissão eletrónica de dados, das deliberações da Assembleia Municipal que fixam as taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para 2021, referidas no art.º 112º do Código Municipal sobre Imóveis (CIMI), deve ser recebida nesse serviço até 31 de dezembro de 2020. Caso isso não se verifique serão aplicadas as taxas mínimas (n.º 14, do art.º 112 do CIMI, na sua atual redação), que de acordo com a alínea c), do n.º 1, do art.º 112, do CIMI, prevê que as taxas dos prédios urbanos possam ser fixadas de*



0,3/prct a 0,45/prct sendo que, para o ano 2021 este município pretende propor a fixação da taxa em 0,3/prct, representando uma redução de 0,05/prct relativamente ao ano 2020; A deliberação da Câmara Municipal de 30/04/2020 e da Assembleia Municipal de 15/05/2020 sobre a redução da taxa de IMI nos termos já referidos; Que os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, nos casos de prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente, coincidente com o domicílio fiscal do proprietário ou do seu agregado familiar, e que seja afeto a tal fim, podem fixar uma redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis que vigorar no ano a que respeita o imposto, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do previsto no artigo 13.º do Código do IRS, compõem o agregado familiar do proprietário a 31 de dezembro, de acordo com o art.º 112º-A do CIMI, de acordo com a seguinte tabela:

N.º de dependentes a cargo	Dedução fixa em €
1	20
2	40
3 ou mais	70

Que, nos mesmos termos legais, se justifica a fixação da redução da taxa de IMI, dado que: - As famílias com dependentes têm despesas acrescidas; - A família, como pilar da nossa comunidade deve ser destacada, valorizada e protegida; - A redução da taxa de IMI, que se propõe, funcionará como incentivo à natalidade e conseqüente aumento da população do nosso concelho e uma diferenciação positiva relativamente às famílias numerosas; Não obstante o quadro de reduções e constrangimentos financeiros, a responsabilidade e compromissos de gestão, julga-se adequado manter o esforço de amortecimento do impacto e com alcance duplo direto nas famílias, na população oliveirense e desenvolvimento do nosso concelho, visando atenuar os efeitos da crise pandémica, optando por reduzir as taxas do IMI para prédios urbanos para 0,3/prct para 2021; correspondendo a uma redução de 0,05/p.prct relativamente ao ano 2020; bem como a possibilidade da redução de IMI consoante o número de dependentes a cargo do proprietário do imóvel. Assim, Propõe-se: Mediante deliberação da Assembleia Municipal e sob proposta da Câmara Municipal fixar **as taxas de IMI a aplicar em 2021 em 0,3/prct**, correspondendo a **uma redução de 0,05/p.prct** relativamente às taxas fixadas no ano de 2020. 1 - Nos termos e ao abrigo das disposições conjugadas da alínea c), do n.º 1, do art.º 112º e n.º 5, do art.º 112º-A, do Código do Imposto sobre Imóveis (CIMI), na sua atual redação, conjugado com a alínea ccc), do n.º 1, do art.º 33º e alínea d), do n.º 1, do art.º 25º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro 2013, se fixem as taxas do IMI para 2021 em: Prédios urbanos: - **em geral valor: 0,3/prct**; - **dedução fixa da taxa de IMI famílias de: - 20€ para agregados familiares com 1 dependente; - 40€ para agregados familiares com 2 dependentes; - 70€ para agregados familiares com 3 dependentes ou mais.** 2 - Que também se comunique à AT, o diretamente estatuído no n.ºs 3 e 16, do art.º 112º do CIMI, na sua atual redação, ou seja, que a taxa prevista anteriormente e correspondente à alínea c) do n.º 1 do mesmo artigo do CIMI, é elevada, anualmente ao triplo nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e de prédios em ruínas, considerando-se

devolutos ou em ruínas, os prédios como tal definidos em diploma próprio bem como, prédios urbanos parcialmente devolutos, incidindo o agravamento da taxa, no caso dos prédios não constituídos em propriedade horizontal, apenas sobre a parte do valor patrimonial tributário correspondente às partes devolutas; 3 - Se majore em 30% (0,39/prct) a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, na área de intervenção do plano de urbanização da cidade e nas áreas e freguesias cujo levantamento já se efetuou em anos anteriores, e considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens. Para o efeito deverá a Equipa Multidisciplinar de Planeamento Urbano e Ambiente proceder ao levantamento dos prédios urbanos degradados, nas áreas acima referidas, e proceder à identificação dos respetivos proprietários para comunicarem à AT até 31 de dezembro de 2020, conforme o n.º 8 do art.º 112º do CIMI, na sua atual redação; 4 - Se majore no dobro (1,6/prct), a taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situações de abandono, não podendo da aplicação desta majoração resultar uma coleta de imposto inferior a 20€ por cada prédio abrangido nos termos do n.º9, do art.º 112º do CIMI, na sua redação atual. Para o efeito e nos termos do n.º11, do art.º 112º do CIMI na sua redação atual, deverá o Núcleo de Competências de Gestão de Espaço Florestal, proceder ao levantamento dos prédios rústicos com áreas florestais em situação de abandono (conforme definido e nos termos do n.º 10 do mesmo artigo) e à identificação dos respetivos proprietários, até 30 de Março de 2021, para comunicação via eletrónica à AT; 5 - Para as restantes situações não se julga oportuno propor a fixação respetiva de taxas.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número cinco à votação tendo sido **deliberado por unanimidade a fixação das seguintes taxas sobre os Prédios Urbanos no âmbito do Imposto Municipal de Imóveis - IMI para 2021 em: Prédios urbanos: - em geral valor: 0,3/prct; - dedução fixa da taxa de IMI famílias de: - 20€ para agregados familiares com 1 dependente; - 40€ para agregados familiares com 2 dependentes; - 70€ para agregados familiares com 3 dependentes ou mais.** =====

===== **Ponto seis: - Definição da percentagem no IRS sobre os rendimentos de 2021 - (I/109143/2020);**=====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: O definido na alínea g), do art.º 14º, conjugado com a alínea c), do n.º 1 e n.º 4 do art.º 25º, e com o n.º 1, do art.º 26º, do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, e posteriores alterações, os municípios têm direito a participação variável no IRS, até ao limite de 5%, devendo deliberar anualmente uma percentagem de IRS; Que na ausência de deliberação ou de comunicação (até 31 de Dezembro), o Município tem direito a uma participação de 5/prct no IRS, conforme n.º 3, do art.º 26º, do

*RFALEI; A incerteza temporal de duração da crise pandémica e os seus efeitos, bem como o esforço financeiro adotado para este fim, mostra-se adequado, tendo por base o princípio da prudência na gestão municipal, assegurar também um quadro de receitas/proveitos que mantenha os níveis de sustentabilidade das finanças municipais, permitindo a continuação do esforço de investimento de recursos à recuperação do desenvolvimento económico e reforço da coesão territorial; A percentagem de participação no IRS será aplicada sobre os rendimentos auferidos em 2021 e transferida para o Município no ano de 2022; Que se mostra adequado manter a taxa de IRS definida em anos transatos 5/prct, sendo a mesma uma receita necessária à Autarquia para concretização dos seus objetivos orçamentais. Propõe-se: Nestes termos, ao abrigo do disposto na alínea g), do art.º 14º e no n.º 2, do art.º 26º do RFALEI, Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, e posteriores alterações, conjugado com a alínea ccc), do n.º 1, do art.º 33º e alínea c), do n.º 1, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro 2013, e posteriores alterações, a deliberação pela Assembleia Municipal, mediante proposta da Câmara Municipal, da percentagem de participação no IRS sobre os rendimentos do ano de 2021, em 5/prct.” =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número seis à votação tendo sido **deliberado por maioria aprovar a proposta apresentada, fixando a percentagem de participação no IRS sobre os rendimentos do ano de 2021 em 5/prct, registando-se a seguinte votação: - Votos a favor: dezanove (19) do PS; e um (1) Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; - Votos contra: treze (13) do PSD e três (3) do CDS/PP.** =====*

*===== **Ponto sete: - Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para 2021 (I/109147/2020);**=====*

*===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: A Lei nº 5/2004 de 10 fevereiro e posteriores alterações, veio permitir a cobrança por parte dos Municípios, de taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), com o intuito de mitigar os encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público (Operadores), em local fixo, dos domínios públicos e privado municipal; Que a TMDP é determinada com base na aplicação de um percentual sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município (alínea a), do n.º 3, do art.º 106º da Lei 5/2004 de 10 de fevereiro e posteriores alterações); A incerteza temporal de duração da crise pandémica e os seus efeitos, bem como o esforço financeiro adotado para este fim, mostra-se adequado, tendo por base o princípio da prudência na gestão municipal, assegurar também um quadro de receitas/proveitos que mantenha os níveis de sustentabilidade das finanças municipais, permitindo a continuação do esforço de investimento*

*de recursos à recuperação do desenvolvimento económico e reforço da coesão territorial; Que o percentual deverá ser aprovado anualmente, por cada Município até ao final do mês de Dezembro do ano anterior a que se destina (alínea b), do n.º 3, do art.º 106º da Lei 5/2004 e posteriores alterações), e o seu valor máximo é de 0,25/prct; Nos municípios em que seja cobrada a TMDP, as empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo são as responsáveis pelo seu pagamento, não podendo ser refletida na fatura dos consumidores, de acordo com o n.º 4, do art.º 106º da Lei 5/2004 de 10 de fevereiro e posteriores alterações. Propõe-se: Nos termos e ao abrigo do preceituado no n.º 3 do art.º 106º da Lei nº 5/2004, de 10 de fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas) e posteriores alterações, conjugado com a alínea ccc), do n.º 1, do art.º 33º e para efeitos das alíneas b) e c), do n.º 1, do art.º 25º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 setembro na sua atual redação, a aplicação de um valor percentual de 0,25/prct referente à Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município, para vigorar no ano de 2021.”* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número sete à votação tendo sido **deliberado por unanimidade a aplicação de um valor percentual de 0,25/prct referente à Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), para vigorar no ano de 2021.*** ==

===== **Ponto oito: - Proposta de Isenção de Taxas de Ocupação do Espaço Público para Esplanadas de Estabelecimentos Comerciais (I/107091/2020) - Aprovação;** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que:*  
*- No âmbito das medidas COVID a Câmara Municipal deliberou a suspensão da cobrança de todas as taxas, relativas à ocupação do espaço público, incluindo esplanadas e publicidade, a todos os estabelecimentos comerciais sediados no concelho, com exceção de bancos, instituições de crédito, seguradoras e grandes superfícies, para empresas que tenham perdido pelo menos 40% da sua faturação (por comparação com o período homólogo Março/Abril/Maio do ano anterior) de 1 de Março de 2020 a 30 de Setembro de 2020; - A situação pandémica se tem vindo a agravar; - A existência de esplanadas demonstra ser um fator de apoio aos estabelecimentos, garantindo dessa forma alguma clientela, sem a qual seria difícil manter a atividade; - Em termos de saúde a permanência ao ar livre é em si uma medida eficaz de prevenção; - O interesse que diversos estabelecimentos têm manifestado em manter as esplanadas pelo tempo que esta situação se arrastar (e sempre que as condições climatéricas o permitirem); - A isenção da taxa é determinante para a manutenção da esplanada que, por sua vez, é fundamental para a manutenção destes estabelecimentos comerciais dado o contexto económico e sanitário que trouxe consigo uma perda significativa de receita, questionando a viabilidade dos mesmos. Propõe-se*

que a Câmara Municipal delibere a isenção do pagamento de taxas de ocupação do espaço público para esplanadas de estabelecimentos comerciais, entre o dia 1 de outubro de 2020 e 31 de dezembro de 2020, justificando tal medida como um apoio económico a estabelecimentos que atravessam momentos difíceis, mas acima de tudo como medida de prevenção e combate à pandemia.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Vice-presidente da Câmara Municipal - Dr. Rui Luzes Cabral**, para prestar esclarecimentos. =====

===== Isto é para isentar até 31 de dezembro, conforme está na proposta, a isenção das taxas - conforme referiu - das esplanadas e para o nosso comércio. Depois, se necessário, em 2021 estudaremos se continuamos com esta medida ou não. Mas, para já, é só até 31 de dezembro. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número oito à votação tendo sido **deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada**. =====

===== **Ponto nove: - Cedência do direito de superfície à CERCIAZ - Centro de Recuperação de Crianças Deficientes e Inadaptadas de Oliveira de Azeméis - CRL, de prédio urbano sito em Lações de Cima- Autorização;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que em 04.10.1983, a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, a cedência de terreno à Cerciáz, em Lações de Cima - Oliveira de Azeméis, “...com a área a acordar com esta instituição, para a construção das suas instalações “ressalvando-se desde já que na hipótese da sua extinção ou da não utilização efetiva das mesmas durante um período de dois anos consecutivos, dar-se-á a reversão do terreno e benfeitorias para a Câmara Municipal que as aplicará em atividade afim, considerando que a AM terá de autorizar a aquisição do terreno a Dom Manuel de Castro Lemos” - conforme se anexa (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas); - Que em 30.11.1983, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade: a) a compra de um terreno com a área de 34000m2 em Lações de Cima - Oliveira de Azeméis para implantação de equipamentos sociais, desportivos e de lazer; b) autorizar a doação de uma área de terreno com cerca de 7.000 m2, em Lações de Cima, à Cerciáz, destinada à construção de instalações próprias - conforme se anexa (documento esse que fica igualmente arquivado em pasta anexa ao livro de atas); - Que em 11.07.1984, a Câmara Municipal adquiriu por escritura pública a parcela de terreno com a área de 38.384 m2, que se estende desde o reservatório de água da Zona alta até ao enfiamento da rua que vai para Lações de Baixo; prédio este inscrito na matriz

*predial urbana sob o art.º 1796, descrito na CRP a favor do MOA sob o n.º 1091/160596, da freguesia de S. Roque - conf. se anexa (documento esse que fica igualmente arquivado em pasta anexa ao livro de atas); - A deliberação da Câmara Municipal de 10.12.1985, de concessão do direito de superfície, ao Centro de Recuperação de Crianças Inadaptadas de Oliveira de Azeméis, que se anexa (documento esse que fica igualmente arquivado em pasta anexa ao livro de atas); - Que estão isentos de controlo prévio os destaques referidos nos n.ºs 4 e 5 do artigo 6.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação; - O N.º 4 dispõe que: “Os atos que tenham por efeito o destaque de uma única parcela de prédio com descrição predial que se situe em perímetro urbano estão isentos de licença desde que as duas parcelas resultantes do destaque confrontem com arruamentos públicos”; - A certidão emitida pela Câmara Municipal comprovativa da verificação dos requisitos do destaque, constitui documento bastante para efeitos de registo predial da parcela destacada (N.º 9); - Pelo N.º 10 “Os atos que tenham por efeito o destaque de parcela com descrição predial que se situe em perímetro urbano e fora deste devem observar o disposto nos n.os 4 ou 5, consoante a localização da parcela a destacar, ou, se também ela se situar em perímetro urbano e fora deste, consoante a localização da área maior.”; - Que foi solicitada pela Cerciaz - Centro de Recuperação de Crianças Deficientes e Inadaptadas de Oliveira de Azeméis-CRL, a regularização da cedência do prédio; - Em 18.11.2020, foi emitida pelos serviços municipais certidão de destaque, da qual consta: “... sendo a Câmara Municipal proprietária de um terreno sito em Lações de Cima, Oliveira de Azeméis, da União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madaíl, o qual confronta no seu todo a norte com Manuel Paulo de Castro e Lemos, Sul com Manuel Paulo de Castro e Lemos, Nascente com Manuel Paulo de Castro e Lemos, poente com a Estrada Nacional 227, não obstante estar descrito na Conservatória do Registo Predial de Oliveira de Azeméis sob o n.º1091/160596, inscrito na matriz urbana sob o n.º 1796, freguesia de S. Roque. A localização do prédio anteriormente sito na freguesia de S. Roque e por alterações dos limites das freguesias passou a pertencer na sua totalidade à União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madaíl. Para efeitos do disposto no n.º 9 do art.º6.º do Decreto-lei n.º 555/99, de 16 de dezembro que lhe foi dada pelo Decreto-lei n.º 136/2014, certifico que: - O destaque da parcela requerido cumpre o disposto no n.º 4 do art.º 6.º do Decreto-lei n.º 555/99, de 16 de dezembro com a redação que lhe foi conferida pelo Decreto-lei n.º 136/2014, de 09/09. - a parcela de terreno a destacar tem a área de 12.072,00m2, confronta a norte com Manuel Paulo de Castro Lemos, sul com Município de Oliveira de Azeméis, a Nascente com Município de Oliveira de Azeméis, Poente com Rua Francisco Abreu e Sousa (antiga Estrada Nacional 227). (...) As parcelas em causa são servidas por arruamento público, pelo que é cumprida a condição imposta no art.º 21 do RPDM (Regulamento do Plano Diretor Municipal”(...) -conforme se anexa ((documento esse que fica igualmente arquivado em pasta anexa ao livro de atas); - Que se procedeu à inscrição do prédio (terreno para construção) nas Finanças, tendo lhe sido atribuído o artigo P7292 e foi apresentado pedido de registo na C.R.P. (em anexo(documento esse que fica*

igualmente arquivado em pasta anexa ao livro de atas)); - Que se procedeu à avaliação, conforme se anexa; - Decorre do art.º 1524º e seguintes do Código Civil “O direito de superfície consiste na faculdade de construir ou manter, perpétua ou temporariamente, uma obra em terreno alheio, ou de nele fazer ou manter plantações”; - Que a atividade da Cerciaz assume-se como de relevante interesse municipal, porquanto tem vindo a contribuir de forma permanente e significativa no apoio a públicos desfavorecidos com dificuldades de inserção, nomeadamente pessoas com deficiência mental e multideficiência, visando a consagração do direito de exercício pleno de cidadania, única no concelho de Oliveira de Azeméis, tendo sido reconhecida pela Presidência do Conselho de Ministros como pessoa coletiva de utilidade pública; Propõe-se - Ao abrigo do art.º 1524º do Código Civil conjugado com o artigo 33, n.º1 alínea g) do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na redação atual, que a Câmara Municipal delibere nos termos e pelos fundamentos expostos: - A cedência do direito de superfície do prédio atrás identificado, inscrito na matriz predial urbana sob o art.º P7292, a favor da Cerciaz - Centro de Recuperação de Crianças Deficientes e Inadaptadas de Oliveira de Azeméis - CRL, para as suas instalações, pelo valor constante do relatório de avaliação; que: - O direito seja constituído pelo período de 30 anos, renovável por igual período de tempo, salvo denúncia por escrito do MOA, a comunicar com antecedência de doze meses relativamente ao final do prazo inicial ou da sua renovação; - Pela cedência não seja devido qualquer pagamento de renda ou preço; - A CERCIAZ não possa ceder, alienar ou onerar, no todo ou em parte o prédio, sob pena de extinção do direito de superfície; - Não é devida indemnização à CERCIAZ, em caso de reversão do prédio ao Município; - Se se autorize e proceda, nos termos e condições expostas, à celebração da escritura pública; - Se submeta à Assembleia Municipal para os devidos efeitos.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Vice-presidente da Câmara Municipal - Dr. Rui Luzes Cabral**, para prestar esclarecimentos. ===

===== Este é um assunto que se arrasta há muitos anos. Regularizar esta questão não só, da Cerciaz, mas também, onde está neste momento a GNR e o Centro de Saúde. A questão da Cerciaz, a urgência foi por causa do Programa Pares. Na proposta está todo o histórico do Programa Pares que, o prazo da candidatura era até 30 de novembro, portanto, é segunda-feira e, entretanto, foi adiado até 31 dezembro de 2020. Mas, como eu estava a dizer, a regularização dessa questão porque a Cerciaz, não poderia candidatar-se ao Programa Pares, sem ter o direito de superfície do seu terreno. E, portanto, nós avançamos com o da Cerciaz e ao mesmo tempo demos indicações para um procedimento do loteamento para resolver também a questão da GNR e da Unidade de Saúde. E é isso que estamos aqui a trazer para que a Cerciaz o possa fazer e se resolva um problema com cerca de 30 anos. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Fernando Pais e José Ramos. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====

===== Só uma nota, neste particular: Nós vamos votar a favor. Não temos nada a opor, quanto a essa situação. Gostaria só de chamar aqui a atenção para isto: Nós de facto, não temos aqui o contrato. Devia vir uma minuta ou, pelo menos, de uma forma mais aprofundada as condições da concessão de direito de superfície, nomeadamente quanto às questões de reversão, etc..., etc.... Mas, independentemente disso, eu acho que este contrato está feito de boa-fé e no interesse até da Cerciaz, no sentido de que o senhor vereador explicou e bem. Eu acho que esta autarquia devia ponderar no futuro esta figura de direito de superfície. Porque, numa situação destas em que se concede um direito de superfície, nós temos que ter a consciência de que vamos arranjar um outro problema daqui a 30 anos. Ou seja, daqui a 30 anos, aquilo reverterá para a Câmara, independentemente de a Cerciaz (ou outra entidade qualquer seja ela quem for) prosseguir lá a sua atividade. Portanto, estamos a criar um problema. Ou o município na altura, ou quem estiver na altura, de facto, prolonga e renova esse período relativamente ao direito de superfície ou, então, cria-se aqui uma situação com algum imbróglio. Eu sugeria, - talvez até por questões de ordem profissional, não gostaria de levantar essas questões para aqui -, que fosse feita, quando fosse possível e se fosse possível; Neste caso, não é. Decididamente, não é. Porque, isto é, no sentido de legalizar tudo aquilo que está lá feito não só para Cerciaz mas para a zona envolvente. Cujas soluções seria efetivamente esta. Mas para outras situações fazer de facto um contrato de doação do próprio terreno com uma cláusula de reversão. Será, eu acho que, a situação mais clara, no sentido de que permitiria até ao beneficiário desse direito prosseguir a sua atividade sem qualquer limitação temporal. Isto é um conselho que eu deixo para futuro. De resto: Vamos votar a favor, como é normal. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado **José Ramos**, do PS. =====

===== Boa noite. Sintam-se todos cumprimentados, na pessoa da Senhora Presidente. A Cerciaz desenvolve as suas atividades nas atuais instalações desde a década de 80. Apesar disso, e passados mais de 30 anos, nunca foi regularizada a situação do terreno. Essa regularização afeta também as instalações da GNR de Oliveira de Azeméis e as instalações do Centro de Saúde, cujo processo já muito discutimos nestas Assembleias. Ir regularizando estas situações é importante e, nesse sentido, votaremos favoravelmente. Senhor Presidente, temos conhecimento que esta regularização é ainda mais importante, porque necessária para a candidatura que a



*Cerciaz pretende apresentar ao Programa PARES, para construção de um equipamento social para a terceira idade. Não podia ser mais relevante e mais oportuna esta resolução, mostrando que, apesar da ideia que se procurou criar, continua a haver, com esta e com todas as instituições do concelho, uma total cooperação institucional. É assim que deve ser. Senhor Presidente, aproveito para lhe perguntar se tenho conhecimento das candidaturas que serão apresentadas ao Programa PARES. O Partido Socialista entende que a autarquia, tudo deve fazer para apoiar estas candidaturas e para lhes dar, dentro das suas possibilidades, todo o conforto. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====*

*===== Eu não vou aqui discutir, porque não tenho capacidade para discutir juridicamente, se é possível esse contrato de doação com cláusula de reversão. Não faço a menor ideia. Sei que a figura normal é o comodato e o direito de superfície. E, portanto, eu julgo que, enquanto a instituição lá estiver ninguém questiona a renovação dos direitos de superfície ou dos contratos de comodato que tivermos com as diferentes entidades. É assim que se faz em todo o lado. Mas, obviamente, estou disponível para estudar essa possibilidade da doação com a cláusula de reversão. Embora, na prática o efeito é o mesmo. Agora, eu não sei é se isto tem alguma implicação ao nível destes programas, se tem que ser mesmo a figura do direito de superfície? Não faço ideia. Não me choca nada ter de estudar isso e ver até que ponto isso é exequível. Em relação ao Programa Pares: Esta é mais uma questão importante. É um conjunto de investimentos que não estavam previstos no investimento municipal. E, portanto, vamos ter que fazer, enfim, uma alteração, vamos ter que dar resposta a isto. Porque, naturalmente, as várias instituições estão naturalmente a contar com a participação da Câmara, neste esforço que vai ser necessário fazer. Seja a Cerciaz, que é um lar residencial para utentes da Cerciaz que não têm, digamos, respostas de retaguarda. Seja para os investimentos que vão exigir que a Câmara Municipal esteja presente também. E para isso é preciso que as coisas sejam feitas com toda a ponderação, com toda a serenidade, com toda a razoabilidade. Porque estas coisas aparecem, como aconteceu com um conjunto de candidaturas da ADRITEM, de um dia para o outro. E a Câmara Municipal tem que ter recursos financeiros para poder aproveitar todas estas questões. Se não estiver? Perde-se tudo isto. Perde-se todas estas oportunidades. E as respostas sociais que são importantes para resolver o problema também da crise social que vai seguramente aparecer, ficam sem resposta. ==*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Vice-presidente da Câmara Municipal - Dr. Rui Luzes Cabral**, para prestar mais esclarecimentos. =====*

===== *Só para concluir esta nota. Até ao momento, temos referenciada cerca de oito IPSS's que pretendem apresentar essa candidatura ao Programa Pares. Não quer dizer que, até agora, até ao dia 31 de dezembro (foi prorrogado o prazo), não possa aparecer uma outra instituição. Neste momento temos, então: Carregosa - Centro social, que pretende construir uma ERPI (Estrutura Residencial Para Idosos), um Lar; Também obras de requalificação aqui em Cesar, CISC - Centro Infantil e Social de Cesar; Cerciaz - Lar residencial, conforme já aqui foi referido; Fundação Manuel Brando- Cucujães, também a requalificação da casa antiga, para aumento das suas valências; AFUL - aquele edifício que está atrás da Junta de Freguesia, também estão a estudar para uma ERPI, Centro de Dia e SAD (Serviço Apoio Domiciliário); Fajões - Lar do Pisão - o aumento dos utentes, que neste momento são 24, para mais 6 camas; temos também o aumento de 40 para 60 na ERPI - Lar Leonilda Aurora da Silva Matos; e temos também no Pró-Outeiro, obras de requalificação. Neste momento são as candidaturas que conhecemos e que estamos a ajudar em toda a candidatura e outras logísticas que nos pareçam importantes. Estamos a ajudar nessas candidaturas e estamos a trabalhar com eles na ligação, também, à Segurança Social, aos projetos. Neste momento a senhora vereadora também está lá com muitos projetos em mãos porque têm de ser aprovados, obviamente, também na Câmara Municipal. E, portanto, estamos a dar esse apoio.*

===== *O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** usou da palavra para dizer: =====*

===== *Este tipo de apoio concorre com outro que está neste momento a decorrer. São 12 de equipamentos sociais. Também 750.000,00€ de investimentos que estão a ser feitos, em cerca de 12 IPSS.*=====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número nove à votação tendo sido **deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada, autorizando assim a cedência do direito de superfície do prédio, inscrito na matriz predial urbana sob o art.º P7292, a favor da Cerciaz - Centro de Recuperação de Crianças Deficientes e Inadaptadas de Oliveira de Azeméis - CRL.*** =====

===== ***Ponto dez: - Processo Judicial nº 11-A/1997 (Autores João de Jesus Melo e mulher Maria do Carmo Oliveira Cruz Melo) - Termo de Transação (I/112795/2020) - Autorização;*** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: 1) Que foi confirmada a decisão de que o Município de Oliveira de Azeméis, no prazo de 36 meses a contar da notificação da decisão, com vista à integral execução da sentença proferida nos autos de recurso contencioso de anulação n.º 11-A/97, proceder à integral demolição do prédio em causa nos autos e acima identificado; 2) Que a demolição do prédio, implicaria para o município e para os residentes elevados custos diretos e indiretos, destacando-se os custos sociais*

associados ao despejo e realojamento das famílias; 3) Na prossecução do interesse público, a administração pública deve adotar os comportamentos adequados aos fins prosseguidos. As decisões da administração que colidam com direitos subjetivos ou interesses legalmente protegidos dos particulares só podem afetar essas posições na medida do necessário e em termos proporcionais aos objetivos a realizar (art. 7.º do NCPA); 4) Que a administração pública deve tratar de forma justa todos aqueles que entrem em relação, e rejeitar as soluções manifestamente desrazoáveis ou incompatíveis com a ideia de direito, nomeadamente em matéria de interpretação das normas jurídicas e das valorações próprias do exercício da função administrativa (art. 8.º do NCPA); 5) Que compete aos órgãos da Administração Pública prosseguir o interesse público, no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos (art. 4.º do NCPA); 6) A informação anexa (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas) do Dr. Miguel Oliveira, na qualidade de mandatário do município, que acompanhou e prestou o aconselhamento jurídico ao executivo; Propõe-se: 1) A aprovação do acordo em anexo (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas); 2) A remessa do mesmo para aprovação em Assembleia Municipal; Os encargos resultantes da presente proposta de deliberação estão suportados em termos orçamentais, possuindo o compromisso de fundo disponível o nº 1613 de 2020, conforme determina a Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro e DL nº 127/2012 de 21 de Junho e respetivas alterações.”=====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== Isto é um processo muito complexo. Um processo de 97. Tem a ver com a construção de um prédio em Cucujães. Que levou a que estes senhores, este casal João de Jesus Melo e Maria do Carmo Oliveira Cruz Melo, intentassem uma ação que resultou numa decisão do Supremo Tribunal Administrativo que condenou o Município a demolir o prédio onde vivem 8 ou 9 famílias. São 9 apartamentos. Julgo que, um dos apartamentos não estará a ser utilizado. Mas pelo menos 8 famílias vivem neste prédio. Esta decisão, os advogados é que sabem, transitou em julgado. Não possibilidade de recurso. Nós tentamos aquela questão (não sei o termo técnico [inexequibilidade]) da impossibilidade de cumprir a sentença. O que é que acontece? Acontece que, ouvimos todos os moradores. A grande maioria, se não a totalidade, tem empréstimos bancários. A maior parte daquelas pessoas começaram ali o seu projeto de vida, tiveram ali os seus filhos. Claro que, se o prédio fosse demolido as pessoas teriam de ser alojadas em algum local. Fez-se essa avaliação, quer para a demolição do prédio, quer para o realojamento dessas pessoas. E procurou-se negociar com os autores da ação uma possível indemnização que, digamos, os levasse a considerar ressarcidos pelos prejuízos que lhe foram causados ao longo de todos estes anos. O processo negocial decorreu. E apurou-se uma verba de 210.000,00€, é o valor que as partes consensualizaram, sendo 120.000,00€ pagos nos 15 dias imediatos à aprovação deste acordo na

*Assembleia Municipal e os restantes 90.000,00€ a serem pagos durante o ano 2021, até 30 de setembro de 2021. É apenas uma tentativa de procurar evitar que o prédio seja demolido. Embora, vamos ouvir isso de certeza absoluta, nas intervenções que se seguem, de que não temos efetivamente essa garantia. Mas a alternativa a esta possibilidade era demolir. E portanto, eu respondo já à intervenção que seguramente vai ser feita dizendo: Eu espero que o assunto, enfim, fique encerrado desta maneira. Espero que não tenhamos objetivamente que demolir o prédio. Porque isto para além dos custos económicos tem custos sociais, emocionais, que eu julgo que são inquantificáveis. E, portanto, eu acho que vale bem a pena correr este risco. Se há alturas onde na vida temos que tomar decisões corajosas, arrojadas? São estas. É correremos o risco. Eventualmente poderemos, enfim, ter problemas. E depois, naturalmente, estamos a socorreremo-nos também de informação técnica, estamos a socorreremo-nos da informação dos juristas, para tomarmos esta decisão. Resolvemos adotar esta via. E, portanto, aquilo que nós vos estamos a pedir, aos senhores deputados, é que aprovem o acordo em anexo para que nós possamos proceder ao pagamento do que está aqui estipulado no acordo. E procuramos desta forma resolver o problema. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Bruno Aragão e Fernando Pais. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====*

*===== (Esta intervenção foi acompanhada com a projeção de slides). Dissemos muitas vezes que o rigor na gestão era fundamental. Nunca foi arrogância. Foi sempre a consciência que enquanto decisores públicos os nossos atos têm de facto consequências. Consequências na vida privada das pessoas, consequências na nossa vida coletiva. Há uns, no entanto, que são bem mais complexos e cujos impactos podem ser, tremendamente dolorosos. Trouxe-vos, ao longo destes três anos, sem procurar ser exaustivo, alguns exemplos do que consideramos ser exemplos de gestão autárquica que nós não teríamos feito. Vários episódios que mostram que não há nenhuma narrativa sobre o passado. Há factos reais que hoje, todos, porque somos todos que deliberamos, somos chamados a resolver. É isso que temos, também hoje, que fazer. Fizemos isso para os Estaleiros Municipais; Fizemos isso para a Avenida Aníbal Araújo (Oliprojecta); Fizemos isso para o Azeméis Gran Plaza; E fazemos hoje para o Processo Judicial 11-A/97. Mas sobre este exemplo permitam-me uma intervenção inicial: Este processo envolve famílias, pessoas concretas, com vidas concretas e, por isso, como os anteriores, não é apenas uma questão de gestão pública, de património público, de relação com empresas ou de opções políticas. É, para nós, muito mais do que isso. E, também, para nós, muito mais do que isso na deliberação. Este processo não pode deixar de nos embaraçar a todos. (Digo-o com toda a genuinidade.) Pela sua antiguidade, pelo que deve ter significado para a vida destas pessoas e destas famílias ao longo de anos. E esse*

*embaraço deve fazer com que cada um de nós, de alguma forma representantes do poder público, apresentemos a estas pessoas as desculpas públicas que, certamente, não compensam, mas não deixam de ser justas e sinceras. Pelo tempo, pelo processo e pela forma como o Município, ao longo dos anos, procurou lidar com ele. E neste pressuposto, pedir a todos, em consciência, para lá de tudo, que percebamos o que estamos coletivamente a decidir e seja nossa, bem consciente, a vida dessas pessoas. Por isso mesmo, não farei nesta intervenção qualquer referência a nomes, a pessoas, a partidos, a intervenientes. Não é esta a matéria em que entenda que o deva fazer, para lá da convicção política e pessoal que sobre isto possa ter. [Vou tentar rapidamente enquadrar-nos dentro do processo, para que também possamos mais facilmente discutir sobre ele: Em 1996, há um despacho que aprova um projeto de construção de habitação coletiva com 3 pavimentos, 9 fogos e 1 pavimento de estacionamento; Em janeiro de 1997, dá entrada este processo judicial 11-A/97, contra a construção do projeto de habitação coletiva. Em 1999, há uma sentença do Tribunal que dá conta da violação do Artigo 10º do PDM em vigor e anula aquele despacho de 1996; Em 2000, há uma licença de utilização concedida, a 11 de julho, pela Câmara, já depois da sentença de nulidade do despacho de 1996; Em 2013, há uma decisão do Tribunal de proceder à integral demolição do prédio em causa; Em 2015, há o Acórdão do Tribunal Central Administrativo do Norte que confirma a sentença e a consequente demolição do prédio; Em 2017, temos a notificação pelo tribunal de todo o conteúdo do Acórdão e o prazo de 36 meses para a execução da sentença. (Apresentação de fotos do prédio). Em 2020, e aqui falo mesmo de todos, neste momento somos todos representantes políticos. Em 2020: passaram 24 anos sobre a aprovação do projeto; passaram 23 anos sobre o início do processo; passaram 21 anos sobre a primeira decisão; passaram 20 anos sobre a licença de utilização. Trouxe aqui alguns dados que, pelo menos a nós do Partido Socialista, nos ajudaram a refletir: A inequívoca afirmação do Acórdão de 2015 sobre a falta de imprudência e diligência e do comportamento na gestão deste processo, como está aqui inscrito no Acórdão. A revisão do PDM e de outros instrumentos de gestão que poderia ter resolvido ou tentado resolver este processo. Os custos de demolição e realojamento nunca inferiores a cerca de um milhão de euros, como também consta dos documentos. Uma família que se sentiu lesada pela violação do PDM e que viu a sua vida arrastada quase 25 anos num processo deste tipo. Nove famílias ou oito famílias que compraram a sua casa, que construíram a sua vida, e que recorreram a empréstimos. E aqui uma nota: Os bancos têm precedência. E, portanto, havendo uma indemnização pelo realojamento, os proprietários têm que liquidar junta das instituições bancárias a sua hipoteca. E isso tem também um impacto e deve fazer-nos refletir. A dificuldade do seu realojamento na freguesia de que são naturais ou onde escolheram viver. No fim de contas é de facto isto que temos que decidir, sem esconder ou deixar de considerar as questões jurídicas desta decisão. Mas com coragem, termos a certeza que não decorre dela, nenhum prejuízo para as pessoas, para as famílias, para todos os envolvidos, e para o Município que será, em rigor, a parte que aqui menos importa. Posto isto,*

*Senhor Presidente, votaremos favoravelmente este ponto, solicitando especial atenção às diligências que daqui venha a tomar. Muito obrigado.=====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado **Fernando Pais**, do PSD.=====*

*===== A apresentação que foi feita pelo Bruno, de alguma maneira, reflete exatamente aquilo que se passou. Eu só queria fazer algumas observações àquilo que ele disse. Que está corretíssimo. Mas queria fazer algumas observações: Em primeiro lugar: Este não é um caso de fácil resolução. É um caso especialmente melindroso. Que eu acho que, se isto acabar assim, é a melhor solução para a Câmara Municipal resolver este problema e para as pessoas. E a minha preocupação quando eu li esta extensa documentação ..., Felizmente a Senhora Presidente da Assembleia permitiu que julgasse aqui .... Nós não temos aqui as decisões. Mas isto foi um processo .... Eu, não entendo, ainda hoje não entendo como é que há uma pessoa, ou este casal ... E não estou aqui a fazer processo de intenção. Como é que este casal suscita uma questão de uma ilegalidade de um licenciamento em 1996 quando compra uma casa lá para viver? [pela assembleia foi dito que: o casal não vive no prédio, é vizinho.] E mesmo na zona circundante existe prédios com a mesma cêrcea? Não? Não existe? [pela assembleia foi dito que não existe.] Mas quem meteu a ação não é proprietário de nenhuma das frações? [pela assembleia foi dito que não.] Pronto. E essa justificação dada até serve para de alguma forma nós ficarmos mais elucidados sobre o acordo que aqui se fez. Porque, a questão é esta: Não é normal acontecer uma coisa destas. Isso aconteceu em 1996. O processo demorou três anos - até 1999 - a ir até ao Supremo Tribunal de Justiça que considerou, na altura, que o ato era nulo por violação do PDM e condenou-o à restituição. Entretanto, a Câmara Municipal entendeu não executar esta deliberação argumentando em seu favor um conjunto de princípios ordenadores que suportados pela jurisprudência que, de alguma forma, pretendiam estabelecer uma ponderação entre o que é destruir um prédio com nove pessoas dentro e a ponderação versus a questão da violação do PDM. Esse tipo de argumentação vem expressa aqui. Porque depois começou-se, a partir de 1999, a discutir a inexigibilidade desta deliberação. A Câmara optou por, na altura, não demolir e suscitar essa questão da ponderação de interesses. E aí esse processo é que demorou bastante tempo até culminar em 2017. Estou a dizer: A Sentença definitiva do Tribunal Central Administrativo é de 19 de dezembro de 2017. O que é que eu acho, que se calhar se podia fazer de forma diferente. Porque uma das minhas preocupações era, de facto, aqui, como é que reagem os condóminos. Porque estava perfeitamente convencido que este autor seria um dos nove. Não é. Está resolvida a situação. Porque eles, neste último processo, também, foram citados como contrainteressados e manifestaram veementemente, portanto, aderiram aos argumentos da Câmara e disseram que de facto não havia nenhuma razão para proceder à demolição. E eu também sou sensível a isto. Portanto, não é um erro daqueles flagrantes que uma Câmara Municipal pode obter. O senhor Presidente também reagiria até às últimas*

consequências para proceder à demolição do imóvel. A única situação que eu vejo aqui que se poderia ter ponderado, e fazendo uma avaliação, e se calhar não se ponderou, foi não deixar transitar este Acórdão em julgado. Este Acórdão em julgado que foi notificado a 19 de dezembro de 2017. Eventualmente, poder-se-ia obstar. Mas, podia-se perguntar: E que é que isso adiantava, quando já há um Acórdão anterior? O problema é que este Acórdão já transitou. Este Acórdão transitou. A declaração de nulidade já transitou. E o meu receio - espero, sinceramente, que não - E é uma das grandes dúvidas que eu tenho para votar a favor desta deliberação. Que me parece a única situação para se resolver esta situação, no imediato - é de facto o Ministério Público vir levantar alguma questão. É um risco que nós temos de correr todos. É um risco que nós temos de correr todos. Provavelmente não o fará. Provavelmente não o fará - digo eu. Mas é um risco que temos de correr todos. Mas agora surgiu-me uma questão: Este casal que instaurou esta ação já em 1996, aqui porque é que é indemnizado por este valor de 210.000,00€? =====

===== Pelo Senhor **Presidente da Câmara Municipal** foi dito: =====

===== É indemnizado por este valor, porque foi o valor que se conseguiu negociar. Como é evidentemente, o valor não foi este, as pessoas não queriam este valor. Foi um processo que se arrastou durante muito tempo. =====

===== O senhor deputado **Fernando Pais** continuou a sua intervenção: =====

===== Este valor de 210.000,00€ é quase a compra do silêncio e a ineficácia relativamente à inexecução da deliberação do Acórdão, é isso? Eu, por acaso, estava convencido que não. Estava convencido que os 210.000,00€ fosse mais ou menos a compra de uma habitação. Pronto. Mas não é. Já percebi. Não adianta falarmos mais sobre isto. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====

===== É melhor votar. O Senhor deputado Fernando Pais foi absolutamente claro, nesta parte final da sua intervenção. Realmente, eu procurei ser contido. Eu respeito, naturalmente, tudo o que disserem aqui sobre este caso. Para mim, está tudo suficientemente dito. É o que é. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número dez à votação tendo sido **deliberado por maioria aprovar a proposta apresentada, registando-se a seguinte votação: - Votos a favor: dezasseis (16) do PS, três (3) do CDS/PP e um (1) Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; - Abstenções: uma (1) do PS (Luís Filipe Moreira da Silva de Bastos Oliveira) e doze (12) do PSD.** =====

===== **Ponto onze: - Descentralização - Quadro da transferência de competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais - Diplomas Setoriais: - Domínios Educação, Saúde e Ação Social para 2021 - Para efeitos do art.º 76.º, do DL nº 21/2019, 3ª alteração dada DL nº 56/2020, art.º 28.º, do DL nº 23/2019. Alterado pelo DL nº 56/2020, e artº 24º do DL nº 55/2020 - (I/117929/2020);** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que estabeleceu o quadro de transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local. Nos termos do n.º 1, do seu artigo 4.º, essa transferência efetiva-se através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar da Administração direta e indireta do Estado; As deliberações e posições tomadas pela assembleia municipal de 29 junho e de 17 setembro de 2019, quanto à não aceitação da transferência de competências nos domínios da Educação para o ano letivo 2020/2021, e na Saúde para o ano de 2020; pelos fundamentos invocados; Entretanto, foi publicado o DL nº 56/2020, de 12 agosto, que vem alterar os diplomas do domínio da Educação - DL nº 21/2019 e da Saúde - DL nº 23/2019, prorrogando o prazo de transferência das competências para as autarquias locais nestes domínios até 31 de março de 2022; Tais alterações estabelecem que: **No domínio da Educação:** «Artigo 72.º [...]. 1 - O Ministério da Educação e os municípios podem celebrar contratos interadministrativos para delegação de competências, além das previstas na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, cujo regime é fixado em decreto-lei. 2 - Os contratos interadministrativos de delegação de competências celebrados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de fevereiro, designados «contratos de educação e formação municipal», celebrados entre a Presidência do Conselho de Ministros, o Ministério da Educação e Ciência e os municípios, mantêm -se em vigor relativamente às competências previstas no número anterior, até à entrada em vigor do regime aí previsto.» Artigo 76.º [...]. 1 - .....; 2 - Sem prejuízo do número anterior, todas as competências previstas no presente decreto-lei consideram-se transferidas para as autarquias locais e entidades intermunicipais até 31 de março de 2022. 3 - **Relativamente ao ano de 2021, os municípios e entidades intermunicipais que ainda não tenham aceitado as competências previstas no presente decreto-lei, e que não o pretendam fazer no ano de 2021, comunicam esse facto à Direção -Geral das Autarquias Locais, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos, até 31 de dezembro de 2020.** 4 - As competências de planeamento e o funcionamento dos conselhos municipais de educação, regulados, respetivamente, no capítulo II e no capítulo VI do presente decreto-lei, produzem efeitos a partir do início do ano letivo 2019/2020, independentemente da deliberação prevista no número anterior.» **No domínio da Saúde:** «Artigo 28.º - [...]. 1 - .....; 2 - Sem prejuízo do número anterior, todas as competências previstas no presente decreto-lei consideram-se transferidas para as autarquias



locais e entidades intermunicipais até 31 de março de 2022. 3 - **Relativamente ao ano de 2021, os municípios e entidades intermunicipais que ainda não tenham aceiteado as competências previstas no presente decreto -lei, e que não o pretendam fazer no ano de 2021, comunicam esse facto à Direção -Geral das Autarquias Locais, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos, até 31 de dezembro de 2020.**» Também foi publicado o diploma - DL n.º 55/2020, de 12 agosto, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da Ação Social, ao abrigo dos art.ºs 12.º e 32.º da Lei n.º 50/2018; De acordo com a sua norma de produção de efeitos - art.º 24.º-, estabelece que: 1 - O presente decreto-lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação. 2 - **Relativamente ao ano de 2021, os municípios e entidades intermunicipais que não pretendam assumir as competências previstas no presente decreto-lei podem fazê-lo mediante comunicação desse facto à Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos, até 60 dias após a publicação, no Diário da República, do despacho previsto no n.º 3 do artigo 16.º e das portarias referidas nos artigos 10.º e 11.º;** 3 - A DGAL informa o serviço competente da segurança social, no prazo de 30 dias corridos a contar do termo das datas de comunicação a que se refere o artigo anterior: a) De quais os municípios e entidades intermunicipais que não pretendem concretizar a transferência de competências em 2021; b) Sem prejuízo do disposto na alínea anterior, de quais os municípios e entidades intermunicipais que não tenham procedido à comunicação a que se refere o artigo anterior. 4 - Todas as competências previstas no presente decreto-lei **consideram-se transferidas para as autarquias locais e entidades intermunicipais até 31 de março de 2022.** Que nos termos do artigo 2.º, da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, as transferências de atribuições e competências regem-se pelos seguintes princípios e garantias: a) A transferência efetua-se para a autarquia local ou entidade intermunicipal que, de acordo com a sua natureza, se mostre mais adequada ao exercício da competência em causa; b) A preservação da autonomia administrativa, financeira, patrimonial, e organizativa das autarquias locais; c) A garantia de qualidade no acesso aos serviços públicos; d) A coesão territorial e a garantia da universalidade e da igualdade de oportunidades no acesso ao serviço público; e) A eficiência e eficácia da gestão pública; f) A garantia da transferência para as autarquias locais dos recursos financeiros, humanos e patrimoniais adequados, considerando os atualmente aplicados nos serviços e competências descentralizados; g) A estabilidade de financiamento no exercício das atribuições cometidas. - Os princípios e as disposições legais, designadamente os Art.ºs 5.º, 30.º-A, 80.º-B, 80.º-D 80.º-E, e 80.º-F, do RFAL - Regime Financeiro das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 73/2013 e posteriores alterações, que preveem um Fundo de Financiamento da Descentralização (FFD), que constitui uma transferência financeira do Orçamento do Estado com vista ao financiamento das novas competências das autarquias locais e das entidades intermunicipais, decorrente da lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, acima mencionada; Que no âmbito do FFD, são atribuídos às autarquias locais e às entidades

intermunicipais os recursos financeiros previstos no artigo 80.º-B, do RFAL; Que o financiamento das novas competências das autarquias locais e das entidades intermunicipais decorrente do processo de transferência de competências considera o acréscimo de despesa e de receita em que estas incorrem pelo exercício dessas competências; Que até 2021, os recursos financeiros a atribuir às autarquias locais e entidades intermunicipais para a prossecução das novas competências são anualmente previstos na Lei do Orçamento do Estado, nos termos do artigo 5.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e constam do FFD, nos termos do artigo 30.º-A do RFAL; Assim, Tendo em linha os considerandos e fundamentos que enformaram as deliberações da assembleia municipal anteriores, sobre o processo de descentralização e quadro de transferência de competências em curso, em que foi deliberado a não aceitação geral para o ano de 2019 e 2020, do exercício de transferência de competências para o Município de Oliveira de Azeméis, e designadamente no âmbito dos diplomas setoriais publicados e referenciados com base nas respetivas deliberações comunicadas à DGAL e registadas na respetiva plataforma; Existindo reservas, dificuldades de avaliação e falta de informação oportuna (inclusive no domínio da Ação Social, até ao momento, ainda não foram publicados o despacho e as portarias que estabelecem as condições e meios para tal exercício) que permita garantir os princípios legais da transferência de competências atrás enunciados, designadamente quanto aos compromissos futuros, seus impactos organizacionais, funcionais, financeiros, patrimoniais e de recursos humanos, que traduzam ganhos de qualidade na prestação de serviços aos cidadãos e, o exercício responsável de tais competências nos domínios indicados, (no caso da Educação - caso seja deliberado a não aceitação da transferência, mantém-se em vigor o contrato interadministrativo de delegação de competências n.º 559/2015, celebrado neste domínio, conforme estatuí o n.º 2, art.º 72º, do diploma setorial - DL n.º 21/2019 na sua atual redação), justifica-se por isso uma tomada de posição e pronúncia quanto às condições de exercício de transferências de tais competências para 2021, nos termos em apreço. **Propõe-se:** Que no exercício das competências que lhe são conferidas pela alínea ccc), do n.º 1, do art.º 33º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, e posteriores alterações e ao abrigo do disposto na Lei n.º 50/2018, e nas normas transitórias - do art.º 76º, do DL n.º 21/2019, do art.º 28º, do DL n.º 23/2019, nas suas atuais redações conferidas pelo DL n.º 56/2020, e art.º 24º do DL n.º 55/2020. **A apreciação e tomada de deliberação/posição pelo órgão executivo e deliberativo no sentido de manter, pelos fundamentos retrocitados, o princípio geral de não aceitação do exercício das competências nos diferentes domínios setoriais para o ano de 2021, e mais expressamente nos seguintes domínios/áreas: Educação - (DL N.º 21/2019, com a última alteração conferida pelo DL n.º 56/2020) - (caso a posição/deliberação seja no sentido da não aceitação da transferência, mantém-se em vigor o contrato interadministrativo de delegação de competências n.º 559/2015, celebrado neste domínio, conforme estatuí o n.º 2, art.º 72º, do diploma setorial - DL n.º 21/2019 na sua atual redação); - Saúde - (DL n.º 23/2019, com a última alteração conferida pelo DL n.º 56/2020); - Ação Social - (DL n.º 55/2020 - ainda não foram publicados, até à data, o despacho e portarias respetivas, o que agrava ainda mais a falta de condições de**

*preparação e avaliação atempada do exercício responsável de tal competência). No caso de não aceitação, posterior envio à Direção-Geral das Autarquias Locais, após prévia deliberação do órgão deliberativo nesse sentido. A submissão da proposta ao órgão deliberativo para os fins consignados.”*=====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Estamos a propor a não aceitação desta descentralização de competências, nestes três domínios que acabou de referir (Educação; Saúde e Ação Social). Sendo que, vamos durante o ano de 2021 preparar a assunção destas responsabilidades. Porque, como sabem, em 2022 vão ser obrigatórias e, portanto, vão ser efetivamente delegadas nos municípios. Mas, neste momento, não só porque até em termos da Ação Social ainda não temos a portaria publicada mas, sobretudo, porque efetivamente durante o ano de 2020 não tivemos tempo para estudar o dossier saúde. Porque, obviamente, temos que no dossier educação ter um conhecimento de causa muito mais profundo do que o que temos nas outras áreas, porque somos Município PAE já há alguns anos. E, portanto, neste momento julgo que não estão reunidas as condições para assumirmos estas competências. E, portanto, pedimos-vos que votemos por não as aceitar.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Bruno Aragão.*

===== *A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado **Bruno Aragão**, do PS.* =====

===== *Senhora Presidente, só para dizer que, em consciência com o que temos votado sempre nestes pontos, vamos votar favoravelmente a não aceitação destas competências, mas perfeitamente conscientes que inevitavelmente elas acontecerão. E, portanto, temos que nos preparar para isso. Portanto, é em consciência que o fazemos. Mas não queria de deixar ficar em ata essa posição. Obrigado.* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número onze à votação tendo sido **deliberado por unanimidade tomar a posição de não aceitação do exercício das competências nos diferentes domínios setoriais para o ano de 2021, e mais expressamente nos seguintes domínios/áreas: Educação - (DL N° 21/2019, com a última alteração conferida pelo DL n° 56/2020); - Saúde - (DL n° 23/2019, com a última alteração conferida pelo DL n° 56/2020); - Ação Social - (DL n° 55/2020).*** =====

=====**Ponto doze: - Alteração das Normas/diretrizes e Procedimentos para Atribuição de Apoios ao Desporto (I/118369/2020) - Aprovação;**=====  
 ===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando; - As Normas/Diretrizes e Procedimentos para Atribuição de Apoios ao Desporto, aprovadas em reunião de Câmara Municipal de 21/06/2018 e Assembleia Municipal em 30/06/2018 e retificadas em reunião de Câmara Municipal de 08/11/2018 e Assembleia Municipal de 15/12/2018; - Que da vigência deste documento, constata-se a necessidade de incluir mais modalidades na medida de representatividade, por forma a tornar o mesmo mais abrangente; - Este contexto, pretende o Município de Oliveira de Azeméis reconhecer o papel social insubstituível, que os clubes/associações desportivas, através dos seus dirigentes, técnico e demais agentes desportivos, desempenham nas suas comunidades; - Que aquando da elaboração das Normas retrocitadas não foram incorporados todos os tipos de investimento e que nos dois últimos anos de execução de atribuições ao abrigo das mesmas, tem-se mostrado necessário um apoio à aquisição de viaturas; - As atribuições dos municípios em matéria tempos livres e desporto (alínea f), do n.º 2, do art. 23.º, do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações) incumbindo-lhes a promoção e generalização da atividade física enquanto instrumento essencial para a melhoria da condição física, da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos; - Que incumbe às Autarquias Locais, a promoção e a generalização da atividade física, enquanto instrumento essencial para a melhoria da condição física, da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos - n.º 1, art.º 6º, da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro (Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto); Assim, nestes pressupostos e dada a necessidade de atualizar o normativo em apreço, propõe-se: - Que, de acordo com os fundamentos e normas retrocitadas e ainda ao abrigo do disposto do n.º 4, artigo 136.º e dos artigos 156º, 164.º do C.P.A., a Câmara Municipal delibere desde já aprovar as alterações às Normas / Diretrizes de Procedimento para atribuição de apoios ao Desporto, nos termos contantes do documento anexo (documento esse que fica arquivado em pata anexa ao livro de atas), com efeitos à data da sua aprovação. - Que o mesmo seja submetido à aprovação da Assembleia Municipal para os devidos efeitos.”=====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== Nós temos estas Normas para atribuição e apoios ao desporto e fazemos aqui uma alteração no sentido de incluir mais algumas modalidades, BTT, Trailer, entre outras. E temos também aqui a possibilidade de apoiar as nossas coletividades, através de uma comparticipação para a compra de viaturas. E, portanto, era, basicamente, enfim, alterar as Normas para podermos incluir essas novas modalidades e também podermos apoiar a compra de viaturas. =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Albino Martins e Pedro Paiva.* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado Albino Martins, do PSD.* =====

===== *Senhora Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, vamos reafirmar o que vimos dizendo há muito tempo: não é com umas normas avulso que já aqui foram alteradas, nem sei quantas vezes, que se consegue ser justo na atribuição de apoios ao associativismo. Por muito que se corrija há de ficar sempre alguém de fora injustamente. No nosso ponto de vista, estes apoios deveriam ser enquadrados num regulamento amplamente discutido, dando voz aos representantes das instituições. E devia ser abrangente, considerando o associativismo concelhio em todas as suas vertentes que não só a desportiva. No caso presente, registamos a preocupação em incluir mais modalidades e apoiar outros tipos de investimento absolutamente necessários às associações e clubes. Mas, a par disso, outras situações ficam ainda esquecidas. Votaremos favoravelmente, este ponto, no entendimento de que se está a fazer caminho em direção ao regulamento que defendemos.* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado Pedro Paiva, do PS.* =====

===== *Queiram sentir-se todos cumprimentados na pessoa da Excelentíssima Presidente da Assembleia Municipal com especial menção e agradecimento a estas gentes de Cesar que nos recebe, aqui representadas pelo seu ilustre Presidente de Junta de Freguesia. O executivo apresenta para deliberação, alterações ao documento relativo a Normas/diretrizes e procedimento para a atribuição de apoio ao desporto, que passam a contemplar modalidades que não se encontravam abrangidas como o BTT e o atletismo. Bem-haja. É com regozijo pessoal que vejo reconhecida finalmente a importância desta última, relativa ao atletismo, especialmente quando há pouco tempo assistimos à perda de um grande impulsionador da modalidade do atletismo como foi António Pinho e que muito contribuiu pelo reconhecimento da mesma. Com efeito, este documento que vai sendo construído e adaptado às necessidades dos clubes e dos desportistas. Apresenta-se como um documento dinâmico ao qual atento à sua finalidade é a sua maior virtude. Assim sendo, vamos acompanhando e discutindo a evolução deste documento expectantes que o mesmo, de forma sustentável, possa corresponder às expectativas dos nossos clubes e desportistas motivando-os e criando condições para melhores e mais sucessos desportivos. Assim sendo, a nossa posição será votar favoravelmente a esta alteração.* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para dar resposta às intervenções anteriores.* =====

===== De forma muito breve dizer apenas, ao senhor deputado Albino Martins, de que estas Normas/Diretrizes não são um documento avulso nem estão constantemente a ser revistas, estão a ser revistas agora. E são muito melhor do que o que tínhamos no passado que era nada. E portanto, foi um passo significativo que foi dado. É evidente que há sempre modalidades que podemos integrar. E é precisamente por isso que estamos aqui a rever estas Normas. Precisamente porque quisemos integrar o BTT, o Trailer, o atletismo que tem grande expressão no nosso concelho. Dizer-lhe também que, aprovamos na última reunião de câmara o início do procedimento para o regulamento de apoio ao associativismo concelhio, onde estas Normas serão, naturalmente, integradas. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número doze à votação tendo sido **deliberado por unanimidade aprovar as alterações às Normas / Diretrizes de Procedimento para atribuição de apoios ao Desporto.** =====

===== **Ponto treze: - Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior (I/118677/2020) - Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - I/13223/2020: Início do procedimento para a elaboração do Regulamento de Concessão de Bolsas de Estudo a Alunos do Ensino Superior e Politécnico; - I/84391/2020: Projeto de Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior; - A consulta pública divulgada no Diário da República, 2.ª série, n.º 192 de 1 de outubro de 2020, Aviso n.º 15308/2020 e no Boletim Municipal n.º 1484 de 01/10/2020, <https://www.cm-oaz.pt/boletimmunicipal/1484.html>; - I/118657/2020: Contributos discussão pública I/84391/2020: Projeto de Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior; - Que compete à Assembleia Municipal aprovar os regulamentos com eficácia externa do município (alínea g) do n.º 1 do art.º 25º do Anexo à Lei 75/2013 de 12 de setembro e respetivas alterações; Propõe-se: - Aprovação das sugestões de alteração ao presente regulamento (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), bem como submissão à Assembleia Municipal para devida aprovação; - Determinação da posterior publicação no Diário da República e publicitação do referido regulamento nos termos legais.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== É um apoio que nós queremos dar aos nossos estudantes carenciados permitindo-lhes que eles prossigam a sua carreira formativa, a sua carreira académica. Estamos a falar da

*atribuição de 10 bolsas de estudo onde, em função dos rendimentos do agregado, teremos bolsas que irão desde os 50€ até aos 150€ mensais. Peço desculpa, mas eu estou a perceber que tinha aqui uma nota para retirar este ponto. E eu não me tinha apercebido. Basicamente, tem a ver com o seguinte: Nós, neste regulamento de atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior, isto é uma pequena nota, mas é uma nota que efetivamente os senhores vereadores não tiveram oportunidade de aprovar e, portanto, eu pedia que este ponto fosse retirado. Basicamente, o que é que acontece, para que não suscite aqui nenhuma dúvida: depois vamos pedir-vos o especial favor de, e pedir a vocês também o especial favor de podermos na reunião de câmara do dia 03 submetermos este assunto também à Assembleia do dia 03. Porquê? Porque faltou aqui plasmar algo que tinha sido contemplado no regulamento de apoio aos nossos bombeiros. Existe um automatismo no regulamento de apoio aos nossos bombeiros que lhes dá uma bolsa de 75€ e, portanto, esse automatismo reverte para um regulamento futuramente a criar nas bolsas de apoio ao ensino superior. E, portanto, faz sentido plasmar aqui essa nota. É uma nota só que consta. Mas como ela não foi.... Se não virem inconveniente, não tem problema rigorosamente nenhum. Eu julgo que não será por isso que se violará a lei. É uma nota que diz, que o regulamento de atribuição de benefícios aos bombeiros prevê uma bolsa de 75€, automática. E, portanto, é só essa nota que fica aqui plasmada neste quadro de atribuição do regulamento. Mas, se entenderem que deve ser retirado e aprovado na reunião de câmara e voltar a vir na próxima assembleia? Será o percurso que faremos. Sinceramente, não sei se isso viola a lei se não viola. É exatamente isto: É uma nota só onde nós neste regulamento temos que incluir essa nota. Mas o que é um facto é que os senhores vereadores, nem os senhores vereadores nem nós tivemos conhecimento dessa nota que diz, basicamente, que, os bombeiros têm direito a uma bolsa no valor de 75€. Portanto, se não virem inconveniente? =====*

*===== Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi concedido um intervalo de um (1) minuto para conferenciar com os líderes. =====*

*===== Terminado o intervalo, a Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** retomou os trabalhos. =====*

*===== Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====*

*===== Senhor Presidente, então, o que se propõem é que se apresente o aditamento que falta a este ponto e esta assembleia vai propor à votação a alteração desta proposta, esse aditamento e a seguir votamos o ponto com o dito aditamento? =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== *Eu vou ler aquilo que é para colocar abaixo do Artigo 10º, abaixo do quadro que define os limites afixados: “Nota - aos candidatos que se encontram abrangidos pelo n.º 9 do artigo 6.º do Regulamento de Concessão de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Oliveira de Azeméis, o valor mínimo mensal a atribuir corresponde a 75€.” Ou seja, os bombeiros poderiam, em função dos seus rendimentos, ficar no escalão mais baixo de 50€. Mas no regulamento de benefícios sociais já diz que a bolsa, no mínimo, é de 75€. Portanto, nós temos que meter aqui essa nota, para que eles não sejam confrontados com um valor mensal diferente.* =

===== *Pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal foi colocada à admissão e votação a inclusão da seguinte alteração na proposta apresentada: “Nota - aos candidatos que se encontram abrangidos pelo n.º 9 do artigo 6.º do Regulamento de Concessão de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Oliveira de Azeméis, o valor mínimo mensal a atribuir corresponde a 75€”, a qual foi aprovada por unanimidade.* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal prosseguiu os trabalhos.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de João Costa e Jorge Pereira.* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado **João Costa**, do PS.* =====

===== *Boa noite, a todos. Permitam-me que vos cumprimente a todos na pessoa da Senhora Presidente da Assembleia Municipal. Relativamente a este ponto, agradeço desde logo a benevolência dos grupos municipais para que possamos aprovar nesta assembleia um avanço para a juventude oliveirenses. O que me apraz dizer é que finalmente saímos da lista negra. Eu digo isto porque foi esta a expressão que eu utilizei no final de 2018 quando colocava a questão ao Senhor Presidente sobre a possibilidade de termos um sistema de bolsa para estudantes universitários. Uma medida já implementada em 13 dos 19 municípios do distrito de Aveiro. E fi-lo conscientemente, acreditando que o Senhor Presidente era uma pessoa sensível aos temas para a juventude. Pois, mais uma vez o passado tem uma influência decisiva, neste acontecimento. E permitam-me que vos recorde três momentos da nossa história coletiva: Em primeiro lugar - setembro de 2010: Os vereadores do Partido Socialista, Joaquim Jorge, Manuel Alberto, Hélder Simões, em regime de substituição, e Ana de Jesus, apresentavam uma proposta semelhante ao ponto que estamos aqui a discutir ao executivo Social-democrata de então, liderado por Hermínio Loureiro. Esta proposta foi recusada com os cinco votos contra dos vereados do PSD, evocando, na altura, questões legais. Bem, vários municípios do distrito de Aveiro já tinham esse apoio nessa mesma altura. No entanto, preferíamos ficar na lista negra. Em segundo lugar - fevereiro de 2014:*



*Os vereadores do Partido Socialista, de então, apresentavam novamente uma proposta que contribuía para a atribuição de 10 bolsas para estudantes do ensino superior. O resultado? Todos sabemos, contra. Continuávamos na lista negra. Em terceiro lugar - fevereiro de 2015: O vereador Joaquim Jorge na altura voltava a referir a importância de termos este apoio para os nossos estudantes, atribuição de bolsas para os estudantes de ensino superior. Nunca foi essa a opção. Continuávamos na lista negra. Depois de uma crise económica devastadora como a de 2008 onde possuíamos valores das propinas do 1º ciclo de estudos bem superiores aos dos dias de hoje, onde muitos tiveram de desistir dos seus sonhos e onde inúmeras famílias se viraram obrigadas a recorrer ao crédito para poderem proporcionar uma formação superior aos seus filhos, esta medida nunca foi uma opção. Preferíamos continuar na lista negra. Bem sei que incomoda alguns nesta casa falar do passado. Mas faz parte da nossa história e da nossa vida coletiva. E neste, como em tantos outros casos, o Partido Socialista esteve do lado certo da história. Felizmente os problemas a partir de 2017 começaram a ser reconhecidos por todos. E julgo que, vamos contar com o voto favorável do PSD, nesta matéria. Faremos história também, hoje. Mas não tenho a menor dúvida que os jovens oliveirenses não terão memória curta e saberão quem sempre esteve ao lado das suas causas. Senhor Presidente, não poderia terminara a intervenção sem lhe fazer uma questão, como já é habitual das minhas intervenções, e, questionar ao «nível da exequibilidade desta medida: se vai ser aplicada no ano letivo em vigor ou se entrará em vigor apenas no ano letivo seguinte? Por último, queria enaltecer o esforço do executivo para considerar propostas para a juventude oliveirense. Têm sido dados passos significativos nesta matéria, vários já foram referidos nesta mesma assembleia, nomeadamente o apoio ao empreendedorismo jovem e também este sistema de bolsas. No entanto, não podemos parar. Ainda há muito por conquistar na temática da juventude em Oliveira de Azeméis. E por isso, não perderemos tempo a brincar. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado **Jorge Pereira**, do CDS/PP. =====*

*===== Senhor Presidente é uma questão de preciosismo, mas, este aditamento, eu quero chamar à atenção para isto, referiu: - os bombeiros do concelho de Oliveira de Azeméis. Portanto, quer abranger os bombeiros que façam parte dos corpos dos bombeiros de Oliveira de Azeméis. Eu sou bombeiro. Sou do concelho de Oliveira de Azeméis. Mas não exerço a minha atividade em Oliveira de Azeméis. Portanto, acho que deve de haver uma pequena correção nesse texto, para que não haja dúvidas no futuro. Portanto, serão os bombeiros voluntários que integram os corpos de bombeiros do concelho de Oliveira de Azeméis. Portanto, era só essa questão que eu queria chamar à atenção. Porque acho que será essa a intenção da parte do executivo. =====*

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====

===== Duas notas muito breves: A primeira delas é para dizer que são 10 bolsas, mas estamos também a tentar junto das empresas mais 10 bolsas. Portanto, estamos a fazer um desafio também ao tecido económico para ajudarem mais 10 estudantes com bolsas semelhantes. Já temos uma ou outra resposta positiva. Vamos continuar a fazer esse trabalho. À resposta: se é para avançar já? O objetivo é esse. Por isso é que há alguma urgência, por isso é que vos estamos a pedir esta condescendência para podermos avançar. Podemos, sem qualquer problema, incluir essa questão dos bombeiros das duas corporações do concelho de Oliveira de Azeméis. Embora, o Regulamento de Atribuição de Benefícios Sociais aos Bombeiros seja claro quando diz que são beneficiários os elementos dos corpos dos bombeiros do concelho de Oliveira de Azeméis (corporações de Oliveira de Azeméis e Fajões). Mas, por mais não pecamos, e, portanto, nessa nota podemos perfeitamente acrescentar, sem qualquer problema, que são naturalmente para os bombeiros das corporações de bombeiros locais. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número treze à votação tendo sido **deliberado por unanimidade aprovar o Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior, com as alterações solicitadas**. =====

===== **Ponto catorze: - Autorização da despesa da responsabilidade do município de Oliveira de Azeméis para cobertura financeira do défice do programa de apoio à redução tarifária nos transportes públicos (PART) do ano 2019 de acordo com o critério AROUCA (I/116577/2020) - Ratificação de despacho;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que:  
 - O Orçamento de Estado para 2019, aprovado pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro - que aprovou, no seu artigo 234º, a criação do PART com uma dotação global de €104.000.000,00 -, colocou esta verba à disposição das autoridades de transporte metropolitanas e intermunicipais com vista à concretização da redução das tarifas dos transportes públicos, o que inclui, a AMP;  
 - A AMP pode afetar fundos próprios do seu orçamento para suportar o financiamento do PART;  
 - A AMP apurou um défice tarifário incremental do PART relativo a 2019 que ascende a €2.370.913,00 (dois milhões, trezentos e setenta mil, novecentos e treze euros); - Havendo a necessidade da realização da cobertura financeira do referido défice por parte da AMP e dos municípios, a Comissão Executiva Metropolitana do Porto aprovou por unanimidade, na sua reunião de 3 de julho de 2020, a sua repartição através da comparticipação de €1.500.000,00 do saldo de gerência da AMP e o remanescente, no valor de €870.913,00, pelos 17 municípios de acordo com o critério AROUCA, cabendo ao Município de Oliveira de Azeméis o montante de

€4.369,00 - ver em anexo Proposta de Repartição de Encargos do Défice do PART 2019; - A Proposta de Repartição de Encargos do Défice do PART 2019 foi aprovada por unanimidade pelo Conselho Metropolitano do Porto, na sua reunião de 31 de julho de 2020 - ver em anexo Minuta da Ata da referida reunião; - Se encontra a pagamento a fatura FAC 2020/22 da AMP, vencida em 2020/09/03, no valor de €4.369,00 e a necessidade de proceder rapidamente ao seu pagamento; - Exarei despacho de autorização da referida despesa no montante de €4.369,00, cujo CFD tem o número 1635/2020; Propõe-se: 1. Ao abrigo do n.º 3 do art.º 35º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a ratificação do meu despacho de 2020/11/10, exarado no documento I/115911/2020 em anexo (documentos esses que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas), relativo à autorização da despesa para cobertura financeira do défice do Programa de Apoio à Redução Tarifária nos transportes públicos (PART) do ano 2019 que, após a respetiva repartição de encargos pela AMP e pelos 17 municípios de acordo com o Critério AROUCA, ascende ao montante de €4.369,00.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== O programa de apoio à redução do tarifário, os tais títulos de transporte de 30€ e 40€, consoante estejamos a falar em toda a extensão da área metropolitana ou apenas entre dois concelhos. Tem uma comparticipação do estado. E tem uma comparticipação municipal. A comparticipação dos diferentes municípios levou a uma contribuição que é evolutiva e começou com 2,5% e passará 5% e depois para 10%. E tem que ser suportado o défice tarifário, o défice do PART tem que ser suportado pelos diferentes municípios e por isso é que existe um critério AROUCA. Foi um critério que foi estudado. Houve vários critérios. Foi estudado entre os presidentes de câmara da Área Metropolitana do Porto. E chegamos a um critério que permite uma distribuição quer das verbas do PART quer depois do défice do PART. E portanto, estamos a falar de podermos pagar 4.369,00€, que corresponde ao défice do PART de 2019. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número catorze à votação tendo sido **deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada**. =====

== **2º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** ==

===== Sem intervenções. =====

===== Antes de terminar, a Senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, propôs a aprovação por minuta da ata relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. =====

===== Para terminar a Sessão a Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** disse: =====

===== Quero aproveitar para vos pedir desculpa, porque não disse no início, não houve possibilidades de termos as atas das sessões anteriores corrigidas a tempo de virem a esta Sessão. Portanto, elas, como já repararam, fazem parte dos pontos da Ordem do Dia da próxima Sessão Extraordinária. Muito boa noite, a todos e obrigada. =====

===== E não havendo outros assuntos a tratar, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a Sessão, eram 23 horas e 30 minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos da Mesa. =====